

PERCURSOS ESTÉTICOS DAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DE RUA ENTRE 2013 E 2016

PEDRO DE ARAUJO FORTUNATO

**ORIENTADORA: ANA CLAUDIA
SCAGLIONE VEIGA DE CASTRO**

**FAUUSP
2021**

Aluno: Pedro de Araujo Fortunato

Nº USP: 8556151

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia
Scaglione Veiga de Castro

Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo

Universidade de São Paulo

Trabalho Final de Graduação (TFG)
em Arquitetura e Urbanismo
2º semestre de 2020

Famílias tipográficas: Alternate
Gothic, DIN Next Pro, Freight Text Pro

fevereiro de 2021



A Amazônia em chamas, a censura voltando, a economia estagnada, e a pessoa quer falar de quê? Dos cafonas. Do império da cafonice que nos domina. Não exatamente nas roupas que vestimos ou nas músicas que escutamos – a pessoa quer falar do mau gosto existencial. Do que há de cafona na vulgaridade das palavras, na deselegância pública, na ignorância por opção, na mentira como tática, no atraso das ideias.

O cafona fala alto e se orgulha de ser grosseiro e sem compostura. Acha que pode tudo e esfrega sua tosquice na cara dos outros. Não há ética que caiba a ele. Enganar é ok. Agredir é ok. Gentileza, educação, delicadeza, para um convicto e ruidoso cafona, é tudo coisa de maricas.

O cafona manda cimentar o quintal e ladrilhar o jardim. Quer todo mundo igual, cantando o hino. Gosta de frases de efeito e piadas de bicha. Chuta o cachorro, chicoteia o cavalo e mata passarinho. Despreza a ciência, porque ninguém pode ser mais sabido que ele. É rude na língua e flatulento por todos os seus orifícios. Recorre à religião para ser hipócrita e à brutalidade para ser respeitado.

A cafonice detesta a arte, pois não quer ter que entender nada. Odeia o diferente, pois não tem um pingão de originalidade em suas veias. Segura de si, acha que a psicologia não tem necessidade e que desculpa não se pede. Fala o que pensa, principalmente quando não pensa. Fura filas, canta pneus e passa sermões. A cafonice não tem vergonha na cara.

O cafona quer ser autoridade, para poder dar carteiradas. Quer vencer, para ver o outro perder. Quer ser convidado, para cuspir no prato. Quer bajular o poderoso e debochar do necessitado. Quer andar armado. Quer tirar vantagem em tudo. Unidos, os cafonas fazem passeatas de apoio e protestos a favor. Atacam como hienas e se escondem como ratos.

Existe algo mais brega do que um rico roubando? Algo mais chique do que um pobre honesto? É sobre isso que a pessoa quer falar, apesar de tudo que está acontecendo. Porque só o bom gosto pode salvar este país.

Fernanda Young - 25/08/2019

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/em-sua-ultima-coluna-fernanda-young-sentencia-cafonice-detesta-arte-23903168>

Agradeço à minha família, Roberto, Marilda, Isabel e Robson, pelo constante apoio e presença ao longo da vida, por acreditarem e darem suporte aos meus sonhos.

À minha orientadora, Ana Castro, pelo apoio durante os anos na FAU, e principalmente durante o desenvolvimento desse trabalho. Por acreditar em mim e me acompanhar até o fim dessa etapa na vida.

Aos professores Karina Leitão, Bia Rufino e Luciano Guimarães, por abrirem as portas que me guiaram durante a graduação e que hoje me permitiram chegar aos lugares que cheguei.

Ao Luca, meu irmão do outro lado do Atlântico, pela inspiração, companhia, apoio e conversas ao longo desses anos. Ti voglio bene. Ao Pablo, eterna poczona, pela amizade e suporte constantes, na proximidade e na distância. Espero lhes ver em breve.

Ao Octavio, por me ajudar a enxergar esse trabalho a partir de um outro ângulo. Ao Pedro Felix, pelo companheirismo, ajuda e divagações madrugadas adentro nos últimos meses e que permitiram que esse trabalho se concretizasse.

A Natalia e Gian, queridas ratazanas, ainda que distantes nos últimos tempos. Ao Otávio, pela essencial parceria nos anos da graduação, e para além do mundo da USP. A Carol, Maurício e Alice, amigos não só ao longo da graduação mas também nessa intensa reta final.

Ao pessoal do Amiguinhos e Bandej, pelo companheirismo, amizade e cooperação ao longo de anos de entregas, provas, rolês, desesperos, papos, risadas, na FAU e fora dela. Aos nerds de Valinhos, pela companhia madrugada adentro ao longo da pandemia. Ao amigos de Berlim, Alberto, Camila, Lara e Amanda, que foram minha família do outro lado do oceano, que mal posso esperar pra ver de novo.

E a todos que, de alguma forma, me auxiliaram nas diferentes etapas desse trabalho.

À memória de Raphael

1. Introdução

p.12

2. História recente de protestos de rua no Brasil

p.17

1964: Comício da Central do Brasil *p.19*

1964: Marcha da Família com Deus pela Liberdade *p. 23*

1983-1984: Diretas Já *p. 26*

1992: Caras-Pintadas *p. 36*

3. As Jornadas de Junho

p.43

Antecedentes *p.45*

A eclosão dos protestos em São Paulo *p. 47*

As diferentes fases das manifestações *p. 49*

Os protestos e a cidade *p. 53*

A internet e as mídias nas Jornadas de Junho *p. 59*

Consequências *p. 61*

A estética dos protestos *p. 65*

4. As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff

p.87

Antecedentes e contexto político *p.89*

A apropriação do movimento por grupos de direita *p. 91*

A nova direita e a ditadura militar *p. 92*

Os novos protagonistas *p. 93*

A fascistização da indignação *p. 97*

As crenças e ideologias dos manifestantes *p. 99*

As classes médias em cena *p. 106*

A ocupação da Avenida Paulista *p. 108*

A direita nas mídias *p. 112*

5. A estética dos protestos contra Dilma

p.117

As formas de protesto *p.120*

Os elementos e seus significados *p. 130*

6. Considerações finais

p.164

7. Referências

p.166

1. Introdução

O presente trabalho se propõe a discutir os protestos políticos de rua no Brasil, em especial os dois grandes protestos que ocorreram nesta última década: as Jornadas de Junho, em 2013, e as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2015 e 2016. Deles, pretende-se destacar as estratégias comunicativas adotadas pelos organizadores e pelos manifestantes, buscando sistematizar elementos recorrentes, elementos inéditos, e também as possíveis relações com os outros grandes protestos que marcaram a cena política brasileira na segunda metade do século XX, interligando tais elementos com a ideologia dos grupos que protagonizavam os eventos, compondo-se um universo estético das manifestações políticas no Brasil.

O principal objeto desse estudo é o movimento contra o governo Dilma que toma as ruas entre os anos de 2015 e 2016, culminando em seu impeachment. Após os protestos de 2013 contra o aumento das passagens de transporte público pelo país (que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho), foi perceptível um aumento no número de manifestações em espaços públicos, englobando vários espectros políticos, e evidenciando uma mudança na relação de grupos políticos com a sociedade em geral e com o espaço urbano. Os protestos contra Dilma representam a ida às ruas de novos atores de direita no cenário político, que trouxeram consigo um repertório distinto do que historicamente se materializava nos protestos de rua de diferentes espectros políticos. O intuito desse trabalho é explicitar e analisar os elementos estéticos recorrentes que “deram a cara” desses protestos, criando uma identidade às manifestações de direita no país, que se consolidariam nos anos seguintes no movimento bolsonarista. Para essa análise, foram adotados pressupostos de análise semiótica, buscando estabelecer uma leitura gráfico-visual dos elementos marcantes dessa paisagem de protestos.

Este trabalho, no entanto, teve um ponto de partida diferente. Inicialmente, após ter vivenciado um ano de intercâmbio em Berlim, tive a intenção de trazer como tema de pesquisa as questões acerca de muros e fronteiras no mundo contemporâneo, bem como sua relação com a militarização e securitização nos espaços urbanos. Tendo crescido no interior do estado de São Paulo, na cidade de Valinhos, tive duradouro contato com uma cidade marcada por elementos de segregação física, a grande concentração de condomínios residenciais murados, que podem ser vistos como a materialização de questões socioeconômicas das desigualdades presentes na sociedade brasileira. O tema foi se desdobrando, mas mantendo como foco as questões referentes às desigualdades sociais e os decorrentes processos de segregação que se manifestaram no espaço urbano.

O desejo de dar ao projeto uma leitura mais contemporânea trouxe à tona os aspectos referentes à internet e seu impacto na cidade, buscando ainda estar em consonância com as questões políticas no país. Paralelamente, com a ascensão dos grupos de direita no cenário político nacional, culminando na eleição de Jair Bolsonaro, surgiu uma inquietação quanto às estratégias comunicativas e discursivas utilizadas por tais grupos, num contexto de intensa polarização política que se desenvolveu desde as Jornadas de Junho.

Tendo mais recentemente direcionado minha atuação para as áreas de design gráfico e comunicação, pareceu pertinente como tema para meu Trabalho Final de Graduação uma questão que permitisse a intersecção destas áreas com questões políticas e urbanas, que sempre atravessaram minha trajetória intelectual ao longo desses anos na FAU. Busquei jogar luz em um tema ainda não totalmente explorado: a estética destes movimentos de direita, que acabou ocupando um significativo espaço na sociedade brasileiras nos últimos anos, em especial a internet, com destaque para os elementos gráficos que compuseram seu universo de referências. A opção pelo estudo das manifestações contra Dilma Rousseff mostrou-se pertinente pois sendo um objeto delimitado, possibilitava também que fosse relacionado a outras manifestações políticas de rua na história do país, ampliando o espectro de compreensão do tema, bem como suas relações com os espaços da cidade e a sociedade.

Para permitir uma base de comparação com os protestos de direita, as Jornadas de junho de 2013 foram também mobilizadas, por apresentar características por vezes antagônicas que permitiam marcar as especificidades das manifestações de 2015/2016.

O trabalho propõe portanto uma análise que estabeleça conexões e indique padrões entre a dimensão política e demográfica das manifestações, reconhecendo as formas de expressão destes grupos, no que diz respeito aos aspectos semiológicos e a sua relação com o espaço urbano e a sociedade. Ao longo de diversas manifestações, foi possível notar a existência de um padrão nas formas de expressão destes manifestantes, e fez-se importante a análise destas tendências, de forma a encontrar e evidenciar possíveis conexões históricas ou relações (sejam estas fáceis ou dificilmente percebidas) com outras referências de um imaginário coletivo.

O texto se estrutura em quatro partes. Primeiramente, apresento uma breve leitura sobre protestos políticos de rua ocorridos no país a partir da segunda metade do século XX, apontando alguns de seus elementos comunicativos, de modo a reconhecer uma espécie de alternância nas ruas entre esquerda e direita, que vai se consolidando ao longo desses anos. Em seguida, na segunda parte, apresento uma leitura mais detalhada das Jornadas de Junho, que podem ser compreendidas como um marco na história recente do país no que diz respeito às manifestações políticas, como indicado por diversos pesquisadores. Esta leitura se debruça em aspectos políticos, urbanos, demográficos, ideológicos e também estéticos, buscando compor um imaginário estético dos protestos recentes no país. Na terceira parte, proponho uma leitura análoga dos protestos de 2015 e 2016, cujos participantes se posicionaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff, buscando desenhar um “perfil demográfico e ideológico” daquelas manifestações. Por fim, na última parte, busco destacar seus elementos discursivos e estéticos, apoiando-me em registros fotográficos encontrados em portais de notícias na internet e em outras páginas que deram atenção a esses protestos de rua.

Com isso, procuro elaborar um panorama estético geral que possa ser associado aos grupos da “nova direita” do país, estabelecendo relações com a ideologia desses grupos e, quando

possível, explicitando analogias a outros episódios da história política do país. A intenção é apresentar uma série de elementos recorrentes para que possa, em outros contextos, ser reutilizada, aprofundada, contestada, ou estendida para outros cenários, como o movimento bolsonarista que se concretizou nos anos seguintes.



HISTÓRIA RECENTE DOS PROTESTOS DE RUA NO BRASIL

1964: COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

1964: MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

1983-1984: DIRETAS JÁ

1992: CARAS-PINTADAS

2. História recente dos protestos de rua no Brasil

Para iniciar este trabalho, será apresentado um breve panorama das manifestações populares de rua com viés político no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Esta apresentação busca compreender as motivações e formas de organização da sociedade civil nos momentos de grandes movimentações políticas na história do país, destacando seus principais agentes. Neste conjunto de manifestações, podemos encontrar manifestações que se configuraram como formas de disputa entre grupos políticos antagônicos, classicamente categorizados como “de esquerda” ou “de direita”, de modo a apoiar ou a se opor ao poder vigente, bem como manifestações consideradas de caráter suprapartidário.

Além disso, serão destacados aspectos comunicativos referentes a tais eventos, para entender as estratégias discursivas utilizadas por cada grupo, percebendo pontos concordantes e discrepantes entre estes, bem como tendências que perduraram ou que se transformaram ao longo do tempo.

Apesar destas manifestações terem ocorrido em diversas cidades no território brasileiro, o foco será dado aos eventos das cidades de São Paulo - que será o principal espaço de estudo deste trabalho - e em alguns momentos, do Rio de Janeiro, por se configurarem como os maiores palcos destas manifestações. Tal panorama permite que, ao longo do trabalho, sejam estabelecidos alguns paralelos, buscando evidenciar relações e reapropriações de elementos discursivos entre os grupos protagonistas e eventos ao longo das décadas.

Para compor tal panorama foram selecionados o Comício da Central do Brasil (1964), a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (1964), os comícios das Diretas Já (1983-1984) e o movimento dos Caras-Pintadas (1992).

1964: Comício da Central do Brasil

Durante os anos de governo do presidente João Goulart¹, o Brasil passou por um momento de intensificação das lutas populares². Um evento simbólico desse período foi o Comício das Reformas, também conhecido como Comício da Central do Brasil, uma concentração popular organizada pelos líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Reuniu 150 mil pessoas, dentre estas, membros de sindicatos, servidores públicos e estudantes. O objetivo deste comício era o de demonstrar o posicionamento do governo federal, liderado por João Goulart - que foi o principal orador do evento, junto a Leonel Brizola -, quanto à implementação das chamadas reformas de base, bem como defender as liberdades democráticas e sindicais.

Tais reformas de base - cuja implementação vinha sendo bloqueada pelo Congresso e seriam então encaminhadas por decreto - correspondiam a mudanças nos setores agrário, bancário, administrativo, universitário e eleitoral, bem como a extensão do direito de voto aos analfabetos, dentre outros grupos da sociedade, além da elegibilidade a todos os eleitores. Também se defendia a intervenção mais ampla do Estado na esfera econômica da nação. A orientação nacionalista e reformista tomada pelo presidente João Goulart levantaria a oposição dos setores dominantes do país, bem como uma considerável parcela da classe média. Segundo Boris Fausto (1995), apesar de não representarem a implantação de um regime socialista, senão apenas uma tentativa de modernizar o sistema capitalista e reduzir as desigualdades sociais, tais reformas implicariam em grandes mudanças para as classes dominantes, através de reforma agrária e urbana, com consequências para as questões de propriedade privada no país, e nacionalização de empresas concessionárias de serviços públicos.

¹ Esta seção do texto se baseou no material do CPDOC sobre o tema. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas (acesso em 23/01/2021)

² João Goulart foi vice de Jânio Quadros, eleito para mandato que se iniciou em 1961. Jânio, no entanto, administrava o país sem contar com uma base política de apoio. Em agosto do mesmo ano, Jânio renuncia e João Goulart assume o cargo, apesar do receio de setores militares que já viam em sua figura a “encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 1995, p.442). João Goulart governou até o dia 31 de março de 1964, quando foi deposto pelos militares.

Neste contexto, o comício organizado por Goulart em associação com setores sindicais e movimentos estudantis se propunha a mobilizar as massas trabalhadoras para a implementação das reformas de base, não apenas no Rio de Janeiro, mas também organizados em outras capitais.

Em seu discurso, Goulart atacou os que sustentavam a “democracia do antipovo, da anti-reforma e do anti-sindicato” e defendeu pautas progressistas, como a reforma agrária, a necessidade de revisão da Constituição de 1946, de ampliação da democracia, “colocando fim aos privilégios de uma minoria”, para as quais defendeu uma solução pacífica. Leonel Brizola, deputado federal pelo PTB do Rio de Janeiro, em seu discurso advogou por soluções mais disruptivas, como a deposição do Congresso e a convocação de uma Assembleia Constituinte a ser realizada por um Congresso popular, referindo-se às camadas trabalhadoras da sociedade, tal medida a ser firmada por um plebiscito.

Entre os militares, já havia um clima de conspiração contra Jango, processo que estava sendo gestado havia meses. Contra os seus “excessos governamentais”, crescia o número de partidários de uma “intervenção defensiva”. Com o passar do tempo, a solução através da via democrática foi tornando-se cada vez mais descartável pelos atores políticos. “A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo” (FAUSTO, 1995, p.458).

O comício de Jango teve repercussões por todo o país, levantando uma oposição de direita enfurecida, que catalisou manifestações contra o governo em São Paulo e Belo Horizonte, simultaneamente a requerimentos de impeachment do presidente, sob alegações de que Goulart pregava a subversão da ordem, atacava a Constituição e a honra do povo. Este comício é considerado o começo do fim de seu governo, desencadeando episódios que culminaram, no fim do mesmo mês, no golpe militar.

Neste episódio, uniram-se setores organizados da sociedade civil, notadamente trabalhadores sindicalizados e estudantes, apoiando e exigindo mudanças nas formas de organização do país. Dentre o material trazido pelo público concentrado na Central do Brasil, notam-se bandeiras vermelhas pedindo a legalização do Partido Comunista, bem como faixas exigindo



▲ Materiais levados às ruas no Comício da Central

▼ Faixas compõem o cenário do Comício



a reforma agrária, entre outros. Vistos pela televisão, teriam, segundo Fausto (1995), gerado uma reação negativa entre os setores conservadores. Nesse sentido, é provável que os materiais gráficos também fossem feitos de modo padronizado, dentro de organizações como os sindicatos e a UNE, possivelmente abrindo menos espaço para manifestações individuais.

De fato, a partir da observação de algumas imagens da época é possível notar uma padronização visual nos cartazes, desde uma organização da mancha do texto dentro da área das faixas, bem como uma similaridade tipográfica e de materiais, o que sugere que os cartazes não seriam feitos arbitrariamente pelos manifestantes. Pode-se levantar daí a suposição de que eles eram concebidos de maneira organizada, possivelmente entre as organizações sindicais e movimentos sociais. Nas faixas confeccionadas em tecido, nota-se a predominância de letras em caixa alta que, junto do grande formato das faixas, indicam a intenção de que as mensagens pudessem ser lidas a grandes distâncias, destacando-se das massas do comício. Placas comuns também apareciam, com menor tamanho e visibilidade. Além disso, estes materiais continham elementos majoritariamente textuais, com exceções de retratos desenhados, possivelmente de líderes políticos e sindicais da época.

A partir da observação das fotografias, pode-se supor que as mensagens giravam em torno do tema das reformas de base, a partir da voz de trabalhadores organizados, cujos ofícios apareciam escritos junto a suas demandas³. No entanto, devido à ausência de registros em fotografia colorida, não é possível discorrer sobre possíveis padrões no uso das cores.

³ Podemos lembrar que os trabalhadores, nestes anos, organizavam-se a partir de categorias trabalhistas, organização que valia inclusive para suas contribuições previdenciárias (instituídas por Getúlio Vargas na forma dos Institutos de Aposentadoria e Pensões). Apenas em 1966 eles seriam unificados pela instituição do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

⁴ Esta seção se apoia no Verbetes do CPDOC sobre o tema. Disponível em <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-tematico/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade> (acesso em 26/01/2021)

⁵ Ver “São Paulo parou ontem para defender o regime”. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20mar1964.htm (acesso em 13/02/2021)

⁶ Ver “Marcha serviu de aval para ação dos militares em 64”. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u88817.shtml> (acesso em 13/02/2021)

1964: Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Em resposta ao comício de João Goulart⁴, em 13 de março de 1964 foi organizada uma série de eventos nas ruas das cidades brasileiras que ficou conhecido como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a partir de setores femininos da sociedade em associação à Igreja Católica (conservadora), bem como entidades financiadas pelo empresariado e setores políticos, que juntos acabaram congregando segmentos da classe média. No contexto da Guerra Fria, as propostas de Jango e seu discurso no comício contribuíram de maneira decisiva para o agravamento do medo do “perigo comunista”. Nesse sentido, os manifestantes da Marcha da Família não tiveram dúvida em pedir a deposição do presidente.

A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, e foi a mais importante e conhecida realizada antes do golpe militar ser consumado. Tendo início na Praça da República e terminando na Praça da Sé, contou com uma “missa pela salvação da democracia”. Estimou-se na época a presença de 500 mil pessoas⁵, correspondendo a aproximadamente 10% da população da cidade de São Paulo.

O movimento teria servido como uma espécie de “aval” para o golpe que aconteceria semanas depois, vistos pela organização como a quem cabia a responsabilidade de “reestabelecer a ordem”. Segundo uma das fundadoras da União Cívica Feminina, uma das organizadoras da passeata, “os valores cívicos estavam ameaçados, era preciso restabelecer a ordem. E somente os militares poderiam fazer aquilo naquele momento delicado”⁶.

No evento, houve a distribuição do “Manifesto ao povo do Brasil”, que convocava a população a se opor ao governo de Goulart. Dentre as faixas erguidas, mensagens como “Viva a democracia, abaixo o comunismo” e “Abaixo os imperialistas vermelhos”. Segundo Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, e apoiador da deposição de João Goulart, “a

única nota triste era a participação limitada das classes baixas na marcha” (ALVES, 2008, p.171). Aqui também seria possível supor uma organização por trás do material levado às ruas, a partir da observação de registro fotográfico. Assim como no Comício da Central, pode-se perceber a presença de grandes faixas com certa padronização visual e o uso de letras em caixa alta, além de placas, mas em menor frequência. O discurso de oposição ao governo se apoia em palavras de ordem contra as medidas de Jango, bem como o repúdio ao “comunismo”, à “foice e martelo” e a exaltação da democracia, da Constituição e do “verde e amarelo”, bem como a presença de símbolos cristãos.

A partir desta data até o Golpe militar, outras marchas ocorreram em diferentes cidades pelo país, em dimensões menores e levando o mesmo nome. Após a consolidação do golpe, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, com a deposição de João Goulart, marchas posteriores levaram o nome de Marchas da Vitória, sendo a do Rio de Janeiro a maior de todas, levando um milhão de pessoas às ruas em 2 de abril de 1964.



^ Faixas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade

v Materiais levados pelos manifestantes



1983-1984: Diretas Já

Após o golpe de Estado que destituiu Goulart da presidência⁷, o país passou por quase duas décadas sob o comando do regime militar, sem que houvesse eleições diretas para a presidência da República. Conforme definido após a promulgação do AI-2, e posteriormente pela Constituição de 1967, o presidente seria escolhido pelos membros do Congresso Nacional e por Colégios Eleitorais, respectivamente. Esse período de Ditadura civil-militar durou de 1964 a 1984.

Em 1982, seguindo uma perspectiva de abertura política “lenta e gradual” que vinha se desenhando⁸, o governo Figueiredo reestabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais, o que abriu espaço para o fortalecimento de partidos de oposição, como o PMDB, PT, PDT e PTB.

Considera-se que o primeiro dos comícios pelas eleições diretas ocorreu em maio de 1983, como decorrência de um evento realizado na Universidade de Goiânia, onde representantes do PMDB e do PT debateram pela possibilidade do retorno das eleições diretas para janeiro de 1985. Tendo início no primeiro semestre de 1983, de maneira mais discreta, em novembro do mesmo ano ocorreu em São Paulo a primeira manifestação com uma frente única, reunindo o PT, PMDB, PDT, CUT, Conclat e outras organizações, que no entanto teria contado principalmente com um público composto de militantes petistas, ainda com repercussão limitada (**FAUSTO, 1995, p. 509**).

Nos primeiros meses de 1984, o movimento, entretanto, tomou força em diferentes estados pelo país, à medida em que os partidos intensificaram seu apoio, com a participação de líderes políticos, representantes desses partidos, e de sindicatos, representantes dos trabalhadores. Em Curitiba, no dia 12 de janeiro, ocorreu um grande comício que serviria de teste do apoio popular à campanha pelas Diretas Já, ocasião na qual o PMDB distribuiu numeroso material de apoio à campanha, e onde já

⁷ Esta seção se apoia no Verbete do CPDOC “Diretas Já”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja> (acesso em 26/01/2021)

⁸ O que não ocorre sem a pressão popular, que se materializava cada vez mais em movimentos populares e greves, como exemplos o Movimento Contra a Carestia (MCC) ou Movimento do Custo de Vida (MCV) e as greves dos trabalhadores do ABC Paulista.

⁹ “O PMDB distribuiu dois milhões e meio de material panfletário, 15 mil cartazes, 30 mil cédulas simbólicas e três mil camisetas pró-Diretas Já, garantindo ainda, 15 inserções publicitárias na TV Globo Regional, nos intervalos do Jornal Nacional.” (MOREIRA, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>)

¹⁰ Apenas vindo a ser superada pela manifestação de 13 de março de 2016, a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Ver “Protesto na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml?cmpid=twfolha> (acesso em 13/02/2021)

se teria começado a se delinear algumas das características predominantes do movimento: “o amplo apoio da população; a participação de inúmeros artistas; a apresentação do comício por um locutor esportivo de uma grande rede de televisão, a TV Globo, o uso dos símbolos nacionais em comícios de natureza cívica (bandeira nacional, as cores verde e amarelo, o hino nacional)”⁹.

Em 25 de janeiro acontece em São Paulo um grande comício, em data que corresponde ao aniversário da cidade. Com público estimado em duzentas mil pessoas, o comício foi protagonizado por líderes políticos do PMDB, PDT e PT, dentre eles Luiz Inácio Lula da Silva (líder sindical e presidente do PT), Ulysses Guimarães (presidente do PMDB) e Leonel Brizola (governador do Rio de Janeiro pelo PDT). O comício, realizado na Praça da Sé, teve cobertura realizada pela Rede Globo, que até então vinha ignorando tais manifestações pelo país, mas buscando minimizar os sentidos políticos do evento, como se estivesse transmitindo um “show artístico” ao país.

Nesse momento, símbolos da campanha começavam a surgir: o “Dragão das Diretas”, o uso de camisetas com slogans a favor do movimento e o uso da cor amarela no pára-brisas dos carros, roupas e fachadas dos edifícios. A partir daí, o movimento pelas eleições diretas se espalha pelo país e para além das organizações partidárias, convertendo-se no que Boris Fausto chama de “uma quase unanimidade nacional” (**FAUSTO, 1995, p.509**), multiplicando as manifestações pelo território nacional nos meses subsequentes.

As maiores manifestações desse movimento ocorreram no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril, onde compareceram aproximadamente um milhão de pessoas, e em São Paulo, no dia 16 do mesmo mês, com a presença de um milhão e meio de pessoas, o que seria a maior manifestação pública da história do país até então¹⁰.

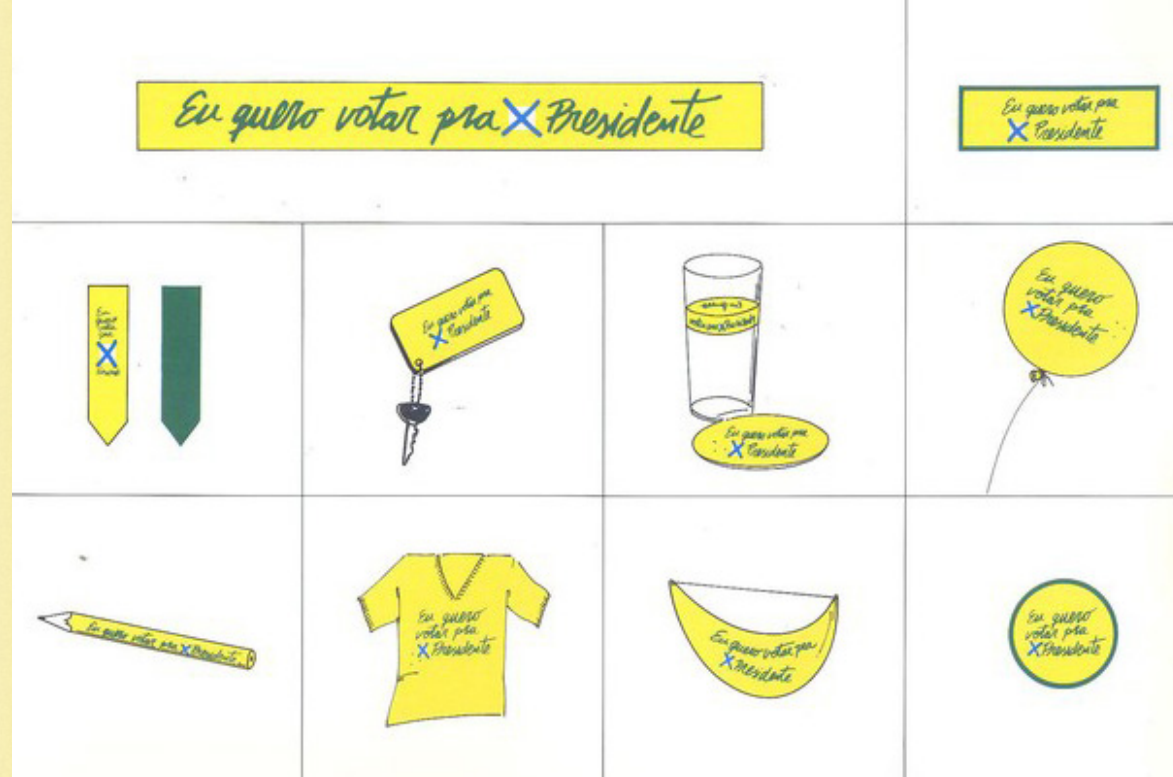
As manifestações, porém, não resultaram no restabelecimento das clamadas eleições diretas para a presidência da República. Ainda assim, através da votação pelo sistema do Colégio Eleitoral, uma chapa opositora do regime militar, composta por Tancredo Neves e José Sarney, venceu as eleições, marcando o fim do período militar no país em 1985.

A campanha de divulgação das Diretas Já seria realizada pela Exclam Propaganda, uma agência publicitária paranaense. Segundo Hilton Castelo (2014), ao final de 1983 o PMDB teria percebido a necessidade de uma campanha política para fortalecer o movimento, recorrendo a uma agência de publicidade que já tinha em seu portfólio experiências na área política, em especial para aquele partido. A agência sugere que a campanha seja nacional, com uma identidade padronizada, a ser trabalhada por Bira Menezes na posição de diretor de arte. De acordo com David Castro Netto (2020), o marketing político estaria então retornando à ativa, após um longo período sem atuar, dificultando a integração das massas com os políticos, enquanto não houve eleições diretas.

As estratégias de marketing da campanha se pautavam na tentativa de influenciar a opinião pública a fim de tornar tanto a classe política quanto a população favoráveis às eleições diretas. Além de pressionar os deputados e senadores para a aprovação da Emenda Constitucional que reestabeleceria a eleição direta para a presidência, a agência buscou efervescer a população e convencê-la de que votar para presidente significava a volta da democracia.

Utilizaram-se de uma frase síntese, “*Eu quero votar pra presidente*”, escrita em letra cursiva e acompanhada de materiais com predominância da cor amarela, acompanhada ocasionalmente pelo verde. Castelo (2014) afirma que a intenção, segundo depoimento do próprio Bira Menezes, era a de que as pessoas vissem a cor amarela e fizessem a conexão com o movimento pelas Diretas. A escolha pela letra cursiva, própria de Bira, teve a intenção de causar identificação com o público, segundo ele. A ideia de que qualquer um poderia escrever com sua própria letra, também fazendo referência à cédula eleitoral utilizada na época, em que se marcava um “x” no candidato escolhido ou escrevia-se o nome à mão. Em depoimento, Bira Menezes revela que a campanha “*necessitava de algo que manchasse e pintasse o Brasil, que não fosse apenas um logotipo bem arrumadinho, bem feitinho. (...) Independente do logotipo, eu queria a cor amarela, reconquistar a cor para o povo, para o povão mesmo*” (CASTRO NETTO, 2020, p.89).

Com isso, em 1984 o uso da cor marca o Brasil. Do ponto de vista do publicitário, foi ela o que definiu o sucesso da campanha.



^ Esboços do material promocional das Diretas Já

v Cartaz convocando a população às Diretas Já





^ Material institucional da Ditadura Militar

v Folha de S. Paulo usa a faixa amarela



Usado nas ruas como uniforme, o amarelo havia sido escolhido por se tratar de uma “cor brasileira”, sucedendo a apropriação pelo regime militar durante quase duas décadas como forma de estimular o ufanismo. De acordo com Lilia Schwarcz (2020), trata-se de algo típico de governos ditatoriais o sequestro de símbolos da pátria, de modo a sustentar a exaltação do patriotismo, “a coisa do ame-o ou deixe-o”¹¹.

No entanto, a campanha pelas Diretas Já buscou a reapropriação deste símbolo, em resposta a sua associação ao regime militar e o sentimento de vergonha que isso suscitava nas camadas progressistas. Com isso, o resgate dessas cores aproximaria a população como um elemento de identificação do brasileiro que almejava por liberdade e desenvolvimento.

O verde e amarelo, que simbolizavam o nacionalismo brasileiro, estavam atrelados ao nacionalismo autoritário da ditadura, acompanhado de slogans como o famoso “Brasil: ame-o ou deixe-o”. A ideia então era tornar esse nacionalismo democrático e popular, segundo Castro Netto (2020).

Parte da estratégia da campanha era estimular a população a adotar peças amarelas no seu dia a dia, de roupas a acessórios, como sinal de engajamento no movimento. O jornal Folha de S. Paulo, de abril de 1984 em diante, passou a divulgar o simbolismo através da frase “Use amarelo pelas diretas-já” acompanhada de uma tarja amarela na primeira página¹².

Castelo (2014) afirma que o material de divulgação, como as camisetas, se tornaram as principais peças da campanha, sendo vendidas pela organização e servindo como fonte de arrecadação de fundos. Além disso, contaram com pôsteres, outdoors, adesivos de automóveis, balões, estandartes, faixas e acessórios menores, como viseiras, buttons, chaveiros, lápis, copos, entre outros. Cada peça previa um uso distinto e isso permitia que a mensagem se espalhasse por todas as formas pela sociedade, e o uso da cor amarela era suficiente para identificar os apoiadores da campanha.

Castro Netto (2020) afirma que um dos méritos da campanha teria sido o de reconectar as massas com o cenário político nacional. Um dos objetivos da campanha era justamente o de transformar a ação política em algo positivo: “A cobertura das

¹¹ Ver “Movimentos pró-democracia resgatam amarelo como símbolo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/movimentos-pro-democracia-resgatam-amarelo-como-simbolo.shtml> (acesso em 18/01/2021)

¹² Conferir nota anterior.

Diretas assume um tom epopeico, atribuindo à política um conteúdo simbólico positivo, contrastante com as imagens negativas que predominam na cultura política brasileira erudita e popular” (CARVALHO apud CASTRO NETTO, 2020, p.94).

Isso teria resultado numa inversão de sentido, levando a um novo contexto nacional, em que participar das Diretas Já seria como reconstruir o próprio futuro. A inversão também ocorreria com a questão dos símbolos nacionais: “*O verde amarelo do ufanismo dos anos 1970 se modifica no verde amarelo da esperança no Brasil*” (CASTRO NETTO, 2020, p.94).

Em meio à multidão, aparecem erguidas gigantescas faixas com letras em caixa alta que transmitem as mensagens de maneira sucinta, reivindicando as eleições diretas (com o slogan “Diretas Já”), muitas vezes acompanhadas de referências a partidos políticos ou sindicatos. As reivindicações individuais deixam de aparecer em meio à multidão em uníssono pelas eleições diretas. Em meio ao verde e amarelo que simbolizou a campanha, faixas vermelhas representando os partidos políticos de esquerda também se destacam.



^ Bandeiras e cartazes de partidos nas manifestações

v Multidão nas ruas pedindo pelas eleições diretas



1992: Caras-Pintadas

O movimento Caras-Pintadas¹³ consistiu de jovens e estudantes que se reuniram em manifestações públicas no ano de 1992 a favor do impeachment do então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Collor havia sido eleito nas eleições de 1989, as primeiras após o fim do período da Ditadura Civil-Militar e após a Constituição de 1988 que estabeleceu o retorno das eleições diretas para a presidência da República, derrotando no segundo turno o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva.

Collor construiu a fama de “caçador de marajás”, em uma campanha que o popularizou rapidamente como defensor do moralismo na política, acompanhado do slogan “Ladrão vai para a cadeia”. O início de seu governo foi marcado por polêmicas medidas de sua política econômica, com destaque ao conhecido confisco das poupanças. No entanto, já em seus primeiros cem dias de governo, ganham destaque denúncias de corrupção no governo envolvendo Collor e o tesoureiro de sua campanha à presidência, Paulo César Farias, o PC.

Alimentado por Pedro Collor, irmão do presidente, e impulsionado pela Revista Veja, o escândalo levou à corrosão da imagem de “herói da moralidade” que havia conduzido Collor ao cargo. Nesse contexto, a mídia contribuiu para mobilizar a opinião pública nacional pela apuração dos fatos, instaurando-se uma CPI. Políticos de diversas tendências e partidos, como o PMDB, PSDB e PT afirmavam a necessidade do povo pedir pelo impeachment de Collor.

Diversas entidades civis, dentre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), a Força Sindical, a Associação Brasileira de Imprensa (AIB), entre outras, reuniram-se e deram início ao Movimento pela Ética na Política, que se portou como movimento de oposição que exigia a apuração das

¹³ Esta seção se apoia no Verbete do CPDOC “Caras Pintadas”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas> (acesso em 13/02/2021) e no artigo “29 de setembro de 1992: o impeachment de Fernando Collor”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor> (acesso em 13/02/2021)

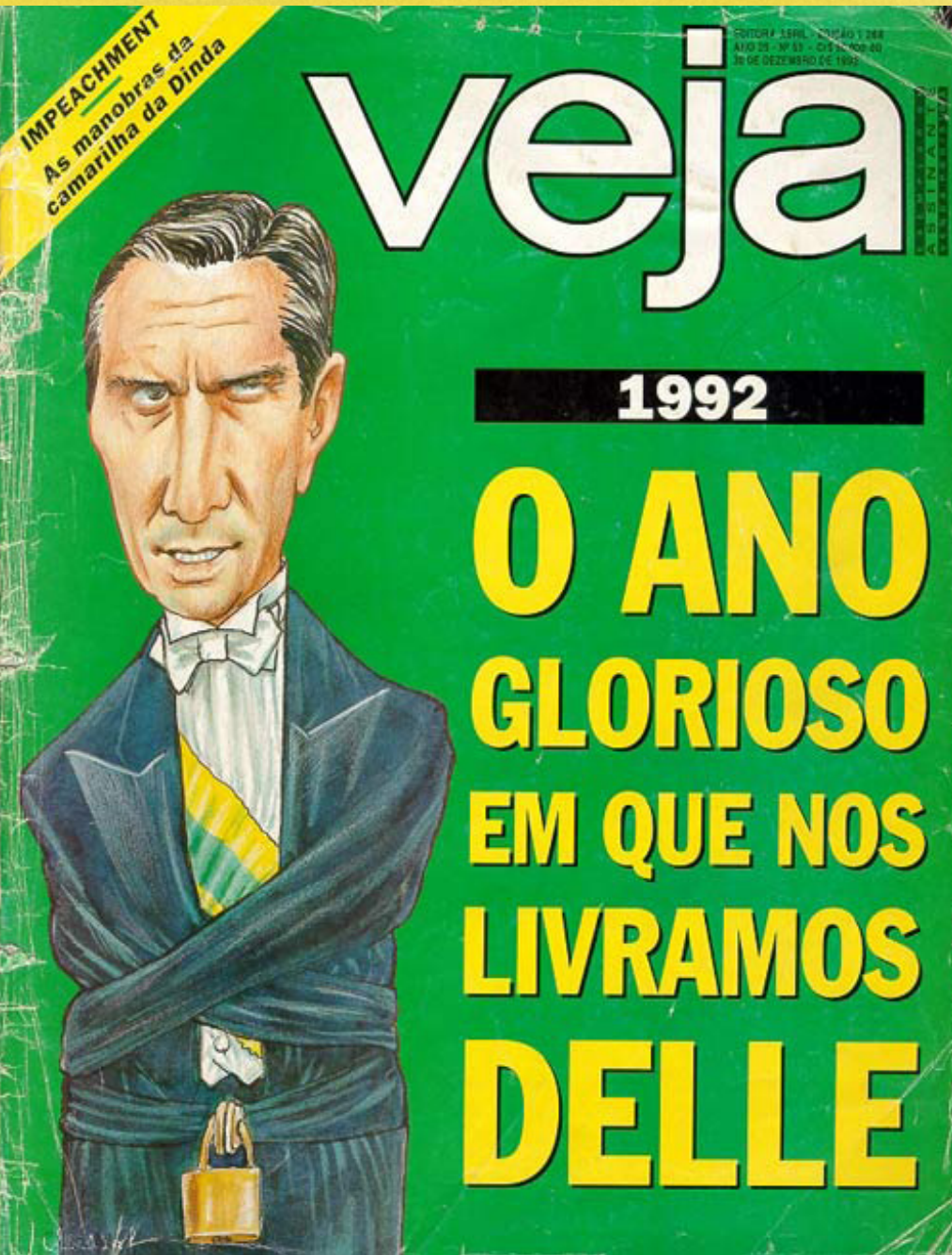
¹⁴ Ver “Saiba mais sobre os caras-pintadas”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/04/397259-saiba-mais-sobre-os-caras-pintadas.shtml> (acesso em 20/01/2021)

investigações contra Collor. Em 29 de maio, ocorre o Fórum pelo Impeachment, organizado pelo Movimento e que contou com a presença de diversos partidos e entidades, como o PT, PCdoB, PSB, PPS, PSDB, PMDB, UNE e UBES.

Em São Paulo, no dia 11 de agosto, milhares de estudantes se reuniram na Avenida Paulista, em frente ao MASP, convocados pela UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e caminharam até o Largo São Francisco. A UNE (União Nacional dos Estudantes), que também tinha atuado nos movimentos de resistência à ditadura militar, também se junta ao movimento. Collor, em resposta aos protestos, fez um pronunciamento em rede nacional pedindo a seus apoiadores que se manifestassem nas ruas vestindo verde e amarelo, cores que haviam sido usadas em sua campanha. Segundo Júlio Olivo (2004), o uso da cor azul no nome “Collor”, com o verde e o amarelo designados aos dois L de seu nome, na campanha, visou estabelecer um apelo nacionalista e que de certo modo resgatava a simbologia da campanha das Diretas Já. De acordo com Luciano Guimarães (2004), Collor também tinha prometido “*collorir*” o Brasil, à medida em que também alertava para o perigo da esquerda (simbolizada pelo Partido dos Trabalhadores) de pintar a bandeira nacional de vermelho (em alusão ao perigo e comunismo).

A resposta a essa convocação foi o “domingo negro”, em 16 de agosto, dia em que as pessoas foram às ruas conforme convocado pelo presidente, mas vestindo roupas pretas e com os rostos pintados de preto, simbolizando o luto e indignação com relação ao governo.

Com o avanço da CPI no Congresso Nacional, as manifestações foram crescendo e se espalhando por diversas capitais pelo país. Convocados pelo Movimento pela Ética na Política, no dia 25 de agosto 400 mil estudantes se reuniram em São Paulo¹⁴, seguindo o percurso da Avenida Paulista até o Vale do Anhangabaú. Os protestos ocorreram também em capitais como Salvador, Recife, Rio de Janeiro, entre outras, e também em Brasília, onde os manifestantes se reuniam em frente ao Congresso aguardando pela votação de relatório que abriria o processo de impeachment. Em 18 de setembro, após a formulação do pedido de impeachment no começo do mês, 750 mil pessoas se reuniram no Vale do Anhangabaú.



15 Ver nota anterior.

Os protestos foram marcados pela presença majoritária de estudantes e jovens e, apesar da presença de partidos nos protestos, segundo Maria Aparecida de Aquino, “*Os estudantes faziam questão de rechaçar a participação de partidos políticos. (...) Era um sinal claro de que os partidos não davam conta das reivindicações*”¹⁵.

Portanto, pode-se afirmar que a partir de agosto de 1992, incitada pela mídia mas também por órgãos da sociedade civil, inicialmente a juventude tomou as ruas do Brasil, em protestos que perduraram até o mês seguinte, aumentando em número de manifestantes e a abrangência dos grupos sociais presentes, ao ponto que no fim já não eram apenas jovens e estudantes os que iam para as ruas. Em 29 de setembro, Collor é afastado do cargo até o dia 29 de dezembro, quando finalmente renuncia, no mesmo dia em que o Senado definiria seu impedimento de ser eleito pelo período de oito anos. Neste momento, seu vice Itamar Franco assume a presidência.

Nessas manifestações, as cores verde e amarelo presentes na campanha de Collor (nas duas letras L de seu nome) passam a ocupar as faces dos jovens, que empunhavam a bandeira do Brasil e carregavam consigo materiais de diversos tipos, desde grandes faixas com letras em caixa alta com mensagens organizadas pelas organizações estudantis até pequenos cartazes com suas mensagens individualizadas. Desta vez, as cores presentes na multidão se multiplicam, graças também às bandeiras de partidos (com grande presença de bandeiras vermelhas de partidos de esquerda) e das organizações estudantis. O logo da campanha de Collor à presidência foi incorporado às faixas, junto das palavras “fora” e “impeachment”.



^ Estudantes vestem preto
contra Collor



^ Estudantes com os rostos
pintados de verde e amarelo

v Faixas nos protestos contra
Collor

v Bandeiras de partidos se
unem ao protesto





AS JORNADAS DE JUNHO

ANTECEDENTES

A ECLOSÃO DOS PROTESTOS EM SÃO PAULO

AS DIFERENTES FASES DAS MANIFESTAÇÕES

OS PROTESTOS E A CIDADE

A INTERNET E AS MÍDIAS NAS JORNADAS DE JUNHO

CONSEQUÊNCIAS

A ESTÉTICA DOS PROTESTOS

3. As Jornadas de Junho

A série de protestos denominada de Jornadas de Junho, ocorrida em junho de 2013, tornou-se um marco na história política recente do Brasil ao se configurar como a maior manifestação política de rua desde o impeachment de Fernando Collor, marcando o fim de um período de mais de duas décadas sem que houvesse manifestações populares de tais dimensões.

A partir do pontapé inicial da reivindicação da revogação de um aumento de 20 centavos no preço das passagens de transporte público em São Paulo, em poucos dias milhões de pessoas foram às ruas nas principais cidades do país, no que acabou se transformando em um grande protesto com reivindicações múltiplas e pouco conectadas entre si. As Jornadas de Junho foram marcadas pela intensidade, da presença de imensas multidões nas ruas a consideráveis episódios de violência, e podem ser consideradas como o início de um novo ciclo na sociedade civil no que diz respeito às formas de atuação política e protesto.

Novos e intensos debates foram levantados acerca dos episódios deste ciclo, mas tal a complexidade de tais eventos, não parece haver necessariamente um consenso sobre o que as Jornadas de Junho representaram em todas as suas nuances no cenário político, urbano e social do país. No entanto, por visualizar conexões e paralelos entre este evento e as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff a partir de 2015, opto por dar atenção aos protestos de junho, com destaque para os eventos ocorridos em São Paulo.

Neste capítulo, busco recuperar o contexto político da época, da eclosão dos protestos, suas diferentes etapas e as transformações ocorridas entre estas, bem como sua inserção no universo midiático, urbano e simbólico. Também serão destacadas observações acerca das estratégias comunicativas dos manifestantes. A compreensão deste evento auxiliará na compreensão de correlações entre estes protestos e os de 2015 e 2016, que serão analisados no capítulo seguinte.

16 Índice de 0,527 em 2011 (SOARES, 2013, p.3).

Antecedentes

Em 2013, o Brasil desfrutava do crescimento econômico que acompanhou os governos do Partido dos Trabalhadores, após dois mandatos de Lula (2003-2010) e a continuidade dada no início do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011). Tendo se tornado recentemente a sexta economia do mundo, passando pela crise financeira internacional de 2008 mantendo indicadores de pleno emprego e alcançando o menor nível de desigualdade de renda desde 1960, de acordo com o índice de Gini **16**, os governos de Lula e Dilma gozavam de aprovação recorde. Dados mostram que nesse período 39,6 milhões de brasileiros ingressaram na chamada “nova classe média” (classe C) entre 2003 e 2011 (NERI apud SOARES, 2013, p.5). Luiz Eduardo Soares (2013) aponta uma série de outros dados que corroboram o crescimento de renda das classes mais pobres, em especial os pretos e pardos, com crescimentos maiores que o dobro dos brancos, a consequente diminuição da pobreza extrema e indicadores de que a desigualdade entre negros e brancos estaria diminuindo, ainda que fosse persistente. Cresceu ainda o número de pessoas que se declaravam negras, e também sua participação na renda total e nas universidades.

No final de maio de 2013, a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado encabeçados respectivamente por Fernando Haddad, do PT (em seu primeiro ano de mandato) e Geraldo Alckmin, do PSDB, (na quarta gestão seguida do partido) anunciaram uma medida a princípio corriqueira no contexto de crescimento econômico, o aumento dos preços das passagens de transporte público, ou seja, de ônibus e trem e metrô, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Diante disso, o Movimento Passe Livre, também conhecido pela sigla MPL, organização social que luta pelo transporte público gratuito e que já existia há quase uma década, convocou manifestações pelas ruas, com uma abordagem voltada inicialmente a grupos periféricos e de universitários, utilizando-se de seus canais nas redes sociais.

O MPL atuava desde 2005 em escala nacional, após sua fundação em Porto Alegre, a partir da união de movimentos sociais que defendiam o passe livre estudantil, eventualmente estendendo a bandeira para todos os usuários¹⁷. Segundo Sergio Silveira (2015), o MPL era uma organização que se utilizava de técnicas de organização típicas da esquerda autonomista, utilizando em 2013 o Facebook como ferramenta para organizar e convocar a população para os protestos de rua.

O movimento defendia o uso das novas mídias na construção de sua luta, desconfiando da imprensa. De acordo com sua carta de princípios: o movimento “*deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público*” (**MOVIMENTO PASSE LIVRE apud ESPÍRITO SANTO, DINIZ, RIBEIRO, 2016, p.141**).

É importante considerar que, neste momento, o Brasil passava por uma rápida popularização e democratização do acesso à internet, seja pela ampliação da infraestrutura, seja pela disseminação dos smartphones. Conseqüentemente, o uso popularizado das redes sociais contribuiria para que a disseminação de ideias e da participação das pessoas em discussões políticas dependesse cada vez menos das mídias tradicionais, utilizando-se de redes próprias. Com isso, o alcance deste tipo de discussão e manifestação política tornou-se mais horizontalizado e se expandiu à medida em que permite com que a sociedade possa se identificar com as pautas apresentadas e exercitar a tomada de espaços públicos como modo de reivindicar suas demandas¹⁸. Neste contexto, seria possível, conforme descrito por Soares:

incluir-se na narrativa transnacional sobre a nova democracia; o orgulho de quem era invisível para o poder público e sentia-se desrespeitado; a identificação com a persona do herói cívico; a política vivida em grupo como entretenimento cult antipolítico (ainda que envolva risco de morte); (...) a vivência que enche o coração de júbilo, exaltando os sentimentos e os elevando a uma escala quase espiritual (**SOARES, 2013, p.9**).

17 A constituição do MPL enquanto movimento foi impulsionada por eventos anteriores, como a Revolta do Buzú, no ano de 2003 em Salvador, e a Revolta da Catraca, em Florianópolis no ano de 2004. Sob o lema de “Por uma vida sem catracas”, o MPL se refere às catracas como símbolo das desigualdades entre classes, gêneros e raças, e adotava estratégias diretamente relacionadas ao transporte público como método de reivindicação de suas pautas. Dentre elas, a ocupação de terminais de ônibus, táticas de burlar o pagamento da tarifa, bem como o “catracaço” (ato de pular as catracas de terminais e estações) (**ESPÍRITO SANTO, DINIZ, RIBEIRO, 2016, p.145**).

18 Neste momento o mundo vivia uma nova série de ações baseadas nesta tendência, em movimentos como Occupy Wall Street (em crítica ao capitalismo), Primavera Árabe (contra regimes opressores/ditatoriais), Indignados (em relação à crise econômica na Espanha), entre outros (**FULANETI, 2015, p.256**).

A eclosão dos protestos em São Paulo

Os atos realizados em São Paulo convocados pelo MPL contaram assim com número crescente de participantes, desde o primeiro deles, em 6 de junho, até o sétimo e último, no dia 20 do mesmo mês. Se o primeiro ato contou com um número estimado entre 700 e 2 mil participantes, no último, o número estimado variou entre 70 mil e 200 mil, podendo representar um crescimento na faixa entre os 3000% e 30000%. É importante pontuar que a repercussão nas redes sociais, mas principalmente na mídia tradicional - o que é curioso - foi peça-chave nesse crescimento. Vale ressaltar ainda que, segundo Alina Paias (2016), essa repercussão era tida como intencional pelo MPL ao realizar a escolha dos espaços da cidade onde seriam realizadas as manifestações, de modo a atrair atenção e relevância das mídias.

Como terreno para tais protestos, já estava instaurada uma certa insatisfação com os modelos de representação política, seja com eventuais anteriores escândalos de corrupção, seja pela desconexão da classe política em relação às necessidades da população. Soares (2013) aponta que um dos efeitos da redução de desigualdades combinada ao desenvolvimento acelerado, quando também se estimulava a indústria automobilística, seria a crise na mobilidade urbana. Nas grandes metrópoles brasileiras, principalmente ao se observar o caso de São Paulo, os tempos de deslocamento de transporte pela cidade, com foco especial no transporte público coletivo (em associação com sua precária distribuição pelas áreas mais afastadas do centro, bem como a superlotação em horários de pico), são um problema comumente negligenciado pelo poder público, chegando-se não raramente a mais de quatro horas por dia entre ida e volta do trabalho para grande parte da população. Além disso, o maior acesso à educação e a valorização cultural da cidadania, ainda segundo Soares, teriam contribuído para a criação de um contexto favorável à participação política pela reivindicação de direitos,

o que tornou inaceitáveis situações que em momentos anteriores seriam aceitas passivamente.

Segundo André Singer (2013), a partir do segundo ato, no dia 7 de junho, um dia após o primeiro, a repressão pela Polícia Militar se apresenta de forma crescente, culminando no quarto ato, em 13 de junho, quando estimou-se a participação de algo entre 5 e 20 mil manifestantes, possivelmente respaldada pela repercussão negativa da mídia tradicional sobre as manifestações.

Nos primeiros três protestos, a cobertura midiática os retratou com conotação negativa, dando destaque para casos isolados de vandalismo ou culpabilizando os manifestantes - ainda que tenham sido protestos majoritariamente pacíficos - pelos confrontos com a Polícia Militar, acompanhado de crescimento no tamanho das massas de manifestantes, culminando no endurecimento da sua ação conforme determinado pelo governador Geraldo Alckmin para o protesto do dia 13. Este protesto teve momentos descritos como “*cenas de guerra a céu aberto*” na presença de “*policiais enlouquecidos*” (SINGER, 2013, p.25), com repressão que atingiu com força os jornalistas que cobriam o ato.

A partir deste momento, os canais tradicionais de mídia passam a destacar a repressão desproporcional por parte da Polícia Militar, fazendo com que os atos passem a ser vistos por uma ótica diferente pela sociedade, conquistando a simpatia do público. A truculência da polícia passa a ser fortemente criticada, visto que profissionais de imprensa haviam sido atingidos enquanto exerciam sua profissão.

A consequência de tal repercussão foi o crescimento exacerbado do número de participantes nos atos seguintes, culminando em algo entre 70 e 110 mil participantes no dia 20 de junho. O apoio à causa e a identificação com a revolta se espalhou também pelo resto do país, levantando protestos em várias outras cidades. De acordo com matéria do site G1, no dia 20 de junho mais de 1 milhão de pessoas participaram de protestos realizados em mais de 100 cidades brasileiras¹⁹.

O que é importante destacar é que foi justamente essa virada da opinião pública sobre os atos e seu consequente crescimento repentino que representaram uma mudança estrutural na forma dos protestos, ao se considerar as reivindicações em pauta e os manifestantes que se juntaram à causa.

¹⁹ Ver “Protestos pelo país têm 1,25 milhão de pessoas, um morto e confrontos”. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html> (acesso em 28/12/2020)

As diferentes fases das manifestações

Para entender melhor as mudanças ocorridas ao longo da série de protestos, podemos nos utilizar da classificação proposta por Singer (2013). Esta consiste em ver naqueles eventos três etapas, consideravelmente distintas entre si no que diz respeito ao número de participantes, objetivos dos manifestantes e até à própria organização dos atos.

Na primeira fase, correspondendo aos quatro primeiros atos (6, 7, 11 e 13 de junho), as reivindicações dos manifestantes estavam alinhadas com o posicionamento do Movimento Passe Livre, especificamente sobre pautas referentes às condições de vida urbana e ao direito à cidade. Seu público, ainda reduzido, compunha-se majoritariamente de jovens e estudantes, e também contava com a presença de movimentos sociais e sua base mobilizada. Ou seja, um público já familiarizado com a pauta e com a estratégia de manifestação nas ruas como forma de reivindicação. Com um objetivo específico - a redução do preço das passagens de transporte público na cidade - e seguindo o modelo de manifestação já adotado pelo MPL anteriormente, os grupos mobilizados pelas redes sociais percorriam e paralisavam grandes vias da cidade por horas.

Após a repercussão pelas mídias tradicionais e digitais, em grande parte em virtude da forte repressão policial, as manifestações passaram por um grande crescimento no número de participantes que, desta vez, corresponderam a diferentes parcelas da sociedade. As mensagens proferidas se multiplicaram e se descentralizaram, afastando-se do foco específico observado nos primeiros atos convocados pelo MPL. Neste momento, chegariam às ruas, motivadas pelo sentimento de revolta e pelo desejo de inserir-se na luta pela participação política, novas massas de outras vertentes ideológicas e não necessariamente conectadas e familiarizadas com as pautas originais. Este momento corresponde à virada para a segunda etapa do movimento, de 17 a 20 de junho, quando alcança o auge.

Uma espécie de apropriação do movimento pela nova massa de manifestantes aconteceu no momento mais efervescente da série de protestos, que passaram a expressar sua revolta contra o sistema político como um todo - direcionando o foco à classe política e seus partidos - levando à repressão da presença de movimentos sociais e militantes de partidos, classificando a revolta como “apartidária” e expressando insatisfações múltiplas. A pauta original das manifestações se amplia para o “*direito de protestar*” (PAIERO, 2015, p.158).

Para Singer (2013), o caráter “horizontal e descentralizado” adotado pelo MPL, que recusou uma imposição do sentido das manifestações vinda “do alto”, foi um dos fatores que permitiu que outros grupos ganhassem espaço dentro dos protestos.

Soares (2013) aponta para a materialização de um abismo entre a institucionalidade política e o sentimento da população, representando um certo colapso da representação política. O Partido dos Trabalhadores, que dos pontos de vista econômico e social teria estabelecido uma série de avanços para o país, em especial às classes mais baixas, não teria conquistado o mesmo progresso na questão política, na relação entre Estado e sociedade, sendo leniente com estruturas e processos corruptos - o que fora intensamente explorado pela mídia tradicional ao longo dos anos anteriores, como por exemplo o escândalo do mensalão.

Desse modo, é possível afirmar que um movimento originalmente encabeçado pela “nova esquerda” passa por uma apropriação pelos grupos de centro e direita, conferindo-lhe um viés oposicionista que não existia antes. Existia ali uma oportunidade para expressar um sentimento de angústia para com a situação geral do país, seja por questões políticas, econômicas ou sociais.

Nesse momento, setores mais expressivos da classe média entram em campo. A bandeira anticorrupção é erguida e passa a ser uma das grandes mensagens dos atos seguintes. Segundo Singer (2013), o argumento da luta contra a corrupção tem a vantagem de se espalhar facilmente por diversas camadas sociais, em virtude do senso comum. Para as classes médias, a falta de instrução das camadas mais populares as levaria a aceitar a corrupção em troca de benefícios. Ao mesmo tempo, explora-se o argumento de que, caso fosse erradicada a corrupção, que seria a grande causa de problemas sociais, haveria mais recursos para amenizar tais carências.

20 “Alguns manifestantes têm utilizado a bandeira nacional como uma espécie de “escudo” para se defender de possíveis agressões policiais nos atos realizados em Belo Horizonte. Outros estudantes dizem ter sido aconselhados até por professores a “vestir” o símbolo brasileiro e, assim, ter a garantia de ficarem livres dos casquetes e disparos de balas de borracha.” Disponível em: <http://g1.globo.com/mi-nas-gerais/noticia/2013/06/manifestantes-usam-bandeira-do-brasil-como-escudo-em-atos-de-bh.html> (acesso em 28/01/2021)

21 “(...) fenômeno de cooptação com o qual as classes dirigentes conseguem chegar e manter-se no poder através da absorção dos grupos antagônicos” (SCARTEZINI, 2016, p.187).

Ocorreu ainda a rápida penetração de palavras de ordem contra os investimentos feitos pelos governos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, em detrimento de investimentos em infraestrutura e programas para as populações como um todo, em especial as mais carentes. O alto valor dos ingressos para os jogos seria também o que impediria as classes mais baixas de desfrutarem dos investimentos feitos para os eventos.

Observa-se então a expulsão da esquerda com suas bandeiras vermelhas ao mesmo tempo em que se manifestam multidões com as cores verde e amarelo, cantando o hino nacional em frente ao prédio da FIESP com a presença cada vez mais frequente de bandeiras do Brasil e cartazes pedindo por menos impostos, segundo Melo (2015).

O uso da bandeira e suas cores teria sido inclusive uma maneira encontrada pelos manifestantes de se esquivar da repressão policial, que teria sido focada nos manifestantes explicitamente de esquerda²⁰. No contexto da Copa das Confederações que ocorria em junho de 2013, ainda mais considerando-se o futebol como “orgulho nacional”, não era incomum que a população também tivesse uma camiseta da seleção nacional em seus guarda-roupas. Esta estratégia possibilitaria a diferenciação destes novos integrantes dos protestos para com os manifestantes considerados “vândalos” da esquerda.

Sobre a apropriação do movimento por grupos de direita, Ivo Tonet argumenta:

(...) não é de admirar que os reacionários e conservadores procurem direcionar esse movimento para seus fins. O surgimento de movimentos fascistas, integralistas, nazistas não é algo estranho a estas situações. Isto já foi visto em outros momentos históricos. (...) A falta de um maior esclarecimento acerca das causas mais profundas dos problemas sociais, pode facilmente tornar essas massas presas de grupos reacionários e/ou de indivíduos “salvadores” (TONET apud SCARTEZINI, 2016, p.186).

Natalia Scartezini (2016) comenta, apoiando-se em Gramsci através do procedimento denominado por ele de “*transformismo*”²¹, sobre a capacidade do sistema capitalista de manejar, cooptar e anular eventos ou ações políticas que de algum modo

tenham capacidade contestatória, sendo capazes de abalar de algum modo a estrutura do sistema do capital. Isso asseguraria a perpetuação hegemônica do capitalismo sobre os elementos contestatórios.

A boa sensação de cumprir com o seu dever cívico ao marchar em bloco contra bandeiras genéricas, mostrou-se muito útil a interesses políticos não vinculados originalmente às manifestações. O Gigante havia acordado e foi rapidamente cooptado (SCARTEZINI, 2016, p.187).

No dia 20 de junho, último e o maior dos atos ainda encaixados pelo Movimento Passe Livre, a maior parte dos manifestantes se identificava com o espectro ideológico de “centro ampliado”²², de acordo com o Datafolha. Neste momento, os governos da Prefeitura e do Estado de São Paulo já haviam revogado os aumentos nas passagens de transporte. O Movimento Passe Livre anuncia então que não iria mais convocar novos atos relativos às tarifas naquele momento, apontando também para a apropriação do ato por movimentos conservadores.

Na terceira fase das manifestações, o movimento se fragmenta em mobilizações menores com outros objetivos²³. Os atos continuam até o final do mês, com mobilizações divididas entre suas demandas específicas, ainda tomando proveito do calor das manifestações das semanas anteriores. De fato, a classe política tinha sido abalada pelas dimensões que as demonstrações haviam tomado, chegando ao ponto de ceder parcialmente às reivindicações dos manifestantes.

“*Não é só pelos 20 centavos*” e “*O gigante acordou*” são lemas que marcaram estas manifestações, corroborando os argumentos de que os protestos adquiriram uma revolta generalizada - que acabou sendo direcionada ao Governo Federal²⁴ - e que o povo estava ciente do poder que agora tinha em suas mãos, através da sua capacidade de reagir frente à classe política.

²² Respectivamente, centro-esquerda: 14%; centro: 31%; centro-direita: 11%. Esquerda: 22%; direita: 10%; não sabe: 13% (SINGER, 2013, p.38).

²³ Redução de pedágios, derrubada da PEC 37 e protesto contra o Programa Mais Médicos são algumas das demandas listadas por André Singer (SINGER, 2013, p.26).

²⁴ Ao final de junho, a aprovação de Dilma enquanto presidente da República havia caído 27 pontos em três semanas (de 57% para 30%) (SOARES, 2013, p.2).

Os protestos e a cidade

É importante ainda comentar sobre as escolhas dos espaços da cidade utilizados para as manifestações de 2013, no sentido de que estas escolhas explicitam relações entre os grupos que se manifestam, questões sociais, políticas e históricas com o espaço urbano.

Dentre os espaços mais relevantes ocupados pelos atos, podemos destacar: a região da Avenida Paulista, se estendendo até a Rua da Consolação; o centro, englobando o Theatro Municipal, Viaduto do Chá (e Prefeitura de São Paulo) e a Praça da Sé; e a região da Faria Lima, com o Largo da Batata, Avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros (incluindo a Ponte Estaiada).

Seguindo as constatações de Paías (2016), é notável a estratégia de ocupação de não apenas uma, mas de diversas áreas das regiões de centralidade da cidade, ao longo do centro expandido. Todas estas regiões carregam em sua imagem algum aspecto simbólico, relacionado a processos socioeconômicos ou históricos. A região da Faria Lima, representando a nova centralidade financeira da cidade; a região central, representando um centro histórico que configurou uma centralidade econômica da cidade em outros tempos; e a região da Avenida Paulista, que também traz um caráter histórico relacionado às elites e hoje se apresenta como centro simbólico da metrópole.

Tal estratégia parece possibilitar, num primeiro olhar, a expansão do alcance e da consequente visibilidade de um movimento que se propõe a lutar contra o status quo. Alguns desses espaços já tinham sido utilizados, ao longo de sua história mais recente, como palco de manifestações políticas, como a região central e a Avenida Paulista. No entanto, pode-se perceber no caso de 2013 que a atenção dada principalmente aos espaços mais elitizados da cidade, como a própria Avenida Paulista e a região da Faria Lima, carrega a intenção de se opor ao que estes espaços representam enquanto símbolos dentro da cidade, uma vez que podem ser vistos como espaço majoritariamente das elites.

Nesse sentido, a Avenida Paulista se apresenta como espaço de disputa por grupos políticos diversos. A prova disso é o uso predominante da avenida como espaço escolhido para as manifestações ocorridas pós-2013, com destaque para as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff a serem analisadas logo mais.

A Avenida Paulista representou, em seus primórdios, um espaço de prestígio das elites da era do café, pela ocupação dos seus terrenos por palacetes em uma posição privilegiada na topografia da cidade. Distante de regiões consideradas insalubres e com uma vista panorâmica de um dos pontos mais elevados da cidade, foi alvo desde este momento de investimentos privilegiados em infraestrutura urbana. Criada como um boulevard, já trazia consigo a preocupação do poder público com o valor simbólico que seria agregado.

Esse valor não se perde nem com a alteração de seus usos posteriormente, quando passa por uma fase de verticalização com edifícios residenciais de alto padrão, sedes de bancos, empresas e instituições de poder. A avenida seguiu como símbolo de camadas elitizadas da sociedade, e as regiões adjacentes à avenida também corroboram essa área como um espaço de elites, com a forte presença de usos residenciais de alto padrão no bairro dos Jardins, por exemplo.

Sharon Zukin, apontada por Paias, trata da criação de “paisagens de poder” pelos grupos no controle da economia e instituições, convenientes para a manutenção do sistema que dominam. Essas paisagens de poder se dão através de “*espaços de manifestação simbólica não apenas da ocupação pelas elites, mas do poder político e econômico como um todo*” (PAIAS, 2016, p.43). Neste sentido, vale como exemplo a criação pelo poder público de legislação que impede usos considerados inadequados para a via, como o comércio ambulante, como forma de construção e manutenção da imagem pretendida.

Ainda, a própria imagem da avenida enquanto símbolo da metrópole, favorecida pelo desenho da via e pela presença de espaços com caráter forte público - como por exemplo o vão livre do MASP - contribuem para a percepção da Paulista como um espaço público aberto dentro de uma área verticalizada na cidade. A Avenida torna-se, então, “*a grande imagem síntese, o lugar com a grande potência simbólica da cidade*” (Ibid., p.39).

Citando Teresa Caldeira, Pereira (2017) sugere que pode-se pensar que o próprio caráter de usos múltiplos da avenida gera uma intensa mistura entre classes no espaço, entre os que residem no lugar, junto das diferentes classes sociais que exercem atividades de trabalho ou até mesmo lazer na avenida. No entanto, ainda que ocorra essa presença simultânea, os grupos que detêm maior poder sobre os usos e a circulação na região reforçam a separação entre eles e a periferia, pelo uso de enclaves fortificados - muros, tecnologias de segurança e símbolos sociais - a fim de restringir o acesso e livre circulação destes espaços, o que pode ser visto também como um modo de manutenção da imagem simbólica da avenida.

É nesse sentido então que a escolha da Avenida Paulista como palco dos protestos de 2013 pode ser vista como uma tentativa de disputa pela imagem deste território, enquanto espaço de segregação e conflitos entre o poder dominante e as classes trabalhadoras, levantando questões sobre cidadania e pertencimento à cidade. A pauta das manifestações inclusive contesta o que a avenida representa, em relação ao direito à cidade e a locomoção pelo espaço urbano, uma vez que a avenida se trata de um importante eixo de transporte público. Como afirma Paias, “*ocupar os espaços em protesto poderia ser, portanto, tomar à multidão os espaços como símbolo, disputá-los em sua narrativa histórica de ocupação*” (Ibid., p.42).

O caráter político que passa a fazer parte do dia a dia da Avenida Paulista pode ser visto também como uma resposta às tensões que o ambiente urbano produz. Inclusive o boulevard é visto como um espaço que, em virtude do contexto social em que se insere na vida moderna, força o homem a reagir politicamente, segundo Pereira (2017). Com isso, a escolha não só da Avenida Paulista, mas também de outros espaços de manifestação de poder das elites, pode ser vista como uma estratégia disruptiva e insurgente de contestar estas relações de poder, cidadania e simbologia. Não é à toa então que o Movimento Passe Livre tenha realizado seus atos em dias úteis, em horários no final da tarde, que é quando a maioria das pessoas sai do trabalho e retorna para suas residências.

Esta decisão fortalece o caráter revolucionário pretendido pelo movimento, uma vez em que tensiona o cotidiano da cidade,



VOCÊ É A FAVOR DE PROTESTO COM BADERNA?
0000 11 97207-5400 0000 11 97207-5600
NÃO 995 2346 SIM

ao vivo 



VOCÊ É A FAVOR DE PROTESTO COM BADERNA?
0000 11 97207-5400 0000 11 97207-5600
NÃO 995 2346 SIM

ao vivo 

VOCÊ É A FAVOR DE PROTESTO COM BADERNA?
0000 11 97207-5400 0000 11 97207-5600
NÃO 995 2346 SIM

ao vivo 

VOCÊ É A FAVOR DE PROTESTO COM BADERNA?
0000 11 97207-5400 0000 11 97207-5600
NÃO 995 2346 SIM

ao vivo 

VOCÊ É A FAVOR DE PROTESTO COM BADERNA?
0000 11 97207-5400 0000 11 97207-5600
NÃO 995 2346 SIM

ao vivo 

estendendo sua visibilidade e escancarando suas demandas, o que se torna ainda mais potente tendo em vista que as manifestações abordaram pautas relacionadas ao transporte, ou seja, deslocamento pela cidade, e conseqüentemente o direito à cidade. Além disso, pode-se contar com a adesão de pessoas que, saindo de seus respectivos trabalhos, juntariam-se ao corpo da manifestação. Segundo Paia *“para Zukin, as narrativas de resistência (...) também fazem parte da composição da paisagem”* (PAIAS, 2016, p.43). O próprio MPL afirma, na coletânea *Cidades Rebeldes* (2013), que *“o acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo”* (MPL-SP, 2013, p.15).

Vale também mencionar que um grupo específico de manifestantes, denominados de black blocs, esteve presente durante as manifestações de junho. Segundo Espírito Santo, Diniz & Ribeiro (2016), sua origem remete a um movimento autonomista na Alemanha nos anos 1980 que usava máscaras e roupas pretas para dificultar a identificação da polícia, e agiam nas manifestações de modo a tentar oferecer proteção à multidão aos ataques da polícia. No caso de junho, podem ser descritos ainda como manifestantes anti-capitalismo que promoviam ações de ataque à propriedade privada e às vezes também pública dentro dos atos. Presente desde o início das manifestações, o grupo recebeu cobertura negativa por parte da mídia, que focava nas ações de depredação em detrimento da cobertura do protesto como um todo.

Nas últimas manifestações esses grupos tiveram presença mais constante e agressiva, atraindo mais a atenção dos veículos de comunicação (que dividiram o movimento em dois grupos: o de pessoas bem-intencionadas e o de vândalos responsáveis pela degradação), o que pode ter sido um dos motivos para o esvaziamento dos protestos ao final de junho. Denise Paiaro (2015) indica que o ataque a patrimônio público tende a ser um elemento que rompe a comunicação dos protestos, já que a tendência geral do público é se opor a manifestações onde isso ocorre. Isso pode ter contribuído para que as manifestações dos anos seguintes, especialmente as de grupos de direita, tenham adotado a estratégia de comunicar que suas manifestações eram “pacíficas e ordeiras”.

A internet e as mídias nas Jornadas de Junho

25 O número foi de 20.556 em 6 de junho, 6.169 em 7 de junho, 12.782 em 11 de junho, 28.228 em 13 de junho e 287.457 em 17 de junho (SILVEIRA, 2015, p.220).

A internet e as redes sociais desempenharam um papel fundamental na constituição do que foram as manifestações de junho de 2013, levantando uma nova possibilidade de atuação de movimentos sociais e organização e reivindicação política.

Tamanho fervor nas ruas não tinha sido observado desde as manifestações contra Fernando Collor, em 1992, e anteriormente pelas Diretas Já, em 1983 e 1984. Isso foi auxiliado, em parte, pela repercussão dos protestos pelas mídias tradicionais e pelas redes sociais. Seguindo as próprias táticas do MPL de uso de mídias alternativas para informar sobre o movimento, os manifestantes usavam seus celulares para compartilhar, em tempo real, os acontecimentos dos protestos, permitindo que mostrassem suas próprias versões e visões dos protestos, segundo Silveira (2015). A partir daí, a cobertura dos eventos não é mais exclusiva da grande mídia, o que também gerou uma disputa acerca da narrativa dos fatos, considerando que movimentos sociais recebem, geralmente, uma cobertura parcial e desfavorável da mídia tradicional. Esta nova possibilidade de cobertura dos eventos contribuiu para que os movimentos sociais conquistassem algum poder em influenciar a opinião pública e a própria mídia tradicional, se observarmos a mudança de posicionamento da classe política, dos cidadãos e da grande mídia em meio aos protestos de 2013.

Silveira (2015) aponta o crescimento do número de participantes confirmados nos eventos do Facebook por dia de protesto **25**. Este crescimento acentuado, reflexo da repercussão dos protestos, coincide com o momento em que a mídia tradicional passa a criticar a truculência da Polícia Militar. Anteriormente, se a grande mídia buscava deslegitimar a causa e desmobilizar os protestos, em 20 de junho a Rede Globo suspende sua programação para cobrir os protestos na Avenida Paulista. Isso pode ser interpretado como uma estratégia de apropriação do movimento pela grande mídia, o que nos permite questionar se havia por trás uma

intenção de mudar o direcionamento das indignações. Segundo pesquisa nacional feita pelo Ibope, ao final das Jornadas de Junho, 89% dos entrevistados diziam apoiar as manifestações, apesar de apenas 6% declararam ter participado dos protestos²⁶.

Yochai Benkler aponta para importantes transformações com o advento da internet: “os indivíduos puderam fazer mais por eles mesmos; trabalhos coletivos foram facilitados; foi aberto um grande espaço para a construção de processos coletivos fora do mercado” (SILVEIRA, 2015, p.215). No contexto das manifestações, os usuários perceberam que tinham em suas mãos o poder de produzir e distribuir informações. Assim, poderiam mostrar para o público em geral uma narrativa diferente da informada pela grande mídia. De acordo com Espírito Santo, Diniz & Ribeiro (2016), as hashtags #VemPraRua e #OGiganteAcordou tiveram grande presença no contexto dos protestos, seja para convocar, seja para partilhar informações e materiais. A portabilidade dos telefones celulares potencializou a importância das redes digitais como espaço para difusão de informações, por permitir o compartilhamento em tempo real, no local do evento.

Em meio aos veículos de comunicação tradicionais e bastante conhecidos, ganham também visibilidade coletivos de mídia livre, com destaque para o “Mídia Ninja”²⁷. O grupo transmitia as manifestações pelo país na internet em tempo real através de celulares, buscando apresentar uma forma diferente de transmissão dos eventos, permitindo a interação dos espectadores. Sua narrativa também buscava desconstruir a apresentada pela grande mídia, mostrando “o outro lado” da história.

Silveira indica, com base em levantamentos de compartilhamentos no Facebook, que novas forças políticas teriam adquirido relevância e capitalizado o processo político, no contexto dos protestos de 2013. Inicialmente, veículos de comunicação tradicionais, como o O Estado de S. Paulo, O Globo e Folha de S. Paulo eram os mais compartilhados, junto da Mídia Ninja. Na fase final dos protestos, esse espaço foi ocupado por páginas de Facebook, como o AnonymousBrasil, Movimento Contra Corrupção, Isso é Brasil, entre outras. Estas páginas teriam “um discurso de defesa da justiça em geral, da melhoria da vida e do combate à corrupção” (Ibid., p.221). A análise de seu discurso indica que existe um alinhamento com o pensamento do espectro ideológico de direita.

²⁶ Ver “Manifestações nas ruas são aprovadas por 89% dos brasileiros”. Disponível em: <https://memoria.abc.com.br/noticias/politica/2013/07/manifestacoes-nas-ruas-sao-aprovadas-por-89-dos-brasileiros> (acesso em 15/01/2021)

²⁷ “Ninja” significando Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação

²⁸ Ver “Yenikapi construction starts near Byzantine city walls”. Disponível em: <https://www.hurriyetdailynews.com/yenikapi-construction-starts-near-byzantine-city-walls-45688> (acesso em 13/02/2021)

Consequências

Como consequência dos atos realizados em junho de 2013, podemos destacar a consolidação da Avenida Paulista como espaço de manifestação política, graças às suas qualidades espaciais e simbólicas e, tratando-se de uma região central e de intenso fluxo de pessoas a todo momento, a garantia de alcançar visibilidade. No entanto, Paias (2016) aponta para a consequente reificação do ato de protestar na Avenida Paulista, já que desde 2013 esse próprio ato é transformado em imagem, fortalecido pela extensa cobertura midiática dos protestos. Uma vez em que deixa-se de tensionar os símbolos urbanos, ou seja, deslocar e renovar os sentidos dos espaços, e o espaço é automaticamente associado à ideia de manifestação, a ocupação deste espaço deixa de ter o caráter que se pretendia.

Podemos então considerar, no contexto internacional, um exemplo que se apresenta como a materialização desta contradição, em que os protestos deixariam de carregar consigo o caráter disruptivo pretendido no espaço urbano enquanto espaço da vida cotidiana social e, conseqüentemente, política.

Este exemplo é o da praça na região de Yenikapi, em Istambul, Turquia. Ela foi construída em substituição à praça Taksim, após renovação que restringiu as demonstrações em grande escala nesta. O novo território de 71 hectares²⁸, criado sobre um aterro no Bósforo, é cercado de água por três lados, facilitando o exercício da segurança pelo Estado e constitui um espaço delimitado intencionalmente para manifestações, de modo a não se mesclarem com o cotidiano da cidade (BORRIES, AHLERT, FISCHER, 2014, p.174).

Também pode-se considerar a estratégia de ocupação do espaço público como forma de manifestação política. A compreensão geral sobre direito à cidade se expande, mesmo que de forma subconsciente, ao se considerar a continuidade do acontecimento de manifestações públicas para expressar pautas e demandas da população. Segundo Pereira (2017), a internet entra

como ponto-chave também nesse processo ao permitir uma articulação mais dinâmica e horizontalizada de grupos sociais e políticos, ao mesmo tempo em que se configura como um meio de disseminação da repercussão de tais demonstrações públicas, em contraposição à velha política oligárquica brasileira²⁹. A autora cita Leonardo Sakamoto, segundo o qual as tecnologias de comunicação são mais do que uma forma de descrever, mas também construir e reconstruir a realidade.

Nos meses que se seguiram às manifestações de 2013, páginas nas redes sociais que discursavam contra a corrupção, contra a realização da Copa e questionando os investimentos do Governo Federal ganharam força, também ao elogiar a atuação de políticos da oposição como Jair Bolsonaro. Pôde-se notar a consolidação da internet como espaço de disputa política e plataforma de mobilização. Para Silveira (2015), os partidos tradicionais, tanto da esquerda como da direita, e movimentos sindicais encontraram dificuldades para se impor no meio digital, o que deu abertura para novas lideranças políticas na internet. Isso pois *“a herança do ‘centralismo democrático’, mais vertical e centralizador do que interativo e democrático, parece dificultar que a velha esquerda a se recrie nas redes”* (SILVEIRA, 2015, p.218). Isso permitiu que a “nova direita” ganhasse espaço, em parte por já dispor de uma base mais sólida nas mídias tradicionais e também por seu discurso, com prevalência do senso comum, ter mais facilidade de ser disseminado em massa. Reportagens da revista Veja, textos de Olavo de Carvalho, discursos de Jair Bolsonaro e notícias e mensagens escancarando a corrupção do PT foram algumas das técnicas que permitiram a ascensão da nova direita.

Evgeny Morozov questiona o sentido “libertador e progressista” da internet, ao apontar que esta estaria destruindo a liberdade, fortalecendo Estados totalitários e lideranças que visariam por um colapso do sistema democrático. No contexto político brasileiro, é possível notar que as manifestações de junho de 2013 criaram um terreno instável para a reeleição de Dilma em 2014, expondo as fragilidades do Partido dos Trabalhadores, tomando força com os protestos contra os gastos com a Copa do Mundo e as Olimpíadas logo em seguida. A certeza do estreitamento das classes políticas com as vozes das ruas fortalecem estas, desenhando o caminho que levaria aos protestos contra o governo de Dilma Rousseff.

²⁹ Eugênio Bucci aponta para uma diminuição do intervalo entre a ideia e o ato no âmbito da sociedade civil, o que não ocorre na esfera do Estado (BUCCI, 2016, p.70).



^ Praça em Yenikapı, Istambul, Turquia

Soares, em artigo escrito em 2013 (já referenciado aqui), notava como consequência das manifestações uma “perigosa repulsa por tudo o que de longe soa a partido” (SOARES, 2013, p.11). Ao especular sobre o futuro, o antropólogo e cientista político questionava a capacidade dos grupos de diferenciarem a “crítica política” da “crítica à política”, bem como a “rejeição ao atual sistema político-eleitoral” de uma “recusa da própria democracia”. Notavelmente, também previu de certo modo a onda conservadora que seguiria o episódio das Jornadas de Junho, perguntando se “a indignação encontrará traduções autoritárias e ultraconservadoras?” (Ibid., p.11). Paias (2016) chama atenção para a condição de autonomia da imagem, de modo que o movimento e a cidade podem ser símbolos livremente apropriados. As manifestações públicas nesse sentido representariam a disputa política da produção destas imagens.

30 Grafias de Junho trata-se de um projeto colaborativo, parte da pesquisa de doutorado Roberto Andrés, com orientação de Guilherme Wisnik, realizada na FAU-USP. O projeto é abrigado no grupo de pesquisa Cosmópolis, da UFMG, em colaboração com o Laboratório para Outros Urbanismo, da FAU-USP. As fotos encontradas no site foram cedidas voluntariamente pelos fotógrafos. Ver <https://www.grafiasdejunho.org/> (acesso em 28/01/2021).

31 O conceito de mídia primária corresponde, para Harry Pross, ao uso do corpo e suas formas de expressão como modo de transmitir a mensagem nas manifestações, seja pela simples presença física como também por gritos, gestos, palavras de ordem. Mídia secundária, por sua vez, corresponde ao uso de meios de comunicação que ajudem a transmitir as mensagens, como adereços, corpos pintados, métodos como a escrita, impresso e fotografia. Este segundo nível apoia-se no primeiro (PAIERO, 2006, p.168).

A estética dos protestos

Nesta seção, exponho uma análise das estratégias comunicativas observadas nos protestos de junho de 2013, levantando pontos referentes à classificação desses como imagens, a partir da visão de alguns autores sobre o tema. Vale ressaltar que essa análise pode também ser aplicada aos protestos contra Dilma Rousseff, em relação ao espetáculo, performance, teatralização, busca pelos holofotes, menos no que tange ao uso simbólico da violência. Seguidamente, proponho um panorama geral dos símbolos, discursos e formas de manifestação observados nas Jornadas de Junho, propondo uma leitura de material fotográfico, a partir do acervo fotográfico do projeto Grafias de Junho, realizado por Roberto Andrés e que reúne material sobre os protestos de junho pelo país³⁰. Para esta pesquisa, utilizei apenas fotos dos protestos realizados em São Paulo.

Procuro elencar pontos relevantes quanto ao exercício das manifestações, apontando elementos recorrentes e que se tornaram simbólicos para o episódio. Relaciono, então, estes pontos com os argumentos expostos nesta seção sobre as Jornadas de Junho, além de buscar explicitar conexões com outros protestos anteriores no que tange a incorporação ou resignificação de símbolos. Este levantamento possibilita uma análise mais contextualizada das estratégias comunicativas dos manifestantes nos protestos que pediram pelo impeachment de Dilma Rousseff posteriormente.

Segundo Denise Paiero (2006), os organizadores de protestos buscam visibilidade, o que os leva a adicionar a eles elementos que possam ser atraentes para os meios de comunicação. Apoiando-se nos conceitos de Harry Pross de mídia primária e mídia secundária³¹, pela máxima de que todo processo comunicativo começa e termina no corpo, a autora aponta que os corpos que protestam rompem com a disciplina a eles imposta. A multidão de corpos em passeata rompe com a ordem local, de modo a interromper com a previsibilidade e utilizando essa

ruptura para criar novos vínculos com seus receptores. Esta ruptura, no entanto, corrobora a tentativa de transformar o corpo em imagem, a ser veiculada em mídias de outros níveis. “*Quem protesta (...) busca a transformação do corpo na imagem do corpo*” (PAIERO, 2006, p.172).

Eugênio Bucci (2016) afirma que os protestos de junho de 2013 romperam as fronteiras da política para configurar um acontecimento no campo da cultura, com potencial de transformar também a cultura política. Para ele, a força que culminou no afastamento de Dilma em 2016 tem suas raízes nestes eventos.

O autor aponta para o uso da violência como linguagem nos protestos de rua, ao tratar das Jornadas de Junho. A violência se converteria na linguagem visual das passeatas, e vice-versa, configurando uma forma de comunicação. A desorganização dos fluxos do cotidiano da cidade é uma estratégia para tornar visível a dissidência, e esta forma de atrair o olhar é o que garante o seu posicionamento na crítica do poder. Valdenise Martyniuk, Mauro Laruccia & Miriam Silva (2015) complementam que a presença dos manifestantes se dava de forma ruidosa, indo além da ocupação do espaço físico da cidade, como também a do espaço sonoro.

A partir das ranhuras da cidade, projetam mensagens em signos que combinam palavras, imagens e coreografias próprias que podem incluir a pancadaria e escorrem nas praças e avenidas não como selvageria descoberta - mas como linguagem (BUCCI, 2016, p.30).

Isso dialoga, na visão do autor, na ideia de ter as câmeras como objetivo nas manifestações, na tentativa de chamar a atenção dos holofotes. O desejo de existir como ser visível e reluzir na instância da imagem ao vivo ajudou a impulsionar a adesão aos protestos. Essa adesão, também alinhada com o sentimento de indignação generalizado, ocorreu através de uma inflamação por contágio, segundo Martyniuk, Laruccia & Silva (2015).

Os protestos de junho conseguiram capturar a atenção do país pois souberam encenar e teatralizar a tensão por meio de uma performance que flertava com a violência, da qual as câmeras são adictas, revelando o uso de táticas de propaganda, afinal “*nos nossos tempos, fazer política e instaurar performances são esportes inseparáveis*” (Ibid., p.104). O autor cita Javier Cercas,

que evidencia a dimensão espetacular que a história instantânea assumiu. Neste caso, o espetáculo seria a regra geral e absoluta.

“*A linguagem da política requer uma teatralização performática*” (Ibid., p.107). Nesse sentido, os fragmentos estéticos da televisão e da indústria do entretenimento acabam estruturando também a linguagem da política. Segundo Rancière, vem mais da estética que da política a identificação dos grupos que vão as ruas protestar. A própria notícia jornalista acaba se revestindo dessa estética, o que foi verificado em 2013. Para Bucci, as notícias se tornam imagens e passam a circular como mercadorias dotadas de fetiche, no conceito marxista. Os protestos aprendem a falar a língua do capital e do fetiche da mercadoria, o que permite sua definição como espetáculo, no conceito de Guy Debord. Tanto a polícia quanto os black blocs aprendem a satisfazer as câmeras do entretenimento.

As palavras, visualidades e coreografias seriam parte do discurso total observado nas manifestações de junho de 2013. No entanto, estas não poderiam ser explicadas como produto de um programa político resultado de embate entre espectros opostos, mas como um protesto inflamado contra um poder estatal que já não ouvia a sociedade. Diferentemente de protestos anteriores no Brasil, não havia palanques, e as lideranças davam orientações de percurso, mas não controlavam a linha política. Para Bucci, o fluxo de sentidos presente na rua em junho de 2013 representava uma expressão cultural que ultrapassava a intencionalidade de seus agentes.

Já que a comunicação só pode se processar na linguagem, a imagem visual (em analogia à imagem acústica de Saussure) se comporta quase como fala, pois as representações de relações sociais se dão de forma cada vez mais visual na sociedade contemporânea. Segundo Mario Perniola, “*o poder da nossa época estaria no plano do sentir. Por isso, viveríamos uma época estética*” (Ibid., p.128). A partir disso, podemos buscar pela observação e compreensão das imagens visuais que se consolidaram nos protestos de junho de 2013.

Tomemos então, apoiando-nos na leitura feita por Martyniuk, Laruccia & Silva (2015), o Movimento Passe Livre como ponto de partida. O Movimento utiliza-se da sigla MPL, do slogan “*Por uma vida sem catracas*”, e principalmente das cores preto e branco em suas peças de comunicação, dentre elas o próprio logotipo. A

palavra “movimento” sugere a ideia de mudança, ilustrada pela imagem que compõe o logo, que retrata uma figura humana quebrando uma catraca (associada ao transporte público) com determinação.

Tomando uma imagem de divulgação utilizada pelo MPL no Facebook para convocação do primeiro ato contra o aumento das passagens em São Paulo, podemos perceber o uso das cores preto e branco, com uma mensagem principal em letras em caixa alta e em tom de ameaça. Ao fundo, a ilustração de uma catraca incendiada demonstra a intensidade da revolta do movimento.

O coletivo Mídia Ninja, que teve papel importante na cobertura das manifestações de 2013, carrega em sua marca elementos visuais semelhantes aos adotados pelo MPL. Sua logomarca, segundo Bucci (2016), se aproximava de uma estética “guerrilheira”, utilizando-se de uma imagem em preto e branco, em close e alto contraste, em que um rosto mascarado olha para a câmera. Seria um personagem entre a lei e a insurreição, como “*um black bloc que resolvera virar repórter*” (BUCCI, 2016, p.95).

Um ponto importante a ser explorado na convergência das estratégias de linguagem entre esses grupos - Mídia Ninja e Movimento Passe Livre - é o uso simbólico das cores preto e branco. Luciano Guimarães (2004) evidencia que o contraste entre estas duas cores já contribui para gerar uma atratividade à mensagem, enquanto imagem. O uso específico enquanto político, por sua vez, tem sua raiz na ausência da luz, assumindo o sentido de negação. Enquanto a cor que representa a autoridade, o preto também se coloca como a negação dessa autoridade (como na representação anárquica) (GUIMARÃES, 2004, p.88).

A oposição com o branco, por sua vez, situa-se na correspondência com a binariedade de vida e morte. Sendo o preto ligado ao medo, ao desconhecido, às trevas, o branco se apresenta como a vida e a paz. Neste sentido, poderíamos interpretar as mensagens - símbolos, textos - em branco como o que viria iluminar, libertar a escuridão e autoridade do fundo preto sobre o qual estão posicionadas.

Ainda sobre as cores enquanto símbolos, é importante apontar para o uso da cor vermelha que, presente ainda que de maneira modesta nos protestos de 2013, carrega um significado diferente do que será observado nos protestos contra o governo



^ Post no Facebook convocando a população para os protestos de junho de 2013

∨ Logo da Mídia Ninja



Dilma. Guimarães (2004) indica que, no contexto político, é uma cor atribuída ao revolucionismo. No que tange o fisiológico, é o tom ao limite do espectro da cor visível, o que lhe concede parte da agressividade que simboliza. O vermelho pode ser classificado como a cor que simboliza a guerra, a revolução³², a ação e imposição (marcas dos processos revolucionários), a transgressão, violência, sangue e fogo. Evidentemente, na questão da simbologia política, este significado se inverte nos protestos contra Dilma, em que sua cor complementar - o verde - ganha protagonismo. O vermelho em 2013 se apresentou em algumas faixas e cartazes, e também em bandeiras de partidos políticos de esquerda.

A estratégia comunicativa do MPL esteve presente nos materiais levados aos atos, seja em grandes faixas elaboradas pelo próprio Movimento, ou nos cartazes dos manifestantes. Neste sentido, podemos observar a recorrência dos slogans: “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar” e “Por uma vida sem catracas”, bem como referências às expressões “passe livre”, “tarifa zero” e ao símbolo da catraca. Faixas em tecido preto com letras em caixa alta em tinta branca, enunciando os lemas do Movimento Passe Livre, foram comumente utilizadas nos protestos e eram carregadas pelos manifestantes que marchavam guiando o percurso dos atos pelas ruas, posicionadas como espécie de falange (tomando aqui uma associação com as estratégias de batalhas gregas). Bucci aponta similaridades no repertório estilístico dos protestos de 2013 com as barricadas urbanas em Paris em 1968, dentre outras manifestações.

O uso de grandes faixas em tecido - e ocasionalmente em outros materiais, como lona - foi bastante comum durante as Jornadas de Junho, muitas vezes seguindo a paleta de cores e estratégia compositiva dos materiais do MPL, com mensagens sucintas. Ou, ainda que não necessariamente se alinhando com os materiais do Movimento, traziam algumas similaridades com as faixas classicamente utilizadas em protestos anteriores, com grandes dimensões, de modo a garantir máxima visibilidade. Geralmente estas faixas eram hasteadas no meio da multidão, penduradas em lugares altos com visibilidade ou levadas logo na frente da multidão pelos manifestantes. Dada a rapidez com que os protestos eclodiram e se popularizaram, nem todas eram concebidas com antecedência, de modo que muitas eram montadas no próprio local do protesto, ao que parece, com tinta spray.

³² Segundo o autor, a associação com o comunismo e o espectro político de esquerda surge em 1871 na Comuna de Paris, como a cor que do fogo que transforma (GUIMARÃES, 2004, p.121).



^ Slogans e símbolos do MPL nas Jornadas de Junho

v Grandes faixas em tecido



Essa rápida popularização dos protestos influenciou sobre grande parte dos materiais levados pelos manifestantes, dado que não parece ter havido tempo nem condições, considerando o tamanho do movimento, para que fossem organizadas diretrizes ou observadas tendências para a elaboração dos materiais. Neste sentido, a grande predominância nos atos foi a de cartazes pequenos, em cartolina ou papelão, escritos à mão, com caneta, tinta ou spray. Muitos eram feitos logo antes dos protestos (ou até durante) e não se percebe um padrão na paleta de cores ou estilos compositivos, tampouco nas mensagens que, com o avanço dos atos, conforme já apresentado, se tornaram cada vez mais individuais e específicas.

Nesta situação, os manifestantes parecem ver a situação como oportunidade para expressar suas próprias reivindicações, que muitas vezes acabam sendo inseridas nos cartazes de qualquer jeito, aos excessos, ou sem legibilidade alguma. Vale ressaltar, nesse sentido, que este pode ser considerado o primeiro grande protesto no Brasil após o advento dos smartphones, que permitiram o fácil acesso a câmeras e internet por qualquer um que estivesse na rua. Isso pode ter resultado na intenção dos manifestantes de direcionar os cartazes não mais à escala da massa do protesto, das coberturas televisionadas, da filmagem aérea, mas à escala da tela do smartphone, de modo que fosse possível enquadrar seu próprio rosto e corpo junto de seu cartaz, a prova da presença nos atos, pronta para ser espalhada nas redes sociais.

Apesar disso, ainda foram frequentes as menções à recusa do valor proposto de R\$ 3,20 para o transporte público, como “R\$ 3,20 é roubo”, “R\$ 3,20 é assalto”, “R\$ 3,20 não”, entre outros, tanto em cartazes como em pixações que se espalharam pela cidade em edifícios e muros. Conforme apontado por Espírito Santo, Diniz & Ribeiro (2016), o uso de hashtags nos materiais gráficos e textuais levados pelos manifestantes também marcou presença, com destaque para #VemPraRua e #OGiganteAcordou, bem como mensagens derivadas. Estas se caracterizaram por um discurso de união e encorajamento, indicando que o povo brasileiro não ficaria mais calado acerca de suas reivindicações e que as massas tinham saído do conforto de seus lares para as ruas para lutar por direitos. Também foi percebido um discurso recorrente de repúdio à realização da



^ Mensagens com uso de hashtags e repúdio ao valor de R\$ 3,20

v Materiais sendo confeccionados nas ruas



Copa do Mundo e seus investimentos, em detrimento das áreas de educação e saúde. A Fifa também foi direcionada nessas mensagens, o que faz sentido considerando que a Copa das Confederações ocorria naquele momento no Brasil.

Conforme indicado anteriormente, os manifestantes não lutavam apenas pela revogação do aumento de 20 centavos. Esse argumento corrobora as pautas diversas levantadas pela multidão, num clima de indignação generalizada, e foi materializado em diversos cartazes que diziam que a revolta “não era só por 20 centavos”, e sim “por direitos”. Embora o estopim dos atos tenha sido a medida sancionada pelos governos municipal e estadual, o clima de insatisfação geral que tomou conta do processo fez com que as críticas também chegassem à presidente Dilma. Neste momento, já podemos ver o início da revolta que persistiria pelos anos seguintes, culminando nos protestos de 2015 e 2016 pelo impeachment.

Mesmo que com o crescimento das manifestações as bandeiras de partidos políticos as bandeiras de partidos políticos fossem repudiadas e removidas dos atos, pôde-se perceber, principalmente nos primeiros protestos, a presença de bandeiras de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e PCO, nas cores vermelho e amarelo, usadas também nas grandes faixas de tecido erguidas pela multidão.

Apoiando-se em Mikhail Bakhtin, Bucci (2016) aponta que os signos estão sempre em disputa, nunca estão parados no tempo. E é deste conflito permanente pelos signos que decorre a significação, no sentido que uma palavra muda completamente dependendo de quem a pronuncia.

Os manifestantes se apropriaram da estratégia de pintar o rosto com as cores verde e amarelo, numa clara referência ao movimento Caras-Pintadas, de 1992, que pedia pelo impeachment de Fernando Collor. Uma hipótese para tal conexão seria o fato de que, assim como grande parte do público das manifestações de 2013, os manifestantes de 1992 também eram majoritariamente classificados como jovens e estudantes, na luta contra a figura do governo.

Assim como as cores da bandeira no rosto, outros símbolos nacionais foram apropriados (e até ressignificados) nas ruas durante as Jornadas de Junho. A bandeira nacional se fez



^ Ataques à Copa e à FIFA e mensagens sobre o povo brasileiro ter acordado

v Não são apenas 20 centavos





^ Ataques a Dilma Rousseff

v Bandeiras de partidos em meio às manifestações



33 Ver “Protestos em São Paulo têm paródia de funk e ‘puxador’ de hinos”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protestos-em-sao-paulo-tem-parodia-de-funk-e-puxador-de-hinos.html> (acesso em 28/01/2021)

34 Ver “Presos em protestos em SP relatam detenções por spray e vinagre”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/presos-em-protestos-em-sp-relatam-detencoes-por-spray-e-vinagre.html> (acesso em 28/01/2021)

35 Ver “Máscara vira símbolo de protestos”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/25/mascara-do-v-de-vinganca-vira-simbolo-de-protestos.htm> (acesso em 28/01/2021)

presente, o que se intensificou com o aumento dos protestos e a consequente participação de diferentes grupos da sociedade nos atos, segundo autores como Singer (2013) e Melo (2015). O hino nacional, em ocasiões cantado pelos manifestantes³³, foi mencionado e até ressignificado em alguns cartazes, como forma de pregar o sentimento patriótico através da revolta ou até expressar as mazelas do sistema político vigente. O hino nacional também passou por um processo semelhante na abertura da Copa das Confederações, em meio às vaia à presidente Dilma, no que Bucci (2016) descreve como uma disputa de reivindicar o símbolo para si (as massas), em detrimento do poder estatal (Dilma).

Máscaras em diferentes formas e por diferentes razões foram bastante utilizadas nas Jornadas de Junho. Algumas delas, improvisadas com peças de roupa amarradas ao rosto cobrindo nariz e boca eram usadas na tentativa de proteção contra as técnicas de repressão policial, em especial as bombas de gás lacrimogêneo. Ainda, os manifestantes passaram a portar consigo recipientes com vinagre pelo mesmo motivo, já que o líquido supostamente neutralizaria ou atenuaria os efeitos das bombas da Polícia Militar. O porte de tal substância tornou-se motivo de perseguição da Polícia contra os manifestantes³⁴, levando estes a incorporarem o vinagre como símbolo de resistência nos protestos.

Cartazes surgem, fazendo menção ao “V de Vinagre”, referência ao filme (derivado da HQ) V de Vingança, que retrata uma sociedade distópica na qual o personagem principal, que usa uma máscara, promove uma revolução pela liberdade e contra a tirania e opressão de um governo tirano. Essa máscara, por sua vez, inspirada na figura histórica de Guy Fawkes e trazida ao universo da cultura pop, foi um elemento de significativa presença nos protestos de junho, seguindo uma tendência global nessa recente onda de protestos pelo mundo, sendo anteriormente utilizadas nos movimentos “Anonymous”, “Occupy”, na Primavera Árabe, no Indignados da Espanha, em protestos contra o governo na Turquia, dentre tantos outros desde os anos 2000³⁵. Neste caso, existe uma clara incorporação desta tendência global, com a ressignificação de seu uso através dos protestos.

Neste contexto, vale uma breve ponderação sobre a ação dos black blocs nas manifestações. Estes grupos, que compunham uma parcela no grande conjunto de manifestantes, protestavam



^ Referências ao movimento Caras-Pintadas

v Apropriação e ressignificação de símbolos nacionais

^ Máscaras improvisadas com peças de vestuário

v Referências ao vinagre





36 Segundo Espírito Santo, Diniz & Ribeiro, com o lema “Por uma vida sem catracas”, o MPL “ressalta a catraca como um símbolo não apenas do transporte coletivo, mas também das desigualdades entre ricos e pobres, brancos e negros e homens e mulheres. O Movimento se compromete assim com o combate a “todas as catracas” que impeçam o acesso a espaços e serviços públicos” (ESPÍRITO SANTO, DINIZ, RIBEIRO, 2016, p.144).

ocultando partes do rosto também com o objetivo de dificultar sua identificação pela Polícia. Eles marcaram presença nos protestos de junho através do ostensivo ataque aos símbolos da repressão (a polícia), do capital (bancos), luxo e poder. Os signos do capital e do Estado se tornaram seus alvos. Para Bucci (2016), estes grupos teriam se apropriado da linguagem da intervenção urbana para convertê-la num ritual cujo objetivo era o linchamento dos signos de poder. A ação destes grupos intensificou o conflitos com os policiais e atraiu a ação da mídia, fazendo com que outros manifestantes nos atos utilizassem de mensagens, escritas e sonoras, repudiando o “vandalismo” e a violência.

Bucci aponta que ocorreu uma distinção pelos meios de comunicação em massa dos grupos de vândalos (black blocs) dos manifestantes pacíficos, estes considerados “brasileiros de valor”. Esta operação semântica contribuiu para o processo de significação da imagem que consolidou estes signos distintos, fabricados pelo olhar na instância da imagem ao vivo. A intenção seria a de prevenir e educar os novatos em passeatas (que não eram poucos), que acabaram eventualmente se desligando dos protestos com o “aumento do vandalismo”, e este signo do manifestante pacífico voltaria com força posteriormente, nas “passeatas higienizadas, assépticas, sem baderneiros de 2015” (BUCCI, 2016, p.47).

^ Máscaras de Guy Fawkes

v Ataques a edifícios públicos e privados



Simbolicamente, ônibus do sistema de transporte público da cidade também foram apropriados nessas ações de vandalismo, que foram de pichações e janelas quebradas até incendiar os veículos. A associação permite indagar: se a população não possui pleno acesso ao sistema de transporte público, aqui simbolizado pelo ônibus, então para que ele serve?

Nesse sentido, fazendo referência também ao discurso e narrativa endossado pelo Movimento Passe Livre, catracas também foram queimadas em atos simbólicos, na busca por sua total abolição, almejando por uma cidade sem catracas - para o MPL, símbolo da segregação³⁶ - como meio para se alcançar seu objetivo máximo, o passe livre no transporte.

Após a revogação do aumento das passagens e do afastamento do Movimento Passe Livre dos protestos sob a justificativa de que estes já não se alinhavam com as reivindicações do MPL, protestos menores seguiram ocorrendo pela cidade, levantando



outras pautas. Um protesto contra a PEC 37, que tratava de segurança pública e estava em debate no contexto das Jornadas de Junho, ocorreu numa tarde de sábado, em 22 de junho de 2013, na Avenida Paulista, dois dias após o último ato coordenado pelo MPL. Neste momento já foi possível notar um afastamento das estratégias de mobilização dos atos convocados pelo Movimento Passe Livre, abrindo espaço para que novos participantes, símbolos e discursos tomassem as ruas. A partir de registros fotográficos, pode-se notar a menor proporção de jovens e estudantes, com o aumento da participação de adultos, e até idosos, de classes mais abastadas, e a multiplicação de bandeiras brasileiras e outros elementos em verde e amarelo. Também crescem os ataques direcionados a Dilma, e um discurso de exaltação da pátria em detrimento do sistema político partidário.



^ Ataques aos ônibus

v Protestos contra a PEC37





PROTESTA DE LOS TRABAJADORES
DE LA INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION

PROTESTA DE LOS TRABAJADORES
DE LA INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION

A LUZ DE LA VERDAD

A LUZ DE LA VERDAD

PROTESTA DE LOS TRABAJADORES
DE LA INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION

PROTESTA DE LOS TRABAJADORES
DE LA INDUSTRIA DE LA CONSTRUCCION



AS MANIFESTAÇÕES PELO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

ANTECEDENTES E CONTEXTO POLÍTICO

A APROPRIAÇÃO DO MOVIMENTO POR GRUPOS DE DIREITA

A NOVA DIREITA E A DITADURA MILITAR

OS NOVOS PROTAGONISTAS

A FASCISTIZAÇÃO DA INDIGNAÇÃO

AS CRENÇAS E IDEOLOGIAS DOS MANIFESTANTES

AS CLASSES MÉDIAS EM CENA

A OCUPAÇÃO DA AVENIDA PAULISTA

A DIREITA NAS MÍDIAS

4. As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff

Durante os anos de 2015 e 2016 ocorreram pelo país manifestações que pediam o impeachment de Dilma Rousseff, seguindo a onda de indignação contra o sistema político que se iniciara após as Jornadas de Junho. Apesar do apoio e presença de alguns partidos políticos, as manifestações se diziam apartidárias - com a presença do lema “Meu partido é o Brasil” - e reuniram parcelas da sociedade predominantemente de classe média e alta, levando às ruas grupos sociais que não tinham necessariamente um histórico ativo de manifestações públicas. Neste capítulo, será analisada a articulação de tais protestos, considerando aspectos políticos, demográficos, buscando-se também expor as crenças e ideologias que embasavam o discurso que foi às ruas. Esta análise servirá de base para o próximo capítulo, que visa apresentar uma abordagem minuciosa sobre a estética desses protestos.

Consideramos aqui quatro datas importantes que concentraram atos unificados em várias cidades e capitais, em todas as regiões do país. São elas: 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, e 13 de março de 2016. O último destes protestos foi o mais numeroso na quantidade de manifestantes, contando com algo entre aproximadamente 3 e 7 milhões de pessoas no país inteiro³⁷, e se configurando como a maior manifestação na história do país. Também foi o único dos quatro a ocorrer após a abertura do processo de impeachment contra Dilma, aceito em 2 de dezembro de 2015 por Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara dos Deputados. Vale mencionar a ocorrência de protestos em 13 de dezembro de 2015, nacionalmente, mas sem a coordenação do MBL e VPR. Convocados por movimentos defensores da intervenção militar, como o “Revoltados Online” e “Avança Brasil”, carregam valor simbólico por terem sido realizados no 47º aniversário do Ato Institucional nº 5 (também conhecido como AI-5), durante a Ditadura Militar (FIRMINO, 2017, p.212).

³⁷ Ver “Mapa das manifestações no Brasil”. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/13-03-2016/contrainformacao/14/01/2021> (acesso em 14/01/2021)

Antecedentes e contexto político

O movimento de insatisfação generalizada que tomou conta dos protestos de junho de 2013 pode ser visto como o ponto inicial da narrativa que foi construída ao longo dos anos seguintes, com a contribuição da mídia, para o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O governo petista sai fragilizado desse movimento, muitas vezes sendo identificado como o “culpado” por diversas das mazelas do país.

Na segunda metade do governo de Dilma, tornam-se mais intensos os efeitos da crise mundial que irrompera anos antes. Com isso, ocorre um aumento da inflação, bem como o declínio do padrão de consumo das classes médias. Tudo isso se junta ao contexto dos antecedentes da Copa do Mundo e das Olimpíadas a serem realizadas no país, e as críticas aos investimentos direcionados a estes eventos em detrimento de serviços básicos para a população tomam ainda mais força.

A partir daí, ainda surfando na onda das Jornadas de Junho, ocorrem pelo país por aproximadamente um ano protestos contra a Copa do Mundo, buscando se opor aos investimentos pretensamente superfaturados em estádios em detrimento de áreas como saúde e educação. Se a Copa tinha o objetivo de ser uma “vitrine” do Brasil para o exterior, o governo passou a temer que os protestos utilizassem o evento para desqualificar a imagem do país, segundo Paiero (2015). Sob o mote de “Não Vai Ter Copa”, o movimento se populariza pelas redes sociais - bem como a hashtag #naovaitercopa - e, apesar de ter perdido força com o passar dos meses, pode-se dizer que até o acontecimento da Copa de fato ainda haviam pequenos protestos (que foram marcados por intensa repressão policial). Segundo Eugênio Bucci (2016), o movimento foi movido “uma juventude que se identificava como ativista, anarquista e até mesmo comunista - embora também de classe média” (BUCCI, 2016, p.24).

Os protestos contra a Copa, porém, não chegaram a ter a mesma dimensão dos protestos de junho de 2013, nem em repercussão nem em número de participantes. Sua reivindicação, naturalmente, não foi atendida.

Ao final de 2014, ocorrem as eleições presidenciais, onde Dilma Rousseff disputa pela sua reeleição para dar início ao quarto mandato petista consecutivo. Neste momento, torna-se muito clara a intensificação de uma polarização política, em meio a um debate maniqueísta, entre petistas e antipetistas. O debate torna-se menos político e mais pessoal, também à medida em que o candidato da oposição, Aécio Neves, explora a insatisfação generalizada contra o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores. Em uma vitória apertada, Dilma garante a reeleição com quase 52% dos votos válidos. Paralelamente, é eleito o Congresso mais conservador desde 1964³⁸. Segundo Bucci (2016), a aprovação do governo, que era de pouco mais de 50% após estas eleições, chegou a 23% em fevereiro de 2015.

Além disso, ocorria desde 2014 a Operação Lava Jato, investigação da Polícia Federal sobre a corrupção no país, que contribuiu para fragilizar a reputação dos governos petistas. A insatisfação das classes médias, impulsionada por grandes instituições e pela classe burguesa, toma novamente as ruas. Em linhas gerais, o novo movimento pede pelo “fim da corrupção” e pelo impeachment de Dilma Rousseff.

³⁸ Ver “Nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964”. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/nova-composicao-do-congresso-e-a-mais-conservadora-desde-1964.ghtml> (acesso em 06/01/2021)

A apropriação do movimento por grupos de direita

O crescente interesse dos brasileiros pela política, catalisado pelas mídias, bem como uma possível tomada de consciência por parte da população acerca do poder das manifestações públicas como estratégia de pressão política, contribuíram para que cada vez mais as pessoas, em grupos diversos, se utilizassem desta forma de atuação política. Os participantes destes protestos, tradicionalmente não familiarizados com a participação em manifestações, se articulam por meio de redes sociais onde debatem e se organizam, gerando uma sensação de pertencimento. As redes sociais aparecem como a possibilidade de que os cidadãos mostrem seu envolvimento com a causa e contribuam para a propagação das demandas e das manifestações em si.

Incita-se a crença na população, pouco politizada e ciente da complexidade dos problemas sociais, que a solução dos problemas do país reside, em grande parte, em questões éticas e administrativas, como o dito “fim da corrupção” e a redução de impostos. Isso contribui para a cooptação das massas por grupos reacionários e indivíduos considerados “salvadores”.

Além disso, como demonstrado por Pereira (2017), o capitalismo pode ser entendido como um sistema que atua pela incorporação e domesticação das críticas feitas a ele. Nesse sentido, pode-se entender essa apropriação das manifestações (surgidas como uma cidadania insurgente) como uma tentativa das camadas conservadoras de retomar o poder e controle sobre as ruas e espaços da cidade, ou seja, o próprio status quo. Aqui, a própria Avenida Paulista pode ser interpretada como esse espaço de disputa.

Se, neste momento, os participantes destes movimentos se assumem como “de direita” e carregam esse rótulo com orgulho, o mesmo não ocorria nas décadas anteriores. Pias cita Antônio Flávio Pierucci, que afirma que os ideais de direita seriam pouco assumidos em comparação com os de esquerda. Para ele, “o regime militar foi quem deixou para as direitas esta herança envenenada” (PIERUCCI apud PAIAS, 2016, p.8).

A nova direita e a ditadura militar

Historicamente, no contexto brasileiro, os grupos de direita se mostraram contrários a estratégias de mobilização popular. Segundo Melo (2015), desde o golpe de 1964 a direita brasileira passou a recusar as mobilizações nas ruas como forma de reivindicação e disputa política, graças ao caráter antimobilizador da ditadura e do neoliberalismo dos anos 1990. Este caráter, no que diz respeito à ditadura militar, reside no fato de que o golpe militar de 1964 foi consumado sob o pretexto de conter o avanço das lutas sociais. Pereira (2017) complementa que, em contraposição aos movimentos políticos de oposição que se organizaram nos anos 1980, a direita caracterizava as estratégias de mobilização como atitudes do populismo.

Podemos também estabelecer uma semelhança entre a direita que consumou o golpe de 1964 e a “nova direita” que surge após as manifestações de 2013, no que diz respeito à construção da narrativa e consequente necessidade de tomada de ação frente ao medo do “fantasma do comunismo”. Melo (2015) aponta para a tese que associa o governo do PT como “anticapitalista” e “comunista”, contribuindo para o crescimento do apelo das massas com baixo nível de formação política para com a direita. O autor faz uma analogia com o movimento “*Tea Party*” do Partido Republicano estadunidense: “*uma mistura de neoliberalismo hard-core com fundamentalismo cristão*” (MELO, 2015, p.5). Levanta a proposta de que, assim como o “*Tea Party*”, a nova direita brasileira traz consigo a característica de ser intransigente em seus princípios, em suma radical, enquanto a “esquerda oficial” (no caso, o PT) transige a todo momento em nome da governabilidade. Esse mesmo movimento rotulava Barack Obama de “comunista”, e conseguiu em algumas vezes paralisar seu governo. A direita, contando com apoio e espaço generoso nas mídias, faz com que suas teorias ressoem com facilidade.

Os novos protagonistas

Após os protestos de 2013, no contexto das eleições que ocorreram em 2014, surgem dois movimentos de oposição ao governo petista que se consolidaram e culminaram na articulação das manifestações a favor do impeachment de Dilma. São eles o “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre”, também conhecidos pelas siglas VPR e MBL, respectivamente. Oficializados na época das eleições, apesar de já se organizarem há algum tempo, apoiaram a candidatura de Aécio Neves, do PSDB, opositor de Dilma no segundo turno.

Segundo Firmino (2017), entre estes movimentos é possível apontar traços em comum: o apelo à luta contra a corrupção (associada aos governos do PT), a defesa de “livre mercado”, redução de impostos, liberdade econômica, concorrência capitalista e o discurso antipetista.

Se declaram inicialmente como “apartidários” e a favor da “renovação política”, embora nas eleições municipais de 2016 algumas de suas lideranças tenham concorrido junto a legendas de oposição ao petismo já estabelecidas, ou também pelo Partido Novo, registrado em 2015, de viés liberal e que defende a redução da máquina estatal.

A iniciativa do VPR surge de uma rede de profissionais liberais (advogados, jornalistas, médicos) dotados de bons contatos sociais e influência. Para seus fundadores, caberia a este grupo de pessoas a função de impulsionar o movimento, devido aos seus privilégios como boa educação, informação e posição privilegiada de mercado. Além disso, grande número de empresários se articula em torno da organização do movimento. Melo (2015) argumenta que estes movimentos têm importante inserção nos meios empresariais e conexões internacionais. Ainda, segundo esses autores, as manifestações de junho de 2013 teriam sido um indicativo de que ocupar as ruas do país era o modo de transformar seu cenário político.

É importante explicitar, antes que sigamos, a existência de uma relação de apropriação e ressignificação que reside no nome destes movimentos para com as manifestações de 2013. O nome “Movimento Brasil Livre” tem nítida inspiração no nome “Movimento Passe Livre”, organização que convocou as manifestações de junho e esteve na boca das mídias durante aquele período. O nome “Vem Pra Rua”, por sua vez, remonta a um dos motes das manifestações, presente em cartazes e gritos de guerra, o que para Firmino (2017) revela uma intencionalidade de disputar o seu sentido. A expressão foi utilizada na intenção de convocar, ou encorajar, a população brasileira a se juntar à manifestação, num contexto em que estas não aconteciam com frequência e as pessoas não estavam familiarizadas com tal ato. Tratava-se de um convite para que saíssem do conforto de seus lares e retomassem o espaço público. No entanto, segundo Paiero (2015), essa própria expressão se tratou de uma apropriação e inversão simbólica, pois foi concebida e era utilizada no momento como um slogan da FIAT para a divulgação da marca durante a Copa das Confederações que acontecia na época. Ou seja, uma frase de apoio ao país junto à competição esportiva torna-se uma ferramenta utilizada em protestos acerca de questões políticas, inclusive em relação ao acontecimento dos próprios eventos esportivos.

Paiais (2016) levanta que, além disso, os símbolos e cores nacionais também são apropriados e ressignificados por estes movimentos, estabelecendo agora uma relação mais próxima de grupos e ideais conservadores.

A apropriação do movimento só ocorreu após as manifestações adquirirem larga escala e serem vastamente repercutidas pelos meios de comunicação. “Neste sentido, dois de seus aspectos, sua escala e sua relevância política, ficaram sujeitos aos imperativos da sociedade de imagem e do espetáculo” (PAIAS, 2016, p.14). O capital político conquistado pelo movimento de 2013 resulta em um capital simbólico na sociedade contemporânea, o que permite que seja livremente apropriado.

Os movimentos Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre se caracterizam também por sua atuação em redes sociais e por seus porta-vozes jovens, o que simboliza uma nova forma de atuação e de imagem da direita, configurando uma linguagem

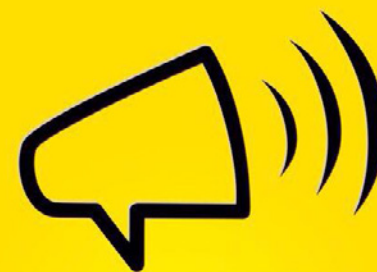


^ Logomarcas do Movimento Brasil Livre e convite para os protestos encontrados em sua página do Facebook

v Logomarcas do Vem Pra Rua e convite para os protestos encontrados em sua página do Facebook

O MEU PARTIDO É O BRASIL. FORA DILMA!

VemPraRua.net
12/04 em todo o BRASIL



12/4
EU VOU!

VemPraRua.net

VemPraRua.net

mais contemporânea em relação ao que já era estabelecido no cenário político brasileiro. Nessa mesma onda, grupos menores como “Revoltados Online” e “Avança Brasil” também ganham força, com posicionamentos ainda mais radicais, como o apoio à intervenção militar. O movimento Revoltados Online, como mostrado por Scartezini, se define como “*uma organização de iniciativa popular de combate ao corruptos do poder*”, e ainda “*queremos nosso Brasil fora das mãos sujas de corruptores e de mensalões*” (SCARTEZINI, 2016, p.190).

Resumidamente, estes grupos que se tornam protagonistas das ruas nas manifestações de direita se organizam em torno de uma plataforma ideológico-política comum, segundo Gentile,

indo do antipetismo ao antibolivarianismo, renovação ideológica do anticomunismo da década de cinquenta, passando pela antipolítica e pelo conservadorismo moral (família tradicional, patriotismo, combate a criminalidade, oposição as cotas raciais) (...), até os argumentos tradicionais do neoliberalismo (estado mínimo, sociedade de mercado, liberdade de empresa, fim do estado social) (GENTILE, 2018, p.106).

A fascistização da indignação

Natalia Scartezini, em seu artigo “A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil”, aborda a revolta fascista como recurso utilizado pela extrema-direita “*em tempos de crise econômica e hegemônica como fonte mobilizadora das massas*” (SCARTEZINI, 2016, p.183). A lacuna deixada pela esquerda pós-2013 teria sido apropriada pela extrema-direita, liderando manifestantes despolitizados e apartidários. O surgimento do fascismo no século XX estava associado a uma profunda descrença na política, bem como a alternativa de conservadores contra o socialismo. Além disso, o apelo junto às classes médias em relação à possibilidade de empobrecimento e perda de status social, ou seja, de proletarizar-se. Destaca-se assim a eclosão de uma “nova direita”, não convencional, que almeja evitar qualquer mudança no status quo da sociedade brasileira, segundo Argus Romero Morais (2019).

Baseando-se no clássico Psicologia de Massas do Fascismo, de Wilhelm Reich (2001), Scartezini (2016) discorre sobre esta classe média que ascendeu socialmente nas últimas décadas. Apoiada numa cultura repressiva patriarcal e buscando adaptar-se à autoridade, essa classe média criaria uma aversão às classes mais baixas da sociedade e uma identificação passional com o estilo de vida das camadas mais altas, tornando esses indivíduos os maiores disseminadores da ideologia fascista. Ora, Reich definiria a mentalidade típica do fascista como a do “Zé Ninguém”, aquele “*que é subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado, que observou bem demais o comportamento do homem burguês e o reproduz (ou tenta reproduzir) de modo distorcido e grotesco*” (REICH apud Ibid., p.195). As manifestações fascistas clássicas seriam expressões de um misticismo religioso cristão, associado à subserviência e obediência impostas aos indivíduos pela forma da “família tradicional”. Com isso, a ideia de “proteção à família” - em seu modelo patriarcal e autoritário, conhecido como “família tradicional” - seria a base da política cultural reacionária.

Scartezini (2016) menciona ainda as religiões neopentecostais como disseminadoras da exaltação à “proteção da família”, e não surpreendente que estes grupos estejam conquistando cada vez mais espaço e exercendo mais influência no campo da política. O discurso que associa à esquerda e ao “comunismo” a “tentativa de destruir a família tradicional brasileira” ganharia forte presença no debate político nacional, tornando-se pauta eleitoral de candidatos, e uma das bandeiras frequentes das manifestações de direita que ocorreram no país entre 2015 e 2016. Combater e derrotar o petismo seria visto, a partir daí, como defesa da família tradicional, cristã, patriarcal e conservadora³⁹.

Vale ressaltar, no entanto, que essa ligação com o fascismo é contestada por autores como Melo (2015) e Gonçalves (2017), que vêem a Aliança Integralista Brasileira como o último movimento de legítima inspiração fascista no país, pela característica de movimento de massa, apoio das classes médias urbanas e da Igreja Católica, inspirando-se em modelos europeus.

³⁹ A ideologia reacionária que Reich definia nos anos 1930 teria como valores culturais: “O casamento como um laço, a família como um dever, a pátria como um valor em si, a moral como autoridade, a religião como uma obrigação que emana da eternidade” (REICH apud SCARTEZINI, 2016, p.199).

As crenças e ideologias dos manifestantes

A partir destes pontos, podemos começar a entender as crenças e ideologias dos manifestantes que se juntaram ao coro que pedia pelo fim do governo petista, ao se analisar o contexto político, econômico e social brasileiro.

Gonçalves (2017) define “reacionário” como aquele que reage no sentido contrário da configuração política vigente da sociedade, numa forma de “saudosismo” em relação à configuração do passado, de modo a se opor ao “revolucionário”. Nesse sentido, essa definição pode ser aplicada às parcelas da sociedade brasileira saudosistas da ditadura militar. O conservador, em oposição ao progressista, só se definiria pela contraposição às investidas radicais, sem ter um argumento próprio necessariamente.

Žižek aponta que as revoltas populares de direita representariam o desejo de reestabelecimento da ordem social pela classe média, que se sente ameaçada pelas “convulsões políticas”:

(...) ela só quer sustentar seu estilo de vida, poder trabalhar e viver em paz, e é por isso que apoia golpes autoritários que prometem acabar com a louca mobilização política da sociedade, para que todos possam voltar ao trabalho; por outro lado, os membros da classe média – na forma da ameaçada maioria moral trabalhadora e patriota – são os principais instigadores da mobilização em massa dos grupos de base na forma do populismo direitista (...) (ŽIŽEK apud PAIAS, 2016, p.13).

A partir daí, podemos considerar aspectos socioeconômicos para entender o posicionamento conservador e reacionário que se consolidou na oposição ao petismo tendo como principal alvo o governo de Dilma Rousseff. Scartezini (2016) aponta, como uma das forças que catalisaram essa revolta, o fato de a classe média não querer abrir mão das conquistas que o capitalismo petista lhes proporcionou.

Neste sentido, Firmino (2017) retoma as classes médias paulistanas nos anos 1980 quando, ao passar por uma crise econômica, sentiram a necessidade de distinguir-se dos de baixo, em virtude de seu temor de descender na estrutura social, bem como defenderam que o trabalho intelectual deveria ser mais valorizado do ponto de vista do salário em relação aos trabalhos manuais. No contexto mais recente, as políticas de redistribuição de renda no governo Lula teriam favorecido as classes do “subproletariado”, à medida em que ocorre um simultâneo achatamento nos ganhos da classe média dependente de serviços como escolas privadas e planos de saúde, e de serviços como babá, faxineira, motorista particular, empregada doméstica, e serviços de construção e reparo, que teriam tido seus preços elevados acima da inflação entre 2008 e 2013 em São Paulo. Essa disparidade nos ganhos econômicos entre estas duas classes teria gerado um ressentimento político por parte das classes médias.

A classe trabalhadora, por outro lado, passa a participar mais do mercado consumidor, frequentando espaços como shoppings e aeroportos, tradicionalmente ocupados pelas classes médias e alta, sendo ainda beneficiária de políticas afirmativas e de redistribuição de renda, passando a concorrer com mais chances a postos de trabalho no serviço público e vagas nas universidades públicas, o que fere, do ponto de vista das classes médias, a “normalidade meritocrática”. Em seu artigo “Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes”, Firmino (2017) discorre sobre a ideologia da meritocracia como parte componente fundamental entre os grupos que se manifestaram a favor do impeachment de Dilma. Este teria sido um dos valores prevaletentes nas manifestações, e não necessariamente o discurso liberal de livre mercado disseminado pelos movimentos organizadores.

Utilizando-se de dados elaborados através de pesquisas feitas pela Fundação Perseu Abramo e por Pablo Ortellado e Esther Solano, o autor mostra que 81% dos manifestantes do dia 13/03/2016 concordavam que programas sociais como o Bolsa Família tornava seus beneficiários preguiçosos. Dos manifestantes de 16/08/2015, 79,5% concordavam (total ou parcialmente) que pessoas negras não deveriam usar a cor da pele para “obter privilégios”, como as cotas raciais, e 70,4% defendiam (total ou

parcialmente) que fosse justo que pessoas que estudaram ou se esforçaram na vida detinham alguns “privilégios”. No entanto, 97,7% defendiam que o Estado brasileiro fornecesse a educação a todos, e 96,5% defendiam que a educação pública fosse gratuita. Pode-se interpretar daí que defender a educação como direito a ser fornecido pelo Estado se alinhe com os valores de “neutralidade” nas oportunidades, ao passo que as políticas de caráter redistributivo e afirmativo ferem a ideologia meritocrática.

Nessa leitura, entende-se classe média como o contingente de trabalhadores “não manuais”, considerando-se a divisão do trabalho entre trabalho de execução e trabalho de concepção/direção no sistema capitalista, segundo Firmino (2017). Na lógica da ascensão pelo trabalho - que justifica a desigualdade social como consequência da capacidade ou esforço dos indivíduos - chega-se à valorização do trabalho tido como “intelectual” em detrimento do manual. Com isso, a meritocracia pode ser entendida como uma forma de legitimar as desigualdades entre trabalhadores manuais e não manuais, naturalizando uma espécie de pirâmide da hierarquia do trabalho, relacionada a dons e méritos. Como consequência, tem-se o rebaixamento social e profissional dos trabalhadores manuais, acompanhada do medo das classes médias de serem “rebaixadas”. Além disso, considerando-se a formação social história brasileira, marcada pelo período de escravidão, o trabalho manual ainda carregaria esse estigma.

O autor adota a definição de alta classe média como o conjunto de profissionais liberais ou autônomos com alta qualificação, bem como assalariados em cargos de gerência, e em termos de renda, correspondentes à faixa acima de 10 salários mínimos e não pertencentes ao 1% mais rico da sociedade. Curiosamente, essas ocupações correspondem às dos fundadores do Partido Novo que, para selecionar novos filiados, exige envio de currículo profissional como parte de um processo seletivo pago.

A luta contra a corrupção, bandeira dos grupos de direita em suas manifestações públicas, também guarda uma relação com a ideologia meritocrática, segundo Boito Jr. Considerando a burocracia estatal como composta majoritariamente por esta classe média, seria de seu interesse que tal organização fosse estabelecida de acordo com a competência e mérito individual de cada um. Nesse sentido, a corrupção é vista como a quebra

desta lógica, através da troca de favores, por exemplo. A partir daí, a luta contra a corrupção torna-se uma bandeira central para as classes médias em reivindicações políticas, posicionando a corrupção como o mal absoluto da sociedade, sendo necessária reforma jurídica e moral. Apesar disso, para Boito Jr (2017), o que seria um interesse particular da classe média pode ser apresentado como uma questão geral, permitindo que essa demanda se espalhe e amplie a base de sustentação de sua ação política.

Outros dados da pesquisa pela Fundação Perseu Abramo revelam que, dos manifestantes de 13/03/2016, 58% espontaneamente citam a corrupção como a razão pela qual teriam comparecido ao ato, à medida em que 85% consideravam os governos do PT os mais corruptos. A corrupção também foi apontada como principal problema do país, de maneira espontânea, por 66% dos entrevistados, enquanto a educação ficou com 7% das menções, em seguida.

Curiosamente, apesar da oposição destes grupos às políticas públicas caráter redistributivo, a pesquisa de Ortellado e Solano na data de 16/08/2015 revela que 96,5% dos participantes concordavam que o Estado fornecesse serviços de saúde a todos os brasileiros, e 96% que os serviços de saúde deveriam ser gratuitos. A própria gratuidade do transporte coletivo teria sido apoiada, total ou parcialmente, por 49% dos entrevistados. Paradoxalmente, 80% dos manifestantes seriam favoráveis à redução dos impostos no país. Isso poderia revelar que o apoio destes grupos de manifestantes ao programa neoliberal é limitado, no que, segundo Firmino (2017), Décio Saes definiria como “neoliberalismo de oposição”. No caso, o neoliberalismo seria visto como a alternativa para a modernização da sociedade e do Estado ultrapassado e corrupto, porém sem abrir mão da proteção do Estado em questões e momentos delicados da vida em sociedade. Pode-se considerar, então, que a meritocracia contribui para justificar a “livre concorrência” capitalista, à medida em que define o êxito com base em esforço e mérito.

Além disso, medidas adotadas nos anos 1990, que levaram ao fim da hiperinflação no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, teriam resultado no apoio de setores expressivos da população às medidas de caráter neoliberal, como as privatizações, segundo Melo (2015), o que teria contribuído para a mentalidade que exalta o setor privado em detrimento do setor público.

Considerando-se a relação entre as classes médias tradicionais e o pensamento conservador e reacionário, segundo Firmino (2017), o golpe de 1964, por exemplo, teria tido apoio destas classes devido a seu desejo de restaurar a política como privilégio social (ou seja, um certo elitismo) e o temor da proletarização, tomando a forma de um discurso condizente com a conjuntura do momento (ex: anticomunismo). Além disso, a posição destas classes médias na hierarquia de trabalho, comumente em cargos de autoridade técnica ou administrativa, contribuiria para alimentar a crença no caráter racional da autoridade e numa organização hierárquica da sociedade.

Ainda sobre as crenças dos manifestantes, Scartezini (2016) cita as pesquisas de Ortellado e Solano para argumentar sobre a questão política. Aproximadamente 97% dos manifestantes de 16/08/2015 estariam insatisfeitos com a situação política do país, e para 64% delas, a solução seria entregar o poder para um político honesto. 56% dos manifestantes acreditavam que para solucionar a crise, era necessário que o poder fosse entregue a alguém de fora do jogo político, 28% concordavam que o poder deveria ser entregue aos militares e 64% que fosse para um juiz honesto. A partir daí, pode-se entender a opção por se opor a políticos específicos - os principais alvos, Lula e Dilma - em busca de solucionar problemas estruturais e generalizados, bem como a exaltação de figuras do meio político consideradas “honestas” por se posicionarem como “inimigos da corrupção” - como por exemplo, Sérgio Moro (que a essa altura não era político) e Eduardo Cunha - e a crença em algum “herói” pudesse salvar a nação brasileira (o que carrega também um pensamento religioso consigo). Apesar de 71% dos manifestantes se declararem contrários a uma intervenção militar, não foi tímida a reivindicação desta, ou referências saudosistas ao período da Ditadura Militar.

A crescente busca por “justiça”, por meio da autoridade, e o discurso inflamado de ódio tomaram cada vez mais espaço no cotidiano das classes médias. Scartezini cita eventos como a repressão aos “rolezinhos” de jovens em shoppings de zonas ricas das metrópoles, uma nova versão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, repressões violentas às manifestações de professores que reivindicavam melhorias, bem como o próprio discurso de perseguição a grupos sociais marginalizados. Nas palavras de Rosana Pinheiro-Machado, “*poucos mencionam*

(...) que tem emergido uma multidão raivosa e fascista” (PINHEIRO-MACHADO apud SCARTEZINI, 2016, p.193).

Michael Löwy indica que um dos elementos mais preocupantes da extrema-direita conservadora no Brasil seria o apelo aos militares, acompanhado de uma ideologia repressiva, através do culto à violência policial, e da intolerância com minorias sexuais, com referência evangélica (apud MORAIS, 2019, p.154). Marilena Chauí também apontara essa questão, de modo em que a violência estruturante, historicamente o principal meio de manutenção da ordem pública pelo Estado, se sustenta nas estruturas sociais conservadoras e neoliberais, através dos ideais de hierarquia, verticalidade, autoritarismo e conservadorismo e a afirmação dos privilégios como direitos das classes mais abastadas, entre outros. A violência então seria legitimada enquanto expressão da ordem (apud *ibid.*, p.155). Além do clamor pelo retorno dos militares ao poder, bem como do extermínio de grupos de esquerda, é importante mencionar as numerosas ofensas a Dilma quanto à sua condição de mulher no discurso, mensagens e imagens destes grupos.

Renato Janine Ribeiro afirma que esta nova extrema-direita estaria mais vinculada à agenda de costumes do que à agenda política, com forte embasamento na repulsa aos direitos humanos (apud *ibid.*, p.154). Morais (2019) apresenta uma síntese da organização simbólica do discurso da nova extrema-direita brasileira, baseada na convergência entre valores conservadores:

a propriedade privada como direito sagrado, o acúmulo de riqueza como principal índice de liberdade e de progresso individual, social e espiritual, a família cristã como fiadora dos valores morais, a rigidez corporativa/hierárquica como princípio da organização social, a (re)aproximação entre Estado e Religião como garantia de hegemonia política dos grupos dominantes e o uso da violência como condição estruturante da ordem e do progresso (*ibid.*, p.156).

Ainda, que o discurso político desta direita se baseia numa estrutura semântica que se baseia na oposição entre dois grupos, o “nós” versus o “eles”, sendo um a negação do outro. A direita se autointitula como a “população de bem”, que é nacionalista, patriota, usa as cores da bandeira brasileira, democrática, capitalista, (neo)liberal, honesta, trabalhadora, excluída do poder representativo, a favor da família cristã, dos militares, proprie-

dade privada e defensora do povo e da pátria brasileiros. O seu oposto seria a “não-população de bem”, composta pela esquerda política (simbolizada pelo PT), não-nacionalista/patriota, que usa bandeiras vermelhas, antidemocrática, comunista, desocupada, desordeira, corrupta, que domina o poder representativo a favor da destruição dos valores da família cristã, que se opõe aos militares, que é contra a propriedade privada, entre outros, o que constituiria uma ameaça ao povo e à pátria brasileira.

Esta estrutura discursiva foi se fortalecendo desde as Jornadas de Junho, à medida que a direita ganhou espaço e suas figuras políticas exploraram esta ferramenta de discurso polarizador, permitindo uma disseminação que faz com que os eleitores que se identificam com a direita reproduzam essa estrutura até hoje. Fabio Gentile (2018) aponta três grandes vertentes da nova direita brasileira, consolidada após o ciclo de protestos que se iniciou em 2013 e culminou no impeachment de Dilma: os pentecostais, os institutos liberais e o movimento articulado em torno da figura de Jair Bolsonaro. Logo, não podemos ignorar o discurso de Bolsonaro, enquanto deputado federal, no voto a favor do impeachment de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa, parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, por nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BOLSONARO apud *ibid.*, p.165).

No contexto em que a direita brasileira adota tais argumentos enquanto proposta política, segue a estratégia de se justificar pelo direito à liberdade de expressão, de modo a se esquivar de acusações de discurso intolerante. Para Morais (2019), nesta situação, o extremista costuma se colocar como o “excluído”, “ameaçado” e “perseguido”, deixando de ser o “autoritário/opressor” e se deslocando para a posição de “democrático/oprimido/vítima”, gerando empatia com seu público ao manipular emoções de medo e ódio.

As classes médias em cena

Parte importante destas massas que compuseram os atos poderiam ser então descritas como “a classe média urbana altamente despolitizada, sem histórico de militância política e guiada por valores tradicionais-religiosos” (SCARTEZINI, 2016, p.194). A partir disto, podemos elencar alguns aspectos socioeconômicos destes grupos de manifestantes.

Segundo dados do Datafolha, e de pesquisas de Ortellado e Solano, Firmino (2017) levanta alguns padrões demográficos em relação ao perfil dos manifestantes, considerando-se quatro atos que contaram com maior número de participantes e visibilidade: 15/03, 12/04, 16/08 de 2015 e 13/03/2016.

De acordo com as pesquisas, ao se comparar com o conjunto da população de São Paulo, Firmino revela que houve uma predominância de manifestantes brancos, do gênero masculino, com alta escolaridade e renda correspondente, com destaque para o alto número de profissionais autônomos, liberais de nível superior e empresários. Ainda que o número de assalariados registrados seja compatível com o da média paulistana, os altos índices de escolaridade e renda poderiam indicar que estes estariam alocados em funções de alta qualificação, como gerência e supervisão. Com isso, esse perfil de alta classe média também estaria alinhado com o perfil das lideranças dos movimentos, homens brancos e empresários.

Ainda sobre o seu posicionamento político e ideológico, 73% não teriam confiança nenhuma nos partidos (chegando a 96% quando referem-se ao PT), 79% não teriam confiança nenhuma no MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) e 84% no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Em relação a canais de imprensa, houve destaque na confiança positiva à Revista Veja (quase 52% declararam confiar muito), com menções positivas a Reinaldo Azevedo e Raquel Sheherazade. Não à toa, estes comentaristas políticos e a Revista Veja se destacavam nos últimos anos em relação às críticas aos governos petistas.

Sobre 2013, Scartezini afirma: “a base social das Jornadas de Junho era consideravelmente mais popular, com um maior índice de negros e de pessoas com apenas o ensino fundamental completo; já em 2015, a base dos manifestantes era mais branca, mais rica e mais instruída” (Ibid., p.187). Ainda, naquele ano, teriam ido às ruas a classe média e classe média-baixa proletarizada, com um perfil mais jovem, enquanto em 2015 foram a classe média e pequena burguesia. Os jovens de 12 a 35 anos compuseram, em 2013, mais de 80% das manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No Rio, houve uma presença majoritária de pessoas sem ensino superior completo, bem como aqueles de renda familiar de até 5 salários mínimos, fato este que também se observou em Belo Horizonte. Para Singer (2013), isso revelaria uma nova classe trabalhadora com maior grau de educação formal (fruto das políticas do governo petista), mas ainda sob um certo grau de precarização do trabalho. Vale apontar que 2013 contou também com significativa presença de estudantes universitários.

Ocorreram também, simultaneamente às manifestações que pediam pelo impeachment de Dilma Rousseff, manifestações contrárias ao impedimento. Apesar da presença expressiva de manifestantes com ensino superior, sua proporção foi menor que nas manifestações anti-PT, bem como a renda média (ainda que superior à média paulistana). Ao mesmo tempo em que a faixa de renda entre 5 e 10 salários mínimos teve proporções semelhantes nos atos contra e a favor do impeachment, a participação de pessoas com renda inferior a 5 salários mínimos foi muito maior nos atos contrários que nos atos a favor, onde houve mais pessoas com rendimento superior a 10 salários mínimos.

A ocupação da Avenida Paulista

No caso de São Paulo, podemos entender o sentido da apropriação da Avenida Paulista como espaço preferido para as manifestações dos grupos de direita, ao levarmos em conta as questões simbólicas envolvidas. A opção pela ocupação da avenida, cada vez mais utilizada como palco para atos públicos de diferentes vertentes ideológicas, revela para Pereira (2017) a consolidação do protagonismo da via, que por sua vez detém forte ligação com a elite paulistana, já que se configura como um de seus espaços de convivência e poder.

Não surpreende, já que os entornos da avenida comportam núcleos residenciais de classe média-alta, bem como a concentração de pontos de comércio e serviços voltados para esses grupos. Volta também à discussão a questão da simbologia da cidade e seus espaços de poder, já que a avenida carrega consigo o valor simbólico de representação da metrópole modernizada e contemporânea, também corroborando o argumento de Zukin sobre paisagens de poder.

Apoiada em Otília Arantes, Paias aponta que “a dimensão simbólica e imagética da cidade é parte, também, do sistema que produz e mantém a desigualdade e que depende da concentração de poder econômico e político” (PAIAS, 2016, p.42). Nesse sentido, pode-se observar uma “estetização da política”, considerando que determinadas formas visuais passam a fazer parte e servir a certas narrativas ideológicas. Para tal, pode-se perceber a “manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação (entitlement)”, o que reflete “decisões sobre o que, e quem, pode estar visível ou não, decisões em suma sobre ordem e desordem, o que acarreta algo como uma estetização do poder” (ARANTES apud [Ibid., p.42](#)).

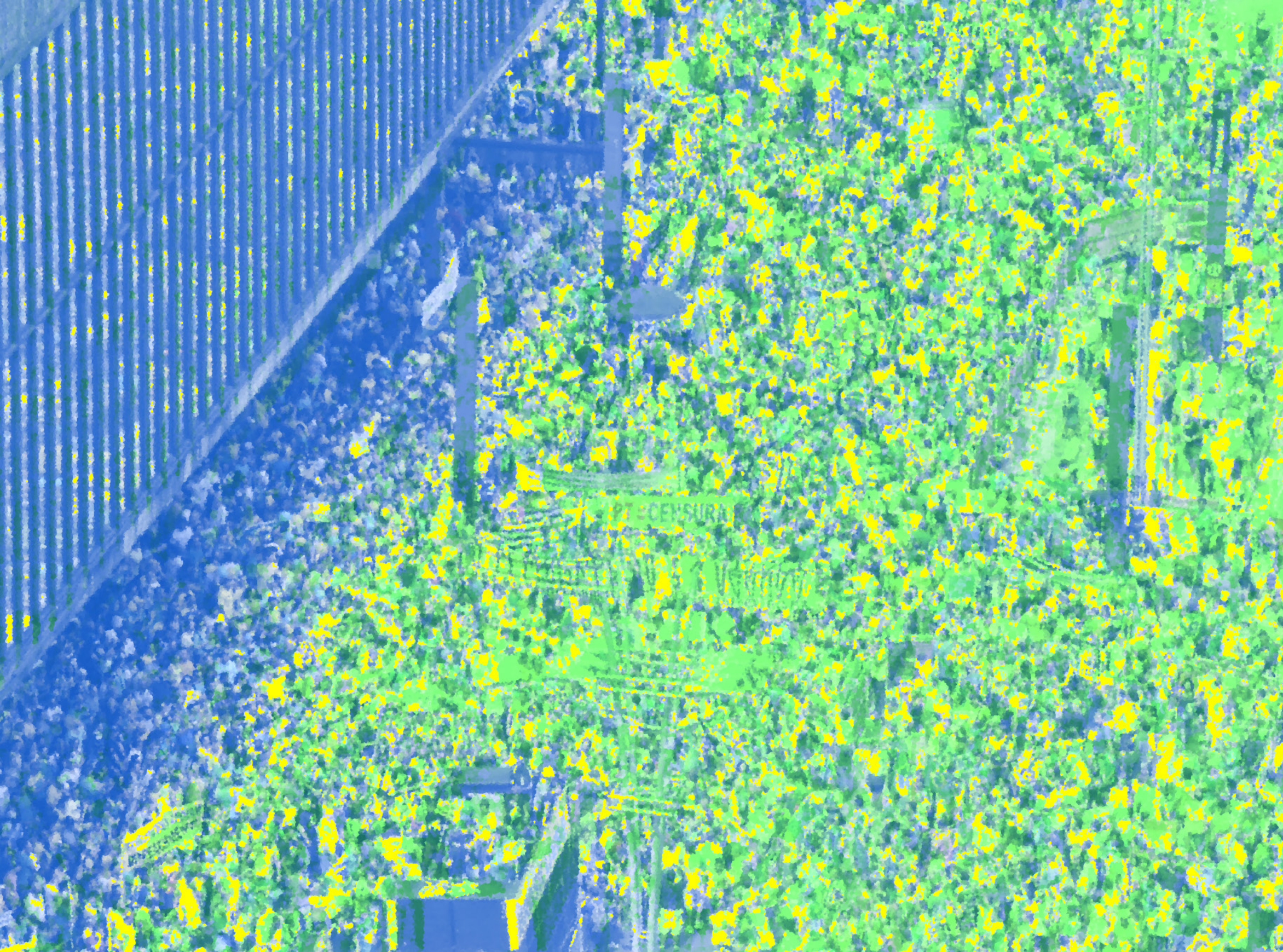
Como representação do caráter reacionário e conservador das manifestações de 2015 e 2016, pode-se destacar a opção por organizar os atos aos domingos, quando o fluxo de pessoas e veí-

culos já é reduzido. A Avenida Paulista já vinha tendo seu acesso para veículos bloqueado durante parte do dia desde outubro de 2015, com decreto que viria a se concretizar em junho de 2016 pela gestão Haddad⁴⁰. Essa decisão dos organizadores das manifestações reflete as diferenças existentes ideologicamente com relação ao Movimento Passe Livre, em 2013.

Os protestos de 2013, a partir da perspectiva dita revolucionária, se dispuseram a questionar de certo modo o conceito de cidadania na cidade capitalista, levantando conflitos de classes e o próprio direito à cidade. Como já exposto, a decisão de realizar os atos em dias úteis em um horário de intenso fluxo de pessoas, na volta do trabalho, atesta que além de buscar por visibilidade, os organizadores tinham a intenção de agir sobre o cotidiano da metrópole. Se a repressão da Polícia Militar nestes atos se deu em parte sob a justificativa de que o direito à manifestação não deveria se sobrepor ao direito de ir e vir da população, em 2015 e 2016 esta afirmativa não é questionada pelos movimentos organizadores.

Os protestos a favor do impeachment, ocorrendo aos domingos, ainda mais considerando-se que a Avenida Paulista é fechada para os carros nesse dia, exprimem uma outra ótica através da qual seus manifestantes se relacionam com a cidade e a política.

⁴⁰ Ver “Haddad oficializa fechamento da avenida Paulista aos domingos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1785858-haddad-oficializa-fechamento-da-avenida-paulista-aos-domingos.shtml> (acesso em 12/01/2021)



A direita nas mídias

A crise do governo petista foi habilmente explorada pela grande mídia, bem como a cobertura espetacularizada dos atos favoráveis ao impeachment. A criação da narrativa das manifestações de direita como “espontâneas” e “apartidárias” (MELO, 2015, p.13), em conjunto com a atribuição da responsabilidade total pelas crises ao PT favoreceram a criação de uma repulsa à esquerda como também constituinte de um ideário de orgulho de pertencimento à direita. Isto teria facilitado a disseminação de ideais de direita, como “a intervenção limitada do Estado na economia, valores cristãos (direita religiosa), a família tradicional e programas sociais ligados a uma igualdade de oportunidades que conciliem o liberalismo econômico ao conservadorismo” (GONÇALVES, 2017, p.25).

Para Gonçalves (2017), também foi de grande importância para a articulação dos movimentos como um todo e dos protestos a consolidação de plataformas nas redes sociais. Com a confirmação em 2013 do potencial de articulação e organização de redes através da internet, esse poder não foi bem utilizado pelas forças de esquerda, por sua dificuldade em lidar com processos interativos e horizontalizados.

Paiero (2015) indica, baseando-se em Harry Pross, que os protestos se dirigem a dois destinatários: a quem se faz oposição, e do qual se quer apoio. Para alcançar a visibilidade desejada, os manifestantes atuam na construção de vínculos. Nesse sentido, eles se apoiam na propagação pela mídia tradicional e pelas novas mídias - redes sociais - para repercutir suas estratégias. Silveira (2015) lembra que já anteriormente às manifestações pelo impeachment, a atuação da direita nas redes sociais fazia parte de uma lógica de reprodução de postagens baseadas na confiança, reputação e simpatia, independentemente da veracidade do conteúdo⁴¹. Isso leva a uma prevalência do senso comum, que muitas vezes carrega a força de ideias capitalistas.

⁴¹ Trata-se de uma colocação mais abrangente, que não se restringe à direita, mas que pode ser observada nesta.

Podemos partir então de sua afirmação que “boa parte da disputa política nas redes sociais é realizada por memes” (SILVEIRA, 2015, p.224), e considerando que 74% dos brasileiros conectados, em 2012, utilizavam redes sociais. Stephen Downes afirma que a transferência é a essência do meme, em sua capacidade de ser “copiado” para a “memória” de outra pessoa. Além disso, uma mensagem que se alinha com as crenças e visão de mundo de determinado indivíduo, ela tende a ser incorporada e replicada. Isso indica que os memes nas redes sociais dialogam com o senso comum das pessoas.

A direita teria, então, aprendido a disseminar pelas redes suas mensagens através de memes carregados de senso comum, este que por sua vez se alinhou com os valores da direita ao longo de anos. Segundo Silveira (2015), o pensamento da direita tem mais aderência ao senso comum, pois a sociedade capitalista sobrevive ao reproduzir sua dinâmica como algo naturalizado. Esse senso comum tem como principal alvo a esquerda, utilizando-se de algumas estratégias discursivas para fazer essa ligação e desconstruir sua atuação na política. Das principais, temos a atribuição da corrupção à esquerda, a ideia de que ela beneficia pobres que não querem trabalhar e também que direitos humanos servem para que criminosos fiquem impunes. Ocorre até uma apropriação de imagens e personalidades que não necessariamente se alinham com sua agenda, mas que simboliza a busca por uma sociedade mais “justa” e por um mundo melhor.

As eleições de 2014 foram marcadas também por intensa polarização nas redes sociais, onde se consolidou uma importante parte do debate político na ocasião. A estrutura virtual da direita, composta de páginas do Facebook em associação com profissionais de comunicação, se encarregou da estratégia de desconstruir a candidatura do PT (sem necessariamente apoiar o PSDB) através de linguagens contemporâneas virtuais. A suposta horizontalidade da internet também foi colocada em jogo, a partir do momento em que as plataformas virtuais passam a oferecer a divulgação paga do conteúdo, beneficiando quem investisse mais dinheiro. Evidentemente, tal processo beneficiou mais a direita do que a esquerda.

Após as eleições, páginas nas redes sociais começam a pedir pelo impeachment, ou pela intervenção militar. A direita começa

a se assumir cada vez mais e espalhar seu discurso apoiado em valores liberais conservadores, também com apoio de lideranças religiosas. Novas figuras políticas ganham relevância, justamente por mobilizarem este imaginário distribuído no senso comum de vários grupos sociais, como Jair Bolsonaro, Eduardo Cunha e os pastores Marco Feliciano e Silas Malafaia (SILVEIRA, 2015, p.228).

Gonçalves (2017) aponta então que “as redes sociais passaram ser movimentadas com postagens, de novos personagens e ideologicamente de direita, que viram neste momento a oportunidade de expor suas ideias e de realizar plataformas” (GONÇALVES, 2017, p.9). Segundo a autora, essas plataformas se tornaram o espaço ideal para que propaga o retorno do conservadorismo à esfera política nacional.



A ESTÉTICA DOS PROTESTOS CONTRA DILMA

AS FORMAS DE PROTESTO

OS ELEMENTOS E SEUS SIGNIFICADOS

5. A estética dos protestos contra Dilma Rousseff

O objetivo deste capítulo é fazer um exercício de leitura e análise das manifestações contra o governo Dilma Rousseff entre 2015 e 2016, a partir do ponto de vista estético. Estes protestos foram caracterizados por estratégias discursivas particulares e distintas em relação aos protestos analisados anteriormente, ainda que haja algumas semelhanças e referências a estes. Considerando-se o contexto de intensa polarização política que marcou o país após a reeleição de Dilma, o surgimento de novos grupos nas ruas pouco conectados com estratégias tradicionais de manifestações políticas públicas trouxe consigo novos elementos de linguagem. Estes, por sua vez, guardam relações com aspectos da ideologia, crenças e perfil demográfico dentro destes mesmos grupos e que já foram apontados no capítulo anterior.

A intenção dessa análise é evidenciar esses elementos e relações, a partir de duas leituras complementares, com base em reflexões de outros autores e também a partir de uma interpretação própria, com o auxílio de um extenso material fotográfico. Primeiramente, busco mostrar como esses grupos se comportavam no conjunto dos protestos e como se relacionavam com a cidade, entendendo tais estratégias como técnicas de linguagem e que compõem a estética dessas manifestações. Essa leitura é apoiada novamente em Eugênio Bucci (2016), bem como outros autores previamente citados que pontuam aspectos particulares das manifestações de 2015 e 2016.

Posteriormente, a análise se volta para como essa estética se materializa no campo gráfico, em uma leitura mais minuciosa, lançando mão dos cartazes, faixas, adereços e quaisquer elementos que tenham a intencionalidade de dar suporte à comunicação por parte dos manifestantes. Com base nos registros fotográficos, serão apontados signos e símbolos recorrentes, alguns deles tendo marcado não apenas as manifestações de 2015 e 2016, mas também a linguagem dos grupos de direita nos anos

seguintes. Conjuntamente, serão levantadas interpretações que indicam possíveis conexões entre os elementos dessa linguagem gráfica e a ideologia e perfil demográfico dos manifestantes que os adotaram, bem como referências e incorporações de signos que já haviam sido estabelecidos em outros contextos. Esta espécie de análise semiótica se apoia em conceitos e estratégias levantados por Charles Sanders Peirce - a partir da leitura de alguns autores - e Gemma Penn, retomando ainda leituras já citadas neste trabalho.

As formas de protesto

Ao falar sobre as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, Bucci (2016) defende que estas tinham uma ambiência estética totalmente distinta da tensão nervosa vista em junho de 2013. Em um clima de *promenade d'après-midi*⁴², as manifestações na Avenida Paulista, do seu ponto de vista, tinham um quê de piquenique. Se em junho de 2013 ou mesmo nas passeatas estudantis dos anos 1970 os manifestantes preferiam o anonimato, evitando serem fotografados (o que naqueles contextos se associava à repressão do poder estatal), nos protestos de 2015 e 2016 os manifestantes “fugiam dele”. Não apenas se apresentavam bem arrumados, como buscavam a atenção das câmeras, configurando algo semelhante a um ensaio de moda para uma revista ou uma coluna social de um jornal. Neste sentido, o autor aponta similaridades na linguagem estética com passeatas como a Parada do Orgulho LGBT e a Marcha Para Jesus, “num curso cívico-carnavalesco, num concentrado de pura imagem” (BUCCI, 2016, p.153).

Agrupados por uma vontade comum de aparecer e o desejo de virar imagem, configuravam uma celebração narcisista e autocontemplativa, corroborada pela presença dos smartphones e paus de selfie. A manifestação tornava-se o plano de fundo ideal para essa transformação em imagem, simulando o olhar de um “outro”, que não existe. Bucci argumenta que estas manifestações enquanto formas de contestação política tornaram-se um roteiro turístico, um tour a pé, um pacote de aventuras. Eram vistos com frequência os manifestantes posando para fotos com amigos e familiares, sempre sorridentes e uniformizados, como se houvessem comparecido a um evento descontraído e dotado de prestígio social.

A tensão dramática, quase inerente aos protestos de rua, é então esvaziada, visto que, ainda segundo Bucci, não se pode conquistar uma avenida da qual já se é proprietário por privilégio. No que ele aponta como tendo um “*astral dessas festas*”

42 “Caminhada da tarde”, em tradução livre.



^ Selfies sendo tiradas nas manifestações

∨ Moda e colunas sociais nos protestos



de firma (...) no final do ano" (BUCCI, 2016, p.156), essa ambiência estética, apesar de situar uma manifestação contra o governo federal, configurou-se como uma manifestação pela manutenção do status quo.

A classe média alta, numa sociedade desigual e segregada como a brasileira, acalenta intimamente a sensação de ter o domínio patrimonial sobre as ruas da cidade, vendo nelas as vias para o fluxo de seus desígnios privados. Ao marchar descontraidamente sobre o asfalto, reforça em termos teatrais a posse que já é sua por privilégio (Ibid., p.32).

Podemos ver então estes protestos como manifestações do poder dos grupos de direita e das classes médias e médias-altas, em que o espaço é menos um território de disputa e reivindicação e mais um local de convivência, como se o espaço público se configurasse como extensão do espaço dos condomínios de classe média. Prova disso é o modo pelo qual estes grupos se portam e se relacionam no espaço nestas ocasiões. Se após o seu fechamento aos carros aos domingos, a própria Avenida Paulista se consolida como uma possibilidade de espaço para convívio e lazer familiar, os protestos de 2015 e 2016 não se diferem disso. Estes manifestantes expressam suas indignações em "desfile pacato nas avenidas, vestidos com as cores da bandeira e acompanhados, muitas vezes, de filhos ou netos" (CRUZ apud GONÇALVES, 2017, p.24).

Além da grande presença de núcleos familiares nos protestos, pôde-se notar manifestantes consumindo bebidas alcoólicas nas manifestações, de cerveja a espumantes, dando aos protestos um tom quase celebrativo. Também compunham o cenário das manifestações vendedores ambulantes com carrinhos e isopores vendendo comidas de rua, tais como pipoca e milho, e bebidas, como refrigerantes e cerveja. Neste quesito, o cenário se assemelhava mais a uma festa de rua do que a um protesto como os vistos anteriormente. Alguns manifestantes até levavam animais de estimação ao evento, que muitas vezes não escapavam dos adereços coloridos.

Afinal, trata-se de um evento sem grandes conflitos, com a presença de amigos e familiares, em que a presença da polícia traz uma sensação mais de segurança que de conflito iminente. Se em 2013 algumas estações de metrô tiveram o acesso fecha-



^ Famílias, confraternização, comidas e bebidas

v Pets são levados aos protestos



do (SCARTEZINI, 2016, p.190), em 2015 a catraca seria liberada para os manifestantes dos protestos⁴³. Pessoas que não estavam habituadas a circular pela cidade a pé, ou a se locomover por transporte público, o fazem agora em tom de novidade, surpresa, e orgulhosas de cumprirem seu papel como cidadãs. Outro fator que simboliza esses protestos como manifestações de poder das classes médias e altas foi a presença de famílias levando consigo suas babás nos atos, vestidas com o uniforme de trabalho⁴⁴.

Muitas manifestações com pautas consideradas “de esquerda”, como originalmente os protestos de junho de 2013, ou também protestos de professores reivindicando melhores condições de trabalho, foram marcadas por intensa repressão policial, fazendo até com que os manifestantes, às vésperas dos atos, trocassem informações relativas sobre como lidar com as técnicas de repressão da polícia⁴⁵. No entanto, se nesses protestos a polícia sempre foi um entrave para o ato, nos protestos a favor do impeachment a polícia dificilmente agiu com a mesma força contra os manifestantes. Como argumentado por Pereira (2017), o modo pelo qual a Polícia Militar agiu em relação aos diferentes grupos revela que o direito sobre os espaços da cidade não está colocado de forma igualitária. Demonstração disso foi a grande quantidade de manifestantes nos protestos de direita tirando “selfies” com a Polícia Militar, revelando que não só se sentem extremamente confortáveis na presença da PM (e também a recíproca) como possivelmente enxergam os policiais como parte integrante dos protestos.

Um símbolo importante das manifestações pelo impeachment de Dilma foi o edifício da FIESP (Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo). Presidida por Paulo Skaf, filiado ao PMDB, partido do vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, a Fundação muito rapidamente declarou apoio ao processo de impeachment⁴⁶. No painel de LED da fachada do edifício da Fundação, durante o período das manifestações pela saída de Dilma, foram projetadas imagens e mensagens favoráveis ao processo e apoiando as pautas dos movimentos, como a redução de impostos. A área em frente ao edifício também se tornou ponto de encontro para os manifestantes e até serviu de base para “acampamentos” destes grupos⁴⁷. Surge, ainda em 2015, uma campanha iniciada pela FIESP intitulada “Não Vou Pagar o Pato”, contra o aumento de impostos e contra a volta da CPMF proposta

⁴³ Ver “Metrorô de SP liberou catraca para manifestantes em ato contra Dilma”. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/03/18/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma.ghtml> (acesso em 14/01/2021)

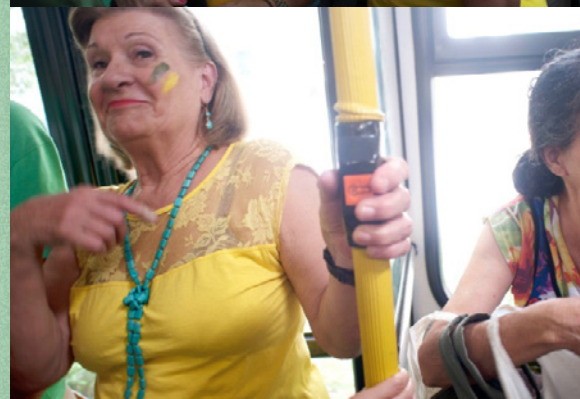
⁴⁴ Ver “Casal leva empregada a protesto e expõe parte da motivação contra o governo Dilma”. Disponível em: <https://cutt.ly/rkiktL9> e “A cena que não esqueço é o selfie de uma família que leva uma babá para o protesto”. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/familia-leva-baba-proteto-impeachment-dilma.html> (acesso em 14/01/2021)

⁴⁵ Um dos nomes dados aos protestos de 2013 que se popularizou à época foi “Revolta do Vinagre”, em referência ao uso de vinagre como tentativa de neutralizar os efeitos do gás lacrimogêneo. Ver “Redes sociais dão o tom da ‘revolta do vinagre’”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/redes-sociais-dao-tom-da-revolta-do-vinagre-8728856> (acesso em 14/01/2021)



^ Babás nos protestos e selfies com policiais

∇ Grupo de sócios do Clube Pinheiros vai de ônibus ao protesto





FIESP
CIESPP
SESI
SNA

50
Bicycle symbol

LULA NA
CADEIA!

FORA
PT

FIESP
CIESPP
SESI
SNA



^ Campanha "Não Vou Pagar o Pato", da FIESP

∇ O uso de verde e amarelo nas vestimentas, e uso e analogia da camiseta da CBF



no governo Dilma. A campanha se utilizou de um pato amarelo de borracha como "mascote", símbolo que tornou-se conhecido pela presença de um pato inflável gigante na entrada do edifício e que acabou virando uma imagem recorrente nos protestos de 2015 e 2016, se juntando à massa nas manifestações e também na forma de placas, cartazes, pequenos infláveis, camisetas, entre outros. A FIESP, no entanto, foi acusada de plágio por um artista holandês, Florentijn Hofman, no uso do pato inflável⁴⁸.

46 Ver "Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma". Disponível em G1: <https://cutt.ly/nkjTYt> (acesso em 14/01/2021)

47 Ver "Acampamento na avenida Paulista reúne cerca de 200 manifestantes". Disponível em Folha de S. Paulo: <https://cutt.ly/nkjQk2> (acesso em 14/01/2021)

48 Ver "Artista holandês acusa Fiesp de plagiar pato amarelo". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_pato_fiesp_fs (acesso em 11/02/2021)

49 Ver "Protestos anti-PT registram agressões a quem veste camiseta vermelha". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439769515_800304.html (acesso em 11/02/2021)

Os elementos e seus significados

Seguindo a tendência observada nos protestos de 2013, as manifestações contra Dilma Rousseff mostraram novamente um público com diversas e inúmeras indignações, que foram materializadas em cartazes individuais, ainda que estivessem unidos por uma grande pauta comum. Aduardo Novaes, ao apresentar a obra de Eugênio Bucci (2016), cita Engels, em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”: “*A desagregação da humanidade em mônadas, onde cada um tem um princípio de vida particular e um objetivo particular, leva a atomização do mundo ao extremo*” (ENGELS apud BUCCI, 2016, p.12).

De modo geral, ainda que houvesse grandes faixas em tecido como nos protestos anteriores, estas parecem ter sido menos numerosas em relação a cartazes individuais, ou substituídas por técnicas mais modernas, como grandes banners impressos digitalmente em lona. Foi percebida uma grande ocorrência de camisetas padronizadas e repetição de símbolos, o que indica ser resultado de uma organização prévia em grupos de redes sociais. Vale lembrar que estes protestos tiveram geralmente meses de intervalo entre si, permitindo a comunicação e organização por lideranças e a disseminação de materiais comuns. Considerando também o contexto contemporâneo, com a forte consolidação da internet e comunicação digital na sociedade brasileira, muitos dos materiais puderam ser então desenvolvidos com ferramentas digitais, para serem posteriormente impressos, onde vemos então a repetição de símbolos e signos. Neste sentido, podemos dizer que as mensagens, que antes buscavam se destacar na escala da multidão, neste caso se manifestam na escala da selfie, dotando-se de recursos e estratégias para atrair a atenção das câmeras cujo foco agora são as redes sociais.

Muitas vezes, não apenas nos cartazes pequenos mas também nos materiais maiores e desenvolvidos com o apoio de técnicas digitais, as mensagens textuais se mostram visualmen-

te pouco legíveis, seja por um fraco domínio do espaço do cartaz no que tange à escala de seus elementos textuais (textuais aqui referente a não apenas textos verbais, mas também imagéticos), seja por um desconhecimento gráfico quanto à cor, contrastes, etc. Considerando que muitos dos manifestantes que compunham o conjunto dos protestos de 2015 e 2016 eram pouco familiarizados às estratégias de comunicação política, e também ao uso de ferramentas digitais e com repertório artístico e visual pouco apurado, muitos materiais pecavam por uma falta de coerência visual e falhando em sua principal função, a de comunicar.

Para Bucci (2016), o discurso político vale-se mais e mais de signos estéticos. A estética pode desaguar na política, na ideia de Rancière de partilha do sensível. O autor mostra que o conceito de estética serve para designar o conhecimento sensível (BUCCI, 2016, p.125). A intenção aqui é, então, compreender de que modo essa estética se comunica com os intérpretes nos protestos contra Dilma, sejam estes internos ou externos às manifestações.

O uso das cores verde e amarelo foi massivo nas manifestações de 2015 e 2016 e ocorreu de diferentes formas, de modo que fosse perceptível mesmo a grandes distâncias, em que o conjunto dos manifestantes poderia ser descrito como uma grande massa verde e amarela. Desde peças de vestuário, como camisetas - a da CBF e outras que faziam analogia a seu design -, calças, chapéus e bonés, e passando por adereços quase carnavalescos, como perucas, óculos, faixas e bandeiras amarrados ao corpo, a combinação de cores foi um dos elementos visuais mais marcantes das manifestações. Guimarães (2004) aponta que a cor assume, no papel da informação cultural, a função de texto, carregando consigo simbolismo. Nos materiais gráficos produzidos, como cartazes, faixas e banners, as cores da bandeira também foram bastante utilizadas, de diferentes modos, com fundos, grafismos, texturas e também aplicadas a texto. Na categoria de textos verbais, ainda que também se expandindo para outros elementos, foi perceptível o uso das cores verde e amarelo para evocar um sentimento “patriótico” - associado à palavra Brasil - e também para atribuir um valor positivo a conceitos ou mensagens.

Indo além da referência às cores da bandeira, podemos nos apoiar na perspectiva de Guimarães (2004), que aponta a asso-



^ Verde e amarelo nos cartazes com conotação positiva

∨ Vermelho nos cartazes com conotação negativa

50 Em oposição a sociedades mais antigas, como as europeias, em que o amarelo carrega um simbolismo negativo (GUIMARÃES, 2004, p.89).

ciação do amarelo com uma atuação positiva em uma sociedade recente como a nossa⁵⁰, simbolizando alegria, calor e ouro. O verde, por sua vez, é compreendido como complementar ao vermelho, e traz, por razões fisiológicas, a sensação de tranquilidade. Pode simbolizar o destino, a esperança e a fortuna, bem como a permissão e liberdade.

Nessa mesma linha, o vermelho se apresenta como um signo que se opõe ao verde e amarelo nas manifestações contra Dilma. Naturalmente, pois trata-se da cor que simboliza o Partido dos Trabalhadores, se estendendo também para o espectro ideológico da esquerda de modo geral, bem como sindicatos, e ultrapassando a questão nacional justamente em busca de uma universalidade das classes trabalhadoras. Esta associação não é um acontecimento novo, e já tinha sido observada nas décadas anteriores para representar o perigo do comunismo. Em um contexto além da política, a cor vermelha já é associada a valores negativos, como crise, negação, proibição, controle, guerras, perigo e violência. Se os grupos de esquerda se propõem a ressignificar esse signo, os grupos de direita se apoiam nesses valores, que já eram consideravelmente propagados pela mídia tradicional, como a *Revista Veja* (GUIMARÃES, 2004, p.126). Nos materiais da manifestação, portanto, pode-se perceber a nítida associação da cor vermelha com símbolos da esquerda, como Lula, Dilma e o PT, bem como com conceitos negativos e repudiados, como os relacionados à ideia de corrupção.

Um símbolo que também foi recorrente nos materiais presentes nas manifestações foi a mensagem “Fora Dilma”, muitas vezes padronizada e replicada em camisetas, cartazes e banners. Uma representação emblemática seria a que utilizou dois L no nome da presidente, em clara referência a Fernando Collor - que décadas atrás também tinha sido alvo de um processo de impeachment - utilizando as cores verde e amarelo, uma em cada letra L. Para tal, foi utilizado o logotipo da campanha para as eleições de 2010, que sofreu essa alteração no lugar da letra L. A palavra “Fora”, frequentemente usada em protestos políticos para expressar a rejeição a figuras políticas, expressa ideia de ordem, autoridade e imediatismo, o que também é corroborado pelo modo que é escrita. No caso, foi escrita com técnica que se assemelha a um pincel empunhado manualmente, por cima do logo de campanha da presidente. Os traços dessa escrita são rís-



pidos, sujos e rápidos denotando a força e agressividade do desejo e do imediatismo do processo de impeachment. Sobreposto ao nome de Dilma, expressa a vontade dos manifestantes de agir e alterar a história em relação ao presente, ao que já está estabelecido. Além disso, a técnica e imprecisão do traço evocam um sentimento de espontaneidade, de algo que foi decidido pelo povo que resolve agir com suas próprias mãos, flertando com a coletividade, numa técnica parecida com a utilizada na campanha das Diretas Já.

O uso de representações caricaturescas, associado às charges, também foi visto nos materiais dos protestos, algo que não é por si novo nos contextos políticos. Este tipo de representação, que visa à sátira, caracteriza-se por exacerbar as características mais marcantes de cada indivíduo, apoiando-se com frequência em suas características consideradas “negativas”. Neste sentido, alguns dos elementos mais vistos nos protestos foram os bonecos infláveis que retratavam Dilma e principalmente Lula. Segundo Bucci (2016), a versão de Dilma do balão inflável teria surgido depois da de Lula, que aparece com roupa de presidiário. Seu nome, Pixuleco, deriva do termo utilizado por um ex-tesoureiro do PT para se referir a propina, e acabou tornando-se nome de uma fase da Operação Lava Jato. Estes infláveis surgiram tanto em dimensões menores, para serem carregados individualmente pelos manifestantes, quanto em dimensões gigantes, para se destacarem das multidões.

Essas representações caricaturescas, bem como referências a prisão, foram também materializadas em imagens que flertavam com a cultura pop, como as histórias em quadrinhos e desenhos animados dos *Irmãos Metralha*, uma quadrilha de ladrões atrapalhados da *Disney*. Esta analogia, apoiada no perfil demográfico dos manifestantes, considerando que é uma referência mais tangível para os nascidos nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, busca estabelecer um trocadilho bem humorado entre os nomes “Metralha” e “Petralha”, termo pejorativo criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo para se referir aos petistas corruptos⁵¹. Utilizando as mesmas vestes dos personagens dos quadrinhos, Lula e Dilma também trazem uma placa fixada ao suéter que mostra o número 13-171. O número 13 refere-se ao código do PT nas eleições, e 171 faz referência a uma gíria que se apoia no Código Penal Brasileiro⁵², utilizada

⁵¹ <https://pt.wiktionary.org/wiki/petralha> (acesso em 11/02/2021)

⁵² O artigo nº 171 do Código Penal Brasileiro refere-se ao crime de estelionato: “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”.



^ Logomarca do “Fora Dilma”, com referência ao logo da campanha de Dilma em 2010

∇ Bonecos infláveis de Lula e Dilma





53 “Espero que o mandato dela acabe hoje, infartada ou com câncer, ou de qualquer maneira”. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/bolsonaro-espero-que-dilma-saia-infartada-com-cancer-de-qualquer-jeito-46024/> (acesso em 11/02/2021)

^ Referências aos Irmãos Metralha

∇ Trocadilhos com PT e Dilma



para caracterizar pessoas de mau caráter e indignas de confiança, traidoras e mentirosas.

Trocadilhos com a sigla do Partido dos Trabalhadores também se repetiram pelas mensagens escritas nos cartazes dos manifestantes como formas de desqualificar o partido, em termos como “golpista”, “corruptos”, “petrolão”, “petralhas”, “incompetentes”, se estendendo até para o nome da presidente em “bandilma”.

Referências à prisão ultrapassaram o campo das menções verbais e figurativas no meio impresso, materializando-se também em forma de performance, com direito a figurino, máscaras representando Lula, Dilma e seus parceiros de governo, chegando até ao uso de cenários improvisados de jaulas. Isso se conecta com a declaração de Bucci (2016), ao afirmar que a linguagem da política requer uma teatralização performática. Seria o clímax da afirmação de Rancière, em que “hoje em dia, toda manifestação assume o jeito de uma performance artística tanto pela atitude física dos manifestantes quanto pelas palavras e imagens que eles vão mostrar na rua” (RANCIÈRE apud BUCCI, 2016, p.108). Este signo indica a espetacularização que permeia as manifestações e se dá de forma literal e dramática, pela materialização do desejo de justiça e combate à corrupção pela punição de corruptos. A fetichização da prisão denota uma simplificação do sistema legal e penal brasileiro, e visão da prisão como única alternativa para corrupção além da morte.

Não obstante, a simbolização da violência se dá também nesse modo mais emblemático, a morte. Na falta de repertório estético e de discurso para criar alegorias e metáforas, e dotados de um sentimento punitivista exacerbado - guiados pela máxima de “bandido bom é bandido morto” -, os manifestantes de direita fizeram uso de representações literais da morte de Dilma Rousseff, e da morte simbólica do Partido dos Trabalhadores. Jair Bolsonaro já tinha desejado, em 2015, que Dilma saísse do governo “infartada”⁵³. Se Bucci (2016) afirma que a violência se estrutura como forma de comunicação dos protestos a partir de 2013, aqui ela se apresenta como argumento simples e claro. Paiero (2006) discorre sobre o uso do corpo “do outro” em protestos, geralmente o do indivíduo contra quem se quer protestar. Diz ela que “quando não é possível atingir diretamente o corpo do



^ Caracterizações em referência ao sistema prisional

∨ Referências à violência e morte



objeto do protesto, por opção ou por limitantes morais, religiosos ou jurídicos, há uma alternativa simbólica. Inúmeros protestos promovem verdadeiros massacres a bonecos que simbolizam o objeto do protesto” que “são simbolicamente mortos e enterrados” (PAIERO, 2006, p.183)⁵⁴.

54 Não há como não lembrar também da “Milhação de Judas”, performance carnavalesca de catarse coletiva.

Ainda sobre as caricaturas e formas de representação das figuras políticas, pode-se refletir sobre o modo pelo qual Dilma é retratada de acordo com os grupos que o fazem. José Fernandes (2009) apoia-se em Mikhail Bakhtin para argumentar que os signos são elementos ideológicos por natureza, uma vez que tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, valendo-se aí de um contexto social. Existe então uma relação entre a construção dos signos e os fatos sociais, de modo que a realidade social está presente nos signos e estes são transformados em produtos ideológicos, ao carregarem um significado atrelado a uma ideologia. Esta se estabelece como um conjunto de regras de produção de sentido, orientando que o signo produza determinado sentido e significação.

O teor estético de uma obra pode ser identificado como elementos de força, que levam a obra a tanto alcançar níveis de representação, como também, e simultaneamente, a persuadir (FERNANDES, 2009, p.83).

Grupos de esquerda estudantis costumam retratar a figura de Dilma Rousseff exaltando o seu passado considerado “heroico” e de resistência, como por exemplo ao utilizar ilustrações baseadas em sua conhecida foto ao ser presa enquanto lutava contra o regime militar. A foto de Dilma no momento em que foi fichada no DOPS torna-se uma gravura em stencil, permitindo sua fácil replicação, adotada pelos grupos de esquerda que se identificam com seu passado de resistência contra a repressão. Harry Pross (1997) aponta que “lendas e ídolos são magnificados para que possam reivindicar diante dos contemporâneos um status de legitimidade” (PROSS, 1997, p.84). Nesta representação, Dilma é uma mulher jovem, vestindo óculos e camisa, e apesar de estar sendo presa, mantém um olhar sério e determinado em direção à câmera.

Nas representações vistas nos protestos de 2015 e 2016, a mais replicada retrata o rosto de Dilma também em técnica que se assemelha ao stencil, em espaços positivos e negativos (preto e branco). Seus traços são reduzidos ao mínimo para que

possa ser reconhecida, dando destaque às suas características mais marcantes e exacerbando seus “defeitos”: ela torna-se reconhecível pelo cabelo curto e pelos dois dentes que saem da boca. Nessa representação, nota-se a ausência de olhos e nariz, reduzindo sua humanidade às suas disformidades. Este signo se porta como ícone, à medida em que trata-se de uma representação de seu objeto, mas também como símbolo, pois carrega um significado ideológico determinado pelo contexto social. A ex-presidente, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo na história do país, invade o status quo masculino, em uma sociedade que historicamente designa homens aos cargos de poder. Ainda, não se porta como a “mulher ideal” vista aos olhos de grupos conservadores, por seu passado de guerrilheira, sendo feminista, separada, chefe, enquanto a mulher ideal é a mãe, esposa, “feminina” e subserviente. Sua imagem também se distancia da mulher feminina ideal, sensual, quando Dilma se porta como uma mulher “séria” em detrimento da sensualidade. Isso resultou em uma postura machista da qual foi alvo, com inúmeras críticas feitas à sua aparência, passando por alegorias de violência sexual. Em 2015, já circulavam pelo país carros com adesivos de Dilma retratada com as pernas abertas de modo com que o bocal da bomba de combustível fosse inserido entre suas pernas. Rosana Pinheiro-Machado afirmou, analisando a conjuntura que se seguiu, que é impossível separar o bolsonarismo (que já vinha sendo construído desde os protestos de 2015 e 2016) do antifeminismo. Para a antropóloga, a mulher bolsonarista “acha que feminismo é ser ‘feia’ e ‘suja’” ⁵⁵.

Enquanto alguns grupos de esquerda defendem em seu discurso a diversidade, dar voz a grupos que tradicionalmente são oprimidos e privados de voz, a extrema-direita tradicional dirige-se ao padronizado, ditado por normas estéticas. Se a esquerda se posiciona como “politicamente correta” no que atualmente se define pelo “respeito às diferenças”, a direita se opõe a isso.

Analogamente ao símbolo de Dilma que estampa cartazes, faixas e camisetas, existe o que retrata Lula. O ex-presidente, por sua vez, foi sintetizado em sua mão esquerda, da qual perdeu o dedo mindinho. O símbolo simula o desenho de sua mão como se fosse uma impressão feita por tinta, deixando evidente a ausência de um dos dedos. Uma das representações, muito vista em cartazes e camisetas, mostra essa impressão feita a partir de

⁵⁵ Ver “É impossível separar bolsonarismo do antifeminismo”, diz antropóloga”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/01/e-impossivel-separar-bolsonarismo-do-antifeminismo-diz-antropologa.htm> (acesso em 11/02/2021)



^ Representação de Dilma por grupos de esquerda e de direita

v Adesivos de Dilma colados em carros





^ Símbolo de mão com 4 dedos em referência a Lula

v Lula em evento da Petrobras em referência a gesto de Vargas



56 Ver “Em atos comemorativos, presidentes Vargas e Lula sujam as mãos de petróleo”. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-atos-comemorativos-presidentes-vargas-lula-sujam-as-maos-de-petroleo-19136875> (acesso em 11/02/2021)

57 Que, diga-se, valia-se em sua comunicação corriqueira do apelido Nove, para referir-se ao ex-presidente - como vem mostrando as divulgações das conversas entre o promotor Deltan Dallagnol e outros integrantes da operação, a partir do vazamento de suas conversas pela Operação Spoofting.

material preto que aparenta ser viscoso. Voltando algumas décadas na história do país, Getúlio Vargas havia, em 1952, sujado sua mão de petróleo, em ato que simbolizava a posse do produto brasileiro, com a campanha “O petróleo é nosso”⁵⁶. A imagem, imortalizada pelos fotógrafos, passou por uma releitura mais de cinco décadas depois, quando Lula repete o gesto de Getúlio, na comemoração pela autossuficiência do país na produção de petróleo em 2006. Alguns materiais das manifestações relacionam diretamente o uso deste símbolo com o escândalo do Petrolão, escândalo de corrupção relacionado à Petrobras em torno do qual girou a tão ovacionada pelos grupos de direita, Operação Lava Jato⁵⁷.

Paralelamente à referência ao petróleo, Vargas e os escândalos de corrupção, se faz necessário compreender outras escolhas que determinaram o uso de tal símbolo. Lula perdeu o dedo mínimo enquanto trabalhava numa metalúrgica, aos 18 anos de idade. Posteriormente, durante a Ditadura Militar, filiou-se ao Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dando início a sua luta como líder sindicalista que perdurou por décadas. O dedo, então, simboliza sua luta enquanto trabalhador manual. Seguindo a mesma lógica das representações de Dilma, os grupos de direita optam pela mão com quatro dedos como estratégia de reduzir o ex-presidente à sua condição de trabalhador manual, esta fortemente menosprezada pelas classes médias e altas. Conforme mostrado no capítulo anterior, essas camadas sociais nutrem comumente um desprezo pelo trabalho manual em detrimento do intelectual, crença que se reflete na manutenção da ideologia meritocrática. Com isso, na medida em que as classes populares e de trabalhadores manuais exaltavam Lula como um herói, as classes mais abastadas o viam como desqualificado para ocupar o cargo da presidência, frequentemente classificando-o como “analfabeto”.

Ao mesmo tempo em que puderam ser observados signos e estratégias que visassem desqualificar os alvos dos protestos, outras estratégias foram utilizadas para persuadir o público a se juntar ao grande grupo de brasileiros revoltados com o governo. Bucci (2016) afirma que o sentido gerado pelos signos se aproxima mais do registro do sentir do que do pensar, ou seja, que processos de identificação (relacionados ao sentimento e emoção) predominam sobre a argumentação (racionalidade).

Por vivermos em uma época estética - novamente utilizando o conceito de Mario Perniola -, o que predomina nos signos em circulação (e em disputa) é o seu potencial de sedução, seja sensual ou sensorial, e de despertar desejo de culto ou admiração.

Além das cores verde e amarelo terem dominado as vestimentas, acessórios, cartazes e textos nas ruas em 2015 e 2016, ressurgem as faces dos manifestantes pintadas com essas cores, como se estes buscassem reviver os protestos de 1992. Afinal, se os manifestantes de 1992 que clamavam pela saída de Collor eram majoritariamente estudantes, é bem possível que vários dos que foram às ruas contra Dilma já como pais de família tivessem comparecido também ao movimento dos Caras-Pintadas quando adolescentes, compondo agora a fração da faixa etária correspondente aos quadragenários. A pintura com tintas verde e amarela não se restringe à face, eventualmente se estendendo para outras partes do corpo, no que Paiero (2006) definiu como o uso do corpo como suporte para a mídia secundária, como estratégia de expandir a comunicação.

A bandeira nacional, nessa mesma linha, foi apropriada e incorporada de diversos modos, corroborando a afirmação de Bucci de que os signos estão sempre em disputa, utilizando a própria bandeira como exemplo (BUCCI, 2016, p.120). Esse signo busca evocar o sentimento patriótico, tão aclamado pelos grupos de direita. Para explicar tal nacionalismo, Pross cita o historiador da cultura Jacob Burckhardt:

O patriotismo frequentemente é apenas uma arrogância diante dos outros povos e encontra-se por esse simples motivo fora da senda da verdade; mas muitas vezes ele é apenas uma espécie de furor partidário no seio da própria pátria, e muitas vezes ele não é nada mais do que a tentativa de ferir outros (BURCKHARDT apud PROSS, 1997, p.106).

Ao mesmo tempo em que o discurso patriótico foi de certo modo onipresente nos manifestantes, também foram vistos materiais que se comunicavam em outros idiomas, como o francês e principalmente, o inglês. Em parte, indicariam o desejo de comunicarem suas demandas a um público exterior ao nacional, com destaque ao estadunidense. Os Estados Unidos, para determinados grupos da direita brasileira, se posicionam como referência global enquanto instituição de poder, à qual devem



^ Rostos pintados com as cores da bandeira

v Mensagens em inglês e francês



respeito (leia-se: subserviência) - o que viria a se fortalecer com a figura de Donald Trump, eleito no final de 2016. Além disso, pode-se interpretar o uso destas línguas como uma simbolização de autoridade para esses grupos, através do domínio de um idioma estrangeiro. O uso do idioma francês se alinhava com os ataques sofridos pela revista francesa Charlie Hebdo, no início de 2015, por franceses muçulmanos, após a revista satirizar a religião islâmica. O movimento global de apoio à revista utilizou do mote “*Je suis Charlie*”, em tradução livre “Eu sou Charlie”, e tal slogan teve reflexos nos protestos da direita no Brasil. O “*Je suis*” foi apropriado e utilizado com outros termos, para demonstrar apoio a pautas específicas (ainda que usado erroneamente em alguns casos). Vale pontuar que geralmente movimentos de direita tendem a ser contrários à imigração e, em muitos casos, se posicionam de maneira xenofóbica em relação aos povos muçulmanos. Isso volta na explicação de Moraes (2019) que aponta o extremista deslocando sua posição de “opressor” para “oprimido” e “perseguido”, manipulando emoções de medo e ódio para com o público.

Ainda que alguns autores apontem que o apoio à intervenção militar não era unânime, foram vários os materiais que clamavam por esta, frequentemente apoiando-se em símbolos nacionais e símbolos do poder militar, como brasões, para fortalecer e ilustrar tal demanda.

A bandeira aparece como ícone em diversos materiais, como camisetas, pulseiras, chapéus, bandanas, ou até mesmo a própria bandeira em tecido enrolada sobre o corpo, mas também como símbolo em diversas peças gráficas, como nos cartazes, faixas e banners. Por vezes, é representada como se fosse uma foto de uma bandeira real em movimento, hasteada, valendo-se de atributos adicionais como volume, luz e sombra, ainda que seja uma imagem estática dessa representação. Tal escolha denota a percepção da bandeira como o símbolo de poder nacional, a partir do momento em que se coloca como hasteada, ganhando a força dramática do reflexo do tecido e dos contrastes que este movimento gera. Ela simboliza o Brasil enquanto nação, em movimento, tentando tomar força.

Noutras vezes, essa dramaticidade se dá pela associação da bandeira com um recorte de uma foto de um rosto, com destaque



^ Referências à intervenção militar

para um dos olhos, no qual a pele e o olho representados são coloridos com as cores da bandeira nacional. Este olho às vezes mira em direção à câmera, representando um olhar determinado, seguro e incisivo. Em outras, olha levemente inclinado para cima, em direção a um ponto distante, trazendo o significado de esperança pelo progresso, pelo futuro. A bandeira inserida nessas faces e nesses olhares seduz ao declarar que “a nação brasileira” está dentro dos cidadãos, que o povo é o Brasil. Neste caso, simboliza “o Brasil em ação”, comumente acompanhada de textos como “Acorda Brasil” e “O gigante acordou” que, em associação direta com a imagem dos olhos, indica que a nação deve estar acordada, atenta e pronta para batalhar ao lado de seus iguais patriotas.

O uso desses signos por vezes literais e consideravelmente dramáticos foi frequente entre esses grupos da sociedade, e corrobora de modo fiel o argumento de Pross: “A propaganda que não for penetrante não renderá nada” (PROSS, 1997, p.76). Estes signos dialogam diretamente com a emoção do intérprete, não necessariamente pelas escolhas gráficas em si, mas pela estratégia que consolida esta evocação estética que, “no contexto das mobilizações políticas, não se relaciona diretamente com arte ou com a expressão de formas de beleza, mas com aquilo que simplesmente se refere ao sensível” (BUCCI, 2016, p.109). Por isso, a estética vai além da arte, “enquanto uma forma de experiência, um modo de visibilidade e um regime de interpretação” (RANCIÈRE apud *ibid.*, p.109).

O ápice da dramaticidade performática nas manifestações de 2015 e 2016 se deu pela repercutida “Dança do impeachment”, fenômeno que foi visto nos protestos de diversas cidades pelo país. A música, criada pelo grupo Consciência Patriótica⁵⁸, de Fortaleza, se assemelha aos *jingles* frequentemente utilizados em propagandas políticas, trazendo consigo elementos de outros estilos da cultura popular, como o forró e os tambores do samba carnavalesco de rua. A coreografia, por sua vez, se apropria da técnica dos *flash mobs*, porém não guarda relações com os estilos musicais que representa, tampouco com os estilos de dança mais disseminados pelo país. Estes podem ser geralmente definidos como danças que carregam algum teor de sensualidade, pelos movimentos curvilíneos e a apropriação das curvas do corpo. A coreografia do impeachment, por sua vez, traz

⁵⁸ Ver “Criadores da ‘dança do impeachment’ rebatem críticas: ‘Música une pessoas no combate a comunismo e corrupção’”. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb (acesso em 12/02/2021)



^ Diferentes representações da bandeira nacional



VENHA A REUNIR SUAS FORÇAS
VENHA A REUNIR SUAS FORÇAS
VENHA A REUNIR SUAS FORÇAS

PATRIOTA E READI TRO
PATRIOTA E READI TRO
PATRIOTA E READI TRO

VEM PARA MANIFESTAÇÃO
VEM PARA MANIFESTAÇÃO
VEM PARA MANIFESTAÇÃO

RESISTÊNCIA À DITADURA
RESISTÊNCIA À DITADURA
RESISTÊNCIA À DITADURA

COM DETERMINAÇÃO
COM DETERMINAÇÃO
COM DETERMINAÇÃO

PARA UM MARCHO NACIONAL
PARA UM MARCHO NACIONAL
PARA UM MARCHO NACIONAL

DE SAO CARLOS
DE SAO CARLOS
DE SAO CARLOS

CRITICA E FORTE BRASIL
CRITICA E FORTE BRASIL
CRITICA E FORTE BRASIL

E JORNAL DA
E JORNAL DA
E JORNAL DA

FORA DULA
FORA DULA
FORA DULA

FORA PT
FORA PT
FORA PT

às coreografias do grupo gospel Zoe Dance, quase que como um zumba comportado e conservador.

Nesse sentido, a coreografia é de fácil aprendizado e pode ser replicada por diversos grupos de pessoas nos protestos. Com a letra “*Seja patriota/Vem lutar por sua nação/Patriota verdadeiro/Vem pra manifestação*”, os manifestantes coreografam a dança com sorriso no rosto, geralmente este completamente pintado com tinta verde e amarela. Para participar do *flash mob* conservador, os manifestantes se apresentam com o maior número possível de adereços que fazem referência à bandeira: “*Veste verde e amarelo/Com determinação*”. Alguns de seus movimentos são mais agressivos, com os punhos fechados golpeando o ar, associados ao trecho da letra “*Fora Dilma/Fora Lula/Fora PT*”. A inserção deste elemento na ambiência dos protestos corrobora suas semelhanças com celebrações de rua, como o Carnaval e as celebrações da Copa do Mundo.

Hashtags e referências às redes sociais também tiveram seu espaço nos cartazes dos manifestantes, corroborando a íntima relação entre os protestos e a internet, seguindo o argumento de Gonçalves (2017). Às vezes, faziam mera referência ao uso de hashtags como forma de declarar engajamento a pautas específicas. Em outras, faziam menção a páginas específicas nas redes sociais, como forma de divulgação, para atrair público nessas plataformas.

Uma forma de manifestação contra o governo Dilma que ultrapassou o espaço das ruas foi o chamado panelaço, que ocorreu nos espaços domésticos da população urbana das classes médias em ocasiões de pronunciamentos oficiais da ex-presidente em rede nacional, mas com ressonâncias no espaço público. Seguindo o mesmo conceito apontado por Martyniuk, Laruccia & Silva (2015), pode-se dizer que tal protesto ocupou a cidade em seu espaço sonoro, na medida em que a população ia às janelas bater em panelas, produzindo um ruído como forma de demonstrar indignação. Segundo pesquisadores, essa forma de protesto teria surgido na Idade Média, e também foi vista nas décadas anteriores em outros países latino-americanos⁵⁹.

Com base nos elementos apresentados até então, serão analisados alguns materiais em específico, realizando uma leitura mais detalhada e minuciosa no que tange sua estrutura e elementos compositivos.

⁵⁹ Ver “Símbolo latino-americano, panelaço marcou Dilma e foi usado de esquerda à direita”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/simbolo-latino-americano-panelaco-marcou-dilma-e-foi-usado-de-esquerda-a-direita.shtml> (acesso em 15/02/2021)



^ v Manifestantes batendo panelas





^ Imagem 1

Esta primeira foto (1) traz alguns cartazes que exaltam o patriotismo e o desejo pela intervenção militar. Além de clamarem explicitamente pela intervenção, os três cartazes de fundo branco flertam com elementos que evocam símbolos nacionais e militares, como o lema “ordem e progresso” que compõe a bandeira nacional, bem como os símbolos de instituições de poder, nacional, militar, religioso ou social. Podemos ver os símbolos que representam a maçonaria, o judaísmo, brasões da república brasileira e da Polícia Militar e Federal, entre outros. Este cartaz com os símbolos também evoca a memória nacional, ao fazer referência à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, dizendo que 1964 (ano da marcha e do golpe militar) está mais vivo que nunca. Nas bordas laterais, é possível ler “intervenção militar”, com as letras dispostas verticalmente. Esta menção acaba tendo um efeito quase decorativo, uma vez em que a disposição dos caracteres e sua escala em relação ao cartaz comprometem sua legibilidade, ainda mais considerando o tamanho do cartaz e sua distância em relação ao público da passeata, já que está posicionado ao alto de um carro de som.

Enquanto estes três cartazes trabalham com configurações gráficas mais simples, em fundo branco e letras grotescas, sem muitos adornos, o cartaz colorido à direita traz uma complexidade visual muito maior. Este baseia-se no uso majoritário das cores da bandeira, sobrepostas e misturadas. O fundo em degradê também foi visto em outros cartazes pelas manifestações. O texto, por sua vez, traz bordas em preto e/ou branco, buscando garantir legibilidade sobre o fundo colorido. Algumas imagens são posicionadas nas bordas do cartaz, procurando trazer mais força à mensagem da peça, mas pecam na relação de escala para com o intérprete. Tratam-se possivelmente de imagens prontas encontradas em buscas pela internet, com a frase “todos na rua, um só povo, um só grito” ou com fotos na bandeira brasileira hasteada e em movimento. Num geral, do ponto de vista compositivo, estes elementos indicam a intenção de exprimir o sentimento patriótico e a revolta popular de todas as maneiras possíveis, seja pelas cores, pelo peso do texto ou pelas imagens, mas também indicam um desconhecimento acerca de técnicas compositivas, uma vez que vários destes elementos entram em conflito entre si no espaço do cartaz, gerando uma peça confusa, carregada de informações e pouco objetiva. No entanto, conforme



^ Imagem 2

apontado anteriormente, o uso das cores da bandeira nacional acaba sendo o signo que mais se destaca, que seduz e convence o intérprete.

Nesta segunda foto (2), estas características ficam ainda mais claras. Via de regra, em uma peça buscando pela exaltação do nacionalismo, as cores verde e amarelo predominam. Trata-se de um banner impresso digitalmente, assim como as faixas da foto anterior, em tamanho grande e possivelmente fixado junto a um carro de som. As técnicas de produção destes materiais e a escala indicam uma possibilidade de dispêndio financeiro nestes protestos, o que faz sentido ao se considerar os grupos sociais que compunham estes atos. A preferência por este tipo de material em detrimento de técnicas manuais pode indicar tanto um desejo de expor a disponibilidade de recursos financeiros destes grupos (em comparação com as grandes faixas pintadas à mão classicamente utilizadas por protestos estudantis e de esquerda), bem como um maior alinhamento com a linguagem digital da internet, disseminada através das redes sociais.

Nesta peça, vemos uma predominância de imagens em relação aos textos. O texto “Brasileiros conscientes, Fé em Deus, Amor à Pátria e à Família” evoca novamente o senso comum construído pelos grupos de direita conforme apontado por Moraes (2019), da “população de bem e honesta” (consciente), “a favor da família cristã” (fé em Deus, amor à família) e “nacionalista/patriota” (amor à pátria). A tipografia, por sua vez, utiliza-se de fortes contrastes entre hastes, laços e filetes, levando os elementos grossos e finos aos extremos, junto de contra-formas irregulares que, acompanhados de efeito de sombra, buscam trazer espécie de personalidade à mensagem, porém em detrimento da legibilidade. Diversas imagens são dispostas no cartaz, sem necessariamente ter um grid definido ou com propósito, mostrando-se quase aleatório. Em maior número, vemos fotos de figuras políticas exaltadas pela direita, que também não seguem um padrão. Os enquadramentos, cores e contextos são arbitrários, indicando que possivelmente se tratam de fotos quaisquer encontradas na internet. Em meio às fotos dos políticos, se destacam figuras que representam a bandeira brasileira. Uma delas, abaixo na peça, representa a bandeira em movimento, trazendo fortes contrastes entre o reflexo da luz e a sombra, conforme já mencionado anteriormente, representando uma nação poderosa

e em movimento, com elementos de dramaticidade. Outra, ao lado do texto, simboliza o “amor à pátria” ao inserir a bandeira dentro de um símbolo de coração, em sua maneira mais literal, em uma figura que simula volume com luz e sombra. À direita, um pedaço de outra imagem simulando a bandeira em movimento, com texto em tipografia que simula a escrita manual, técnica também vista em outros materiais, que indica o desejo de aproximar a mensagem dos intérpretes, simbolizando que a mensagem foi escrita pelos punhos dos cidadãos, ainda que feita digitalmente.

Algumas imagens em formatos que se assemelham aos memes também aparecem, gerando uma composição que sobre põe estilos e técnicas variados, com imagens prontas da internet, lembrando um trabalho escolar feito em formato de Power Point, ou de uma imagem para ser circulada nos grupos de WhatsApp.

Este próximo banner (3), que traz a mensagem de “Limpa Brasil”, também se apropria de alguns elementos já citados, e traz outros significados que também foram vistos em outros materiais nas manifestações. Novamente, trata-se de uma peça composta usando técnicas digitais, baseada no uso das cores da bandeira e em elementos prontos. O verde, amarelo e azul aparecem como manchas de tinta pintadas regularmente, associadas às linhas de texto da mensagem. A figura, supostamente um clip art de um pintor, dá a entender que este personagem está pintando um muro ou parede, cobrindo o que quer que houvesse antes com as cores da bandeira, ou seja, com o patriotismo. A tipografia, ainda que não tão ornamentada quanto a da peça analisada anteriormente, não necessariamente se alinha com outros elementos vistos nessas manifestações ou as escolhas clássicas de protestos no passado, com fontes grotescas e condensadas. O uso da tipografia nos materiais destas manifestações se mostra ter sido feito de forma arbitrária, a partir da disponibilidade e gosto pessoal dentre as opções possibilitadas pelas técnicas digitais, sem que fosse almejada uma identidade ou algum tipo de coesão estilística entre as peças no geral.

As representações de tinta, seja para estilizar fundos, textos ou imagens, também se manifestaram com frequência nos materiais dos protestos, o que indica a vontade de simbolizar a ação coletiva e comunitária entre os cidadãos, que se consideram “o povo brasileiro”, pois buscam demonstrar que o processo de



^ Imagem 3

mudança e reconstrução do país ocorre “pelas mãos” desses cidadãos, com ferramentas simbolicamente simples (o rolo e o balde de tinta) - daí o uso de técnicas que simbolizam autoria e trabalho manual - e também com uma evocação estética de elementos artísticos, feita de modo romantizado. Paradoxalmente, são justamente essas peças que simulam técnicas manuais as que são feitas digitalmente, se baseando largamente em elementos compositivos já prontos.

Na imagem 4, outro cartaz produzido digitalmente e impresso, com uso de diversas técnicas e linguagens na mesma peça. Ainda que utilizando tipografia grotesca e mais neutra, os textos não seguem a mesma linguagem, com a presença também de textos em tamanho ilegível para a escala do papel e com disposição que também prejudica a leitura, quase como se fossem notas de rodapé. Símbolos que remetem ao poder nacional e às polícias aparecem novamente, e ao fundo a repetição de uma imagem composta por uma passagem bíblica e por uma foto manipulada com o desenho da bandeira nacional. Conforme apontado anteriormente, essa foto do rosto busca, pela dramaticidade, evocar o sentimento patriótico, através de um cidadão que carrega a nação pintada em seu rosto, como se fizesse parte dele, acompanhada de um olhar determinado em direção à câmera, representando o brasileiro que decisivamente está preparado para encarar a “luta” por seu país. Os elementos e texturas se sobrepõem, prejudicando a leitura e compreensão rápidas do cartaz, que conta com um excesso de elementos compositivos, na intenção de agregar o maior número de mensagens e símbolos em um espaço delimitado. Os símbolos nacionais, assinaturas e a passagem bíblica buscam agregar legitimidade à mensagem, recorrendo a figuras e instituições apoiadas e respeitadas pelos grupos de direita. Além disso, há uma menção a uma página do Facebook denominada “Intervencionistas Independentes”, comprovando novamente a forte relação entre esses protestos, os grupos de direita e as redes sociais.

Por fim, na imagem 5, ainda que também tenha sido feita digitalmente, não há uma sobreposição tão forte de elementos nem o uso de figuras prontas. A mensagem de maior destaque, “Fora Dilma”, remete ao símbolo amplamente utilizado nas camisetas e cartazes pelos protestos, mas não segue à risca sua linguagem. Em vez de utilizar o logotipo oficial da campanha de Dilma, seu



^ Imagem 4

v Imagem 5



nome é escrito utilizando tipografia grotesca e em caixa alta, na cor vermelha. A palavra “Fora”, apesar de não utilizar também a mesma técnica vista nas camisetas, simula um traço com caneta, feito à mão. Os textos referentes à ex-presidente e ao Partido dos Trabalhadores são escritos em vermelho, que também aparece em “A nossa bandeira jamais será vermelha”. Esta mensagem representa o repúdio ao “comunismo”, frequentemente associado à cor vermelha e também à figura do PT, que usa a cor em sua logomarca. Enquanto isso, o verde e o amarelo aparecem como faixas laterais e em degradê nos textos que evocam o nacionalismo, como “O país inteiro grita” e “bandeira”.

De modo geral, pode-se dizer que essas peças gráficas representam a disseminação de técnicas digitais na atuação de grupos políticos em manifestações de rua, permitindo o surgimento de novas linguagens associadas ao recém-consolidado universo das redes sociais, que democratizou o acesso a estas ferramentas de comunicação e permitiu que novos agentes, que não necessariamente detinham repertório estético relevante ou conhecimento técnico, se apoderassem dessas ferramentas, para que desenvolvessem então novos formatos para estabelecer sua comunicação com os intérpretes nessa relação entre protestos de rua e sociedade.

No entanto, a pouca familiaridade desses grupos com manifestações de rua e com ferramentas digitais, bem como uma possível ausência de repertório gráfico, resultou em peças comunicativas pouco objetivas, uma vez que carregam um número elevado de elementos e técnicas para cartazes com espaço delimitado. Isso pode ter sido resultado de uma tentativa de desbravar esse novo universo, buscando explorar diversas técnicas disponíveis, uma vez que a distância entre o ato de criar e o de materializar diminuiu consideravelmente com a possibilidade de uso de ferramentas digitais e de imprimir tais materiais com facilidade e custo acessível. Além disso, acabam seguindo a tendência já observada em 2013 da presença de cartazes produzidos para a “escala da selfie”, e também individualizados em suas mensagens.

6. Considerações finais

Na medida em que as Jornadas de Junho teriam representado o início de um novo momento na história recente do país no que diz respeito às manifestações políticas de rua, as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff representaram a consolidação das forças de mobilização e atuação de novos grupos de direita no cenário político nacional. Suas formas de manifestação trouxeram novidades, pois sua organização se deu majoritariamente por meio de grupos articulados através da internet, pelas redes sociais. O intervalo de meses entre as manifestações contra Dilma também permitiu uma articulação mais organizada, estabelecendo tendências nas estratégias de comunicação desses grupos. Essas tendências se manifestaram em seus discursos, com base na ideologia desses grupos de direita, e também nos elementos estéticos observados nas manifestações de rua.

A estética desses movimentos se baseou fortemente na evocação de um sentimento patriótico e nacionalista, em oposição aos grupos de esquerda, associados ao comunismo e representados pela cor vermelha. Em diversos momentos, ocorreram referências ao passado político do país, seguindo estratégias já utilizadas em outros protestos e também por grupos de direita e pelo regime militar. No entanto, a internet e as tecnologias digitais ofereceram um novo ar a essa estética, permitindo a exploração de novas técnicas com mais facilidade, da concepção à produção e impressão. Essa possibilidade trouxe às ruas uma série de elementos novos, por vezes mais complexos, que abriram espaço para a leitura e análise de suas intenções e significados. Isso não significa, porém, que o resultado é necessariamente positivo para a função de comunicação desempenhada por estes materiais. O uso dessas novas técnicas sem que haja domínio destas e repertório para embasar as novas produções resultou em peças gráficas pouco objetivas, confusas e por vezes

caóticas, sem levar em consideração informações importantes como a escala entre o intérprete, o cartaz, a mensagem e o protesto como um todo.

A intenção deste trabalho foi de levantar possíveis conexões entre os grupos de direita que se consolidaram nos últimos anos no país e suas expressões estéticas como um todo, com foco nos elementos gráficos e tomando como objeto as manifestações de rua ocorridas entre 2015 e 2016 contra Dilma Rousseff. Alguns de seus elementos simbólicos recorrentes foram explicitados e analisados, com base em registros fotográficos, tendo ainda a consciência de que as análises e relações não se limitam ao que foi aqui apresentado. Segundo Gemma Penn (2008), “teoricamente, o processo de análise nunca se exaure e, por conseguinte, nunca está completo. Isto é, é sempre possível descobrir uma nova maneira de ler uma imagem, ou um novo léxico, ou sistema referente, para aplicar à imagem” (PENN, 2008, p.331). No entanto, para fins práticos, cabe demarcar um ponto final.

Esse ponto final, no entanto, pode ser um ponto de partida para outras leituras, dentro de um mesmo universo. Nos anos seguintes ao impeachment de Dilma, a extrema-direita ganhou um importante espaço no cenário político nacional e consequentemente, no dia a dia dos brasileiros. A figura de Jair Bolsonaro e seu caminho ao poder, consumado em 2018, trouxeram novos materiais que se integram nesse universo estético e que são passíveis de análise. Até os dias de hoje e aos que ainda virão, novos elementos estéticos dentro da política poderão ser discutidos e analisados visto que, na sociedade de imagem, estes se tornam cada vez mais recorrentes como forma de comunicação.

A compreensão dessas formas de linguagem, ainda que não se mostre como a solução imediata para questões que surgem no caminho, permite que possamos entender possíveis intenções nas estratégias discursivas de tais grupos e também eventuais relações com processos políticos importantes ao longo da história. A retomada de alguns desses símbolos poderia, então, ser um prelúdio para a reincidência de episódios análogos já vivenciados na história da sociedade brasileira.

7. Referências

Referências bibliográficas

ALVES, Eduardo Silva. *O adeus a Jango: Time magazine - percepções*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13103>

BUCCI, Eugênio. *A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOITO JR., Armando. *A corrupção como ideologia*. Crítica Marxista, n.44, p.9-19. Campinas: IFCH - Unicamp, 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_43_21.pdf

BORRIES, Friedrich von; AHLERT, Moritz; FISCHER, Jens-Uwe. *Urbane Interventionen Istanbul: Learning from Gezi*. Berlin: Merve Verlag, 2014.

CASTELO, Hilton. *Os publicitários das diretas*. Curitiba: Universidade Positivo, 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1995-1.pdf>

CASTRO NETTO, David A. *Propaganda e Sociedade O caso das Diretas Já! E a campanha eleitoral de Tancredo Neves*. Revista Domínios da Imagem, v.14 n.26, 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/41100/27737>

CAVALCANTE, Sávio. *Classe média, meritocracia e corrupção*. Crítica Marxista, n.46, p.103-125. Campinas: IFCH - Unicamp, 2018. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_21_18_52.pdf

CESARINO, Letícia. *Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal*. Rev. Antropol., v.62 n.3, p.530-557, São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232/158421>

ESPÍRITO SANTO, Maria Ouriveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. *Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho*. In: PINHO, J.A.G., ed. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* [online]. Salvador: EDUFBA, p.141-167, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775-08.pdf>

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. Edusp, São Paulo, 1995.

FERNANDES, José David Campos. *Processos linguísticos no cartaz de guerra: semiótica e gramática do design visual*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8432>

FIRMINO, Gustavo Casasanta. *Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes*. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho, v.1. n.47, p.209-227, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/30466/19614>

FULANETI, Oriana de Nadai. *Entre a rua e a rede: uma análise semiótica das manifestações políticas contemporâneas*. CASA. Cadernos de Semiótica Aplicada (Online), v.13, p.253-279, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/7905/5763>

GENTILE, Fabio. *A direita brasileira em perspectiva histórica*. Plural-Revista de Ciências Sociais, v.25, n.1, p.92-110, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>

GONÇALVES, Ana Carolina Santiago. *A nova direita brasileira e sua atuação nos meios de comunicação e na web*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4137/TCC%20ANA%20CAROL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Relatório de pesquisa. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

MARTYNIUK, Valdenise Leziér; **LARUCCIA**, Mauro Maia; **SILVA**, Miriam Cristina Carlos. *O discurso publicitário do Movimento Passe Livre (MPL) no Brasil*. Esferas, v.2, n.7, 2015. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/6401>

MELO, Chico Homem de. *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. *A direita ganha as ruas elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira*. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo: Insurreições, passado e presente. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/15025664/A_DIREITA_GANHA_AS_RUAS_ELEMENTOS_PARA_UM_ESTUDO_DAS_RA%C3%8DZES_IDEOL%C3%93GICAS_DA_DIREITA_BRASILEIRA

MELO, Desirée Paschoal de; **MELO**, Venise Paschoal de. *Uma introdução à semiótica peirceana*. Paraná: UNICENTRO, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/953>

MORAIS, Argus Romero Abreu de. *O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v.20 n.1, p.152-172, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/12129>

MPL-SP. *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*. In: MARICATO, E. et al. Cidades rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVO, Júlio César Cancellier de. *A cor na propaganda política: significados e produção de sentidos*. In: Anais do 6o. Encontro Celsul - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul, 2004.

PAIAS, Alina da Porciuncula. *Jornadas de Junho as dimensões estética e política do espaço urbano*. Relatório Final de Iniciação Científica, São Paulo, 2016.

PAIERO, Denise Cristine. *Protestos no Brasil: Da retomada das ruas em 2013 ao #naovaitercopa*. Media e Jornalismo, v.1, p.153-165, 2015. Disponível em: http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/2015_13_protestos-no-brasil-1.pdf

_____. *O corpo em protesto*. In: PAIERO, Denise Cristine; BAITELLO, Norval Jr; MENEZES, José Eugênio de Oliveira. Os símbolos vivem mais que os homens: ensaios de comunicação cultura e mídia. São Paulo: Annablume, p.167-183, 2006.

PENN, Gemma. *Análise semiótica de imagens paradas*. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2011.

PEREIRA, Julia Lopes. *Espaços públicos na São Paulo contemporânea manifestações populares e a Avenida Paulista*. Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Escola da Cidade, n.4, p.39-54, 2017.

PROSS, Harry. *A Sociedade do Protesto - volume I*. São Paulo: Annablume, 1997.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCARTEZINI, Natalia. *A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil*. In: Cadernos de Campo, Revista de Ciências Sociais. n.20, Unesp, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8019>

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Direita nas redes sociais online*. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1.ed., v.1, p.213-230. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015.

SINGER, André. *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. Novos estudos - CEBRAP [online], n.97, pp.23-40, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300003&script=sci_abstract&lng=pt

SOARES, Luiz Eduardo. *A terra treme no país de desigualdades e paradoxos*. 2013. Disponível em: <https://www.luizeduardosoares.com/a-terra-treme-no-pais-de-desigualdades-e-paradoxos/>

TONET, Ivo. *Sobre as atuais manifestações*. Diário Liberdade, Maceió, 2013. Disponível em: <https://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/39585-ivo-tonet-sobre-as-atuais-manifesta%C3%A7%C3%B5es.html>

todos os links foram acessados em 22/02/2021

Créditos das imagens

Página 21:

<https://www.brasildfato.com.br/2017/03/13/comicio-das-reformas-de-joao-goulart-e-realizado-no-dia-13-de-marco-de-1964/> (acesso em 13/12/2020)

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1424618-comicio-da-central-do-brasil-selou-guinada-de-jango-a-esquerda.shtml> (acesso em 13/12/2020)

<http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> (acesso em 13/12/2020)

<http://memorialdademocracia.com.br/card/comicio-da-central-300-mil-apoiam-reformas> (acesso em 13/12/2020)

<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/13-questoes-sobre-bditadura-no-brasilb.html> (acesso em 13/12/2020)

Página 25:

<https://www.diariogm.com.br/politica/56-anos-do-golpe-afinal-existiu-uma-ameaca-comunista-em-1964> (acesso em 13/12/2020)

<https://istoe.com.br/um-brasil-confuso/> (acesso em 13/12/2020)

<https://riomemorias.com.br/memoria/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/> (acesso em 13/12/2020)

<http://redcomsur.org/sitio/relaciones-peligrosas-estados-unidos-y-el-golpe-de-1964-en-brasil/> (acesso em 13/12/2020)

<http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> (acesso em 13/12/2020)

Página 29:

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/01/cor-definiu-o-sucesso-diz-um-dos-criadores-da-campanha-das-diretas-ja.html> (acesso em 14/12/2020)

<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2020/07/0-que-foi-o-movimento-das-diretas-ja/> (acesso em 14/12/2020)

Página 30:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/regime-amordacou-as-artes-e-a-imprensa-para-nada-atrapalhar-o-ufanismo-do-brasil-grande.shtml> (acesso em 14/12/2020)

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/0-poder-e-significado-do-amarelo-segundo-cromoterapeutas.shtml> (acesso em 14/12/2020)

Página 33:

<https://veja.abril.com.br/brasil/ha-30-anos-em-sao-paulo-o-10-grande-comicio-das-diretas-ja/> (acesso em 14/12/2020)

<https://telepadi.folha.uol.com.br/paulo-markun-produz-serie-que-vai-golpe-de-64-diretas-ja/> (acesso em 14/12/2020)

Página 38:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FernandoCollor> (acesso em 14/12/2020)

Página 40-41:

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/manifestacoes-impeachment-caras-pintada-dilma-collor/> (acesso em 21/01/2021)

<https://istoe.com.br/primeiro-impeachment/> (acesso em 21/01/2021)

<https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/jovens-de-caras-pintadas-9666114> (acesso em 21/01/2021)

<https://www.focus.jor.br/petista-de-alta-patente-se-diz-arrepentido-de-ter-votado-pelo-impeachment-de-collor/> (acesso em 21/01/2021)

Página 63:

<https://www.hurriyetdailynews.com/yenikapi-construction-starts-near-byzantine-city-walls--45688> (acesso em 22/02/2021)

Página 69:

<https://www.facebook.com/passelivresp/> (acesso em 28/01/2021)

<https://midianinja.org/> (acesso em 28/01/2021)

Páginas 71, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 83:

<https://www.grafiasdejunho.org/> (acesso em 24/01/2021)

Página 95:

<https://www.facebook.com/mblivre/> (acesso em 20/02/2021)

<https://www.facebook.com/vempraruane.net> (acesso em 20/02/2021)

Páginas 121, 123, 125, 128, 132, 135, 136, 138, 141, 142, 145, 147, 149, 153, 154, 156, 159, 161:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/imagens-constrangedoras-das-manifestacoes-de-domingo.html> (acesso em 22/01/2021)

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333_476876.html (acesso em 22/01/2021)

<https://exame.com/brasil/os-protestos-de-16-de-agosto-em-imagens/> (acesso em 22/01/2021)

Páginas 121, 123, 125, 128, 132, 135, 136, 138, 141, 142, 145, 147, 149, 153, 154, 156, 159, 161 (cont.):

<https://www.facebook.com/HumansOfProtesto/> (acesso em 22/01/2021)

<https://m.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1760111-fiesp-perde-autorizacao-para-fazer-projecoes-na-av-paulista.shtml> (acesso em 22/01/2021)

<https://bahia.ba/brasil/fiesp-e-proibida-de-expor-bandeira-do-brasil-na-avenida-paulista/> (acesso em 22/01/2021)

<https://jornalggn.com.br/artigos/aos-amigos-que-preferem-temer/> (acesso em 22/01/2021)

<http://www.portaldapropaganda.com.br/noticias/2598/campanha-da-fiesp-nao-vou-pagar-o-pato-contr-aumento-de-impostos-sera-lancada-nesta-quarta-feira-1811-em-sorocaba/> (acesso em 22/01/2021)

<http://www.ciesp.com.br/sbc/noticias/nao-vou-pagar-o-pato/> (acesso em 22/01/2021)

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/protesto-contr-a-dilma-cartazes-marcantes/> (acesso em 22/01/2021)

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/protesto-contr-a-dilma-camisetas-curiosas/> (acesso em 22/01/2021)

<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/34102-protestos-de-12-de-abril> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2016/03/13/protestos-de-13-de-marco-pelo-pais.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/brasileiros-protestam-contr-a-governo-em-pelo-menos-seis-paises.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/03/15/manifestantes-aproveitam-protestos-do-dia-15-para-tirar-selfies.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/protestos-de-12-de-abril.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/manifestantes-fazem-selfie-durante-protesto-contr-a-governo.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/bbc/2015/08/17/cartazes-dos-protestos-de-16-de-agosto-de-2015.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/08/16/protestos-de-16-de-agosto-pelo-pais.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/veja-fotos-dos-cartazes-do-protesto-de-12-de-abril.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/03/16/grupo-de-senhoras-toma-onibus-e-vai-ao-protesto.htm> (acesso em 22/01/2021)

<https://noticias.uol.com.br/album/2015/12/13/protestos-de-13-de-dezembro-pelo-pais.htm> (acesso em 22/01/2021)

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/brasileiros-protestam-contr-a-governo-no-exterior.html> (acesso em 22/01/2021)

<http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/12/manifestacoes-no-brasil-em-13-de-dezembro-veja-fotos.html> (acesso em 22/01/2021)

